

conjuntura brasileira

récepiss nº 43 089

directeur de la publication :

tréfeu roger

tiragem : 950 exemplares

com. partaire

inscripçion no 59390

assinatura

6 meses US\$ 10,45(1)

1 ano US\$ 20,90(1)

assinatura de apolo

6 meses US\$ 20 (100f)

1 ano US\$ 40 (200f)

pagamento

cheque bancário ou postal

CCP 10 822 83 A paris

via aérea mais US\$ 3 (15f)

números atrasados US\$ 2 (10f)

endereços

bp 322

75 122 paris cedex 03

france

distribuição

librairie portugaise et brésilienne

16, rue des écoles - 75005 paris

le tiers-mythe

21 rue cujas - 75 005 paris

librairie - que faire -

1. place des grottes - 1201 geneve

livraria opinião

rua nova trindade. 24-lisboa

publicações consultadas

FOLHA DE S. PAULO

O ESTADO DE S PAULO

JORNAL DO BRASIL

JORNAL DA TARDE

O GLOBO

GAZETA MERCANTIL

FOLHA DA TARDE

TRIBUNA DA IMPRENSA

MOVIMENTO

Brasil Mulher

O SAO PAULO

DE FATO

REPORTER

EM TEMPO

VERSUS

ORGANIS MOUVERNAI

Conjuntura Económica

REVISTA MUNDI

Visão

EXAME

BAHAS

VEJA

ISTOÉ

boletins

DIAL

LATIN AMERICA

publicações latino-americanas

jornais operários, estudantes,

boletins e imprensa sindical

MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA

Assembléia contra a carestia

- 29 de outubro de 1978.

musicas cantadas nas manifestações MCV

POVO VIVO

Como pode um povo vivo

Viver nessa carestia

Como sofre o bóia-fria

Prá ganhar 30 por dia

Como poderei viver (bis)

Dia e noite, noite e dia

Com a barriga vazia.

E tá lá o meu patrão

Apertando a produção

Ele só vive falando

Nessa tal de exportação

Como pode um operário

Viver com esse salário

Como pode um presidente

Enganar a tanta gente.

Como pode a criança da

Estudar sem comer nada.

Ninguém mais fica cala do

Vivendo tão explorado.

ESTÁ CHEGANDO A HORA

Um grito se ouve em todo país

E o povo se unindo na dor

Um grito de quem trabalha

Seja operário ou lavrador.

Ai, ai, ai, ai.

Está chegando a hora

O povo está acordando e quer ver

Mudança sem demora

Quem mora nos bairros não suporta mais

Salário não dá pra viver

Por isso estamos aqui

Não aguentamos mais sofrer

Quem vive dos braços não suporta mais

O custo de vida subindo

Por isso estamos aqui

Nossos direitos exigindo.

Índice

editorial	3	_ anistia	29
politica nacional	6	_ profissionais	30
as propostas da oposição	10	_ estudantes	31
movimentos sociais:		lei de segurança nacional	33
- operários	15	politica salarial	37
- campo	21	economia	40
- movimento custo de vida	25	agricultura	13
- organizações populares	28		



demos suportar. Vivia-se a euforia dos dissidentes, da agravação das divergências dentro das classes dominantes acompanhadas de louvações as virtudes do Estado de Direito e supunha-se - abusivamente e sem considerar o nível ainda precário da organização e mobilização popular - que o regime teria que ceder. O fato é que hoje Fernando Henrique prega a transformação do MDB numa frente, embora, cauteloso, acrescenta que serão necessários 6 meses, ou 3, para ver se o MDB poderá cumprir esse papel.

Para não cairmos numa loteria ou, se se quizer, num jogo de azar quanto ao futuro do MDB, para não ficarmos imobilizados na expectativa da próxima manobra da ditadura e da clarificação das idéias de algumas tendências da oposição e para podermos avançar na discussão quanto a unidade de ação do movimento popular, é necessário ter como ponto de partida aquilo que deve ser o objetivo político central hoje da oposição popular: o fim do regime ditatorial - a derrubada da ditadura -, a conquista de um regime democrático.

A Frente Popular Democrática

Não se trata de pregar a divisão do MDB, de rejeitar as propostas no sentido de depurar e popularizar o partido de oposição consentido ou de recusá-lo como frente das oposições. Mesmo porque, em termos de legenda partidária o MDB é a única existente legalmente para a oposição. Também não se trata de pregar a criação de um partido popular ou de um partido socialista sob o tacão da ditadura. No editorial do CB anterior criticamos extensamente essas tendências.

A questão política central hoje para a oposição popular não está em número de partidos ou em criar condições para que um MDB democrático permita a cristalização de tendências dentro dele. Este movimento de diferenciação de posições dentro da oposição vai se realizando na medida mesma em que avança a luta contra a ditadura. Isso é evidente.

O perigo a evitar não é tanto o da ruptura da "unidade" do MDB, pois esta nunca existiu, salvo para algumas atividades parlamentares. O perigo a evitar está em condicionar a discussão e a luta pela unidade de ação do movimento popular a essa inexistente - embora hoje pretendida - "unidade" do MDB. Por exemplo, não deixa de ser salutar a reunião de diferentes tendências - de oposição ou não - que convivem no MDB para uma discussão sobre a situação política no Brasil. Isto foi feito recentemente no Encontro Nacional pela Democracia, promovido pelo Centro Brasil Democrático no Hotel Nacional do Rio de Janeiro. No documento produzido ao final desta reunião destaca-se a afirmação quanto a necessidade de "fortalecer de todas as formas a unidade do MDB" pois o MDB "é o caminho natural para assegurar as aspirações nacionais". Quais aspirações nacionais? "O Estado de Direito Democrático". Que MDB? O documento responde: "Para sanar o MDB de algumas de suas enfermidades tóxicas é imperioso fortalecê-lo com novas filiações. Ao invés de extirpar, crescer ... curar com reforço e não com cirurgia". Prega-se a unidade em torno ao MDB, procurando acomodar-se ao fato de que o partido de oposição consentido foi o beneficiário de voto popular, contra o regime. Esse pragmatismo deixa de lado tudo que tem sido a prática do MDB e que o tem desqualificado como instrumento político para a intervenção das massas, afastado que está de suas lutas. Sob o pretexto de enfrentar as manobras do regime para implodir ou explodir o MDB, para dividir a oposição - coisa que o regime sempre procurou fazer e agora com mais razões - passa-se ao largo a questão da unidade de ação do movimento popular, a partir das frentes e organizações de massa. Bater-se por isso é menos promover reuniões para afirmar a importância da "unidade" do MDB e mais empenhar-se a fundo nas frentes de luta das massas - nos sindicatos, nos bairros populares, no campo, nas universidades, no MCV - e colocar aí a questão da unidade de ação do movimento popular.

A unidade de ação do movimento popular em torno a luta pelo fim da ditadura é o objetivo que deve estar presente em todas as frentes e organizações de massa. Isto é, ali onde a classe operária e as massas vão se mobilizando, organizando, lutando por seus interesses e fazendo seu aprendizado político, aprendendo a conhecer seus inimigos e seus aliados. Nesta tarefa devem estar empenhados todos os setores consequentes da oposição popular, que entendem que para conquistar e assegurar a democracia é necessário a mobilização e organização da classe operária e das massas, a unificação do movimento popular. A conquista das liberdades democráticas para os oprimidos e explorados, a liberdade de organização e manifestação, o direito de greve e de organização no local de trabalho, dependem da evolução concreta, tanto em organização como em consciência, do conjunto do movimento popular. Não se trata de estabelecer uma separação entre as lutas cotidianas das massas e a luta pela conquista de um regime democrático, mas de ter a consciência de que o avanço de uma é inseparável do avanço da outra.

" Unificar numa Frente Popular Democrática o conjunto do movimento de oposição sob um programa preciso: o fim do regime autoritário e a conquista de um regime democrático, é dotar o movimento da forma política adequada para seu avanço e desenvolvimento político.

Esta frente não é a agregação pura e simples das diferentes tendências existentes no movimento popular. Sua estruturação parte de dentro do movimento, pela aglutinação do conjunto das frentes e organizações de massa e das distintas forças democráticas e de esquerda.

A unificação da oposição popular nestas bases permite um amplo campo de manobras na luta contra o regime, evitando a dispersão de forças e impedindo o isolamento do movimento. Amplia sua capacidade de ação política, ao aglutinar sob um mesmo programa as diferentes frentes e organizações de massa. Não há forma mais consequente de considerar os diferentes níveis de consciência e organização existentes hoje dentro do movimento popular, que a criação de condições para que se desenvolva em bases reais, isto é, pela intervenção direta das massas, a luta política e ideológica dentro do movimento. A clarificação política do movimento só pode se dar neste processo, pelo embate concreto no seu interior, envolvendo diretamente as massas".

Assim colocamos a questão da Frente Popular Democrática no editorial do CB 23. Os resultados eleitorais em nada alteram essa colocação. Pelo contrário. Se a maioria dos candidatos populares foram eleitos isto cria melhores condições para avançar nesta direção. Ainda no editorial do CB 23 dizíamos que: "É na direção de contribuir para a unificação do movimento de oposição na Frente Popular Democrática que deve se orientar a futura atuação dos candidatos populares a se elegerem em novembro. O número elevado desses candidatos nessas eleições, corresponde de certa maneira aos avanços do movimento popular. É como expressão parlamentar do movimento, como uma das frentes de luta desse movimento, que deverão atuar os que forem eleitos."

Se a prática dos candidatos populares eleitos, sob a legenda do MDB, tornar mais evidente aos olhos das massas os oportunistas, fisiológicos e adeptos que infestam esse partido, tanto melhor. Mas será como frente ou bloco parlamentar, como expressão da Frente Popular Democrática, isto é, da luta pela unidade de ação do movimento popular - e não do MDB - que esses parlamentares populares estarão cumprindo o compromisso que assumiram de fazer do Parlamento uma tribuna de denúncia da ditadura e de defesa dos interesses populares, contribuindo ativamente, fora do Parlamento, para a mobilização e organização da classe operária e das massas, pela conquista de um regime democrático.

demos supor. Vivia-se a euforia dos dissidentes, da agravação das divergências dentro das classes dominantes acompanhadas de louvações as virtudes do Estado de Direito e supunha-se - abusivamente e sem considerar o nível ainda precário da organização e mobilização popular - que o regime teria que ceder. O fato é que hoje Fernando Henrique prega a transformação do MDB numa frente, embora, cauteloso, acrescenta que serão necessários 6 meses, ou 3, para ver se o MDB poderá cumprir esse papel.

Para não cairmos numa loteria ou, se se quizer, num jogo de azar quanto ao futuro do MDB, para não ficarmos imobilizados na expectativa da próxima manobra da ditadura e da clarificação das idéias de algumas tendências da oposição e para podermos avançar na discussão quanto a unidade de ação do movimento popular, é necessário ter como ponto de partida aquilo que deve ser o objetivo político central hoje da oposição popular: o fim do regime ditatorial - a derrubada da ditadura -, a conquista de um regime democrático.

A Frente Popular Democrática

Não se trata de pregar a divisão do MDB, de rejeitar as propostas no sentido de depurar e popularizar o partido de oposição consentido ou de recusá-lo como frente das oposições. Mesmo porque, em termos de legenda partidária o MDB é a única existente legalmente para a oposição. Também não se trata de pregar a criação de um partido popular ou de um partido socialista sob o tacão da ditadura. No editorial do CB anterior criticamos extensamente essas tendências.

A questão política central hoje para a oposição popular não está em número de partidos ou em criar condições para que um MDE democrático permita a cristalização de tendências dentro dele. Este movimento de diferenciação de posições dentro da oposição vai se realizando na medida mesma em que avança a luta contra a ditadura. Isso é evidente.

O perigo a evitar não é tanto o da ruptura da "unidade" do MDB, pois esta nunca existiu, salvo para algumas atividades parlamentares. O perigo a evitar está em condicionar a discussão e a luta pela unidade de ação do movimento popular a essa inexistente - embora hoje pretendida - "unidade" do MDB. Por exemplo, não deixa de ser salutar a reunião de diferentes tendências - de oposição ou não - que convivem no MDB para uma discussão sobre a situação política no Brasil. Isto foi feito recentemente no Encontro Nacional pela Democracia, promovido pelo Centro Brasil Democrático no Hotel Nacional do Rio de Janeiro. No documento produzido ao final desta reunião destaca-se a afirmação quanto a necessidade de "fortalecer de todas as formas a unidade do MDB" pois o MDB "é o caminho natural para assegurar as aspirações nacionais". Quais aspirações nacionais? "O Estado de Direito Democrático". Que MDB? O documento responde: "Para sanar o MDB de algumas de suas enfermidades tóxicas é imperioso fortalecê-lo com novas filiações. Ao invés de extirpar, crescer ... curar com reforço e não com cirurgia". Prega-se a unidade em torno ao MDB, procurando acomodar-se ao fato de que o partido de oposição consentido foi o beneficiário de voto popular, contra o regime. Esse pragmatismo deixa de lado tudo que tem sido a prática do MDB e que o tem desqualificado como instrumento político para a intervenção das massas, a fastado que está de suas lutas. Sob o pretexto de enfrentar as manobras do regime para implodir ou explodir o MDB, para dividir a oposição - coisa que o regime sempre procurou fazer e agora com mais razões - passa-se ao largo a questão da unidade de ação do movimento popular, a partir das frentes e organizações de massa. Bater-se por isso é menos promover reuniões para afirmar a importância da "unidade" do MDB e mais empenhar-se a fundo nas frentes de luta das massas - nos sindicatos, nos bairros populares, no campo, nas universidades, no MCV - e colocar aí a questão da unidade de ação do movimento popular.

A unidade de ação do movimento popular em torno a luta pelo fim da ditadura é o objetivo que deve estar presente em todas as frentes e organizações de massa. Isto é, ali onde a classe operária e as massas vão se mobilizando, organizando, lutando por seus interesses e fazendo seu aprendizado político, aprendendo a conhecer seus inimigos e seus aliados. Nesta tarefa devem estar empenhados todos os setores consequentes da oposição popular, que entendem que para conquistar e assegurar a democracia é necessário a mobilização e organização da classe operária e das massas, a unificação do movimento popular. A conquista das liberdades democráticas para os oprimidos e explorados, a liberdade de organização e manifestação, o direito de greve e de organização no local de trabalho, dependem da evolução concreta, tanto em organização como em consciência, do conjunto do movimento popular. Não se trata de estabelecer uma separação entre as lutas cotidianas das massas e a luta pela conquista de um regime democrático, mas de ter a consciência de que o avanço de uma é inseparável do avanço da outra.

" Unificar numa Frente Popular Democrática o conjunto do movimento de oposição sob um programa preciso: o fim do regime autoritário e a conquista de um regime democrático, é dotar o movimento da forma política adequada para seu avanço e desenvolvimento político.

Esta frente não é a agregação pura e simples das diferentes tendências existentes no movimento popular. Sua estruturação parte de dentro do movimento, pela aglutinação do conjunto das frentes e organizações de massa e das distintas forças democráticas e de esquerda.

A unificação da oposição popular nestas bases permite um amplo campo de manobras na luta contra o regime, evitando a dispersão de forças e impedindo o isolamento do movimento. Amplia sua capacidade de ação política, ao aglutinar sob um mesmo programa as diferentes frentes e organizações de massa. Não há forma mais consequente de considerar os diferentes níveis de consciência e organização existentes hoje dentro do movimento popular, que a criação de condições para que se desenvolva em bases reais, isto é, pela intervenção direta das massas, a luta política e ideológica dentro do movimento. A clarificação política do movimento só pode se dar neste processo, pelo embate concreto no seu interior, envolvendo diretamente as massas".

Assim colocamos a questão da Frente Popular Democrática no editorial do CB 23. Os resultados eleitorais em nada alteram essa colocação. Pelo contrário. Se a maioria dos candidatos populares foram eleitos isto cria melhores condições para avançar nesta direção. Ainda no editorial do CB 23 dizíamos que: "É na direção de contribuir para a unificação do movimento de oposição na Frente Popular Democrática que deve se orientar a futura atuação dos candidatos populares a se elegerem em novembro. O número elevado desses candidatos nessas eleições, corresponde de certa maneira aos avanços do movimento popular. É como expressão parlamentar do movimento, como uma das frentes de luta desse movimento, que deverão atuar os que forem eleitos."

Se a prática dos candidatos populares eleitos, sob a legenda do MDB, tornar mais evidente aos olhos das massas os oportunistas, fisiológicos e adeptos que infestam esse partido, tanto melhor. Mas será como frente ou bloco parlamentar, como expressão da Frente Popular Democrática, isto é, da luta pela unidade de ação do movimento popular - e não do MDB - que esses parlamentares populares estarão cumprindo o compromisso que assumiram de fazer do Parlamento uma tribuna de denuncia da ditadura e de defesa dos interesses populares, contribuindo ativamente, fora do Parlamento, para a mobilização e organização da classe operária e das massas, pela conquista de um regime democrático.

Padre François JENTEL (1922-1979)

No dia primeiro de janeiro morreu em Chamonix - França - o padre francês François JENTEL. Ele viveu e trabalhou 21 anos no Brasil, de 1954 a dezembro de 1975 quando foi expulso pela ditadura após ter sido sequestrado quando saía da casa do presidente da CNBB, d.Aloísio Lorscheider, em Fortaleza.

Quando chegou ao Brasil, Jentel foi viver com os índios da região do Araguaia. Posteriormente, foi trabalhar com os camponeses de Santa Teresinha que lutavam contra as ameaças constantes de invasão de suas terras pelos grileiros e policiais a serviço da empresa CODEARA. Em 1972, quando os tratores da empresa destruíam o ambulatório que estava sendo construído pelos camponeses, estes resistiram a bala, ferindo alguns capangas. Na repressão militar que se seguiu, Jentel foi preso e em maio de 1973 condenado a 10 anos de prisão. Um ano depois a sentença foi anulada e Jentel viajou por alguns meses para a França. Retornou ao Brasil no final de 1975, sendo sequestrado, preso e expulso.

Na França, Jentel compartia a vida dos brasileiros no exílio e ele mesmo vivia como um exilado, sempre esperando poder voltar para o trabalho e a luta junto aos oprimidos e explorados do campo, sempre solidário com os movimentos pró-anistia no Brasil existentes na Europa.

No dia 6 de janeiro foi realizada nos subúrbios de Paris a missa de corpo presente, celebrada pelo bispo de Pontoise, d.Rousset, e co-celebrada por 45 padres. 400 pessoas assistiram o ato religioso, entre as quais vários brasileiros. Foram lidas mensagens dos Comites Brésil pour l'Amnistie, France-Brésil e France Amérique Latine, dos exilados brasileiros e da CNBB. Foi distribuída uma carta de d.Pedro Casaldaliga que diz: "Pela causa do Evangelho e pelo amor aos pobres, ele veio ao Brasil faz 21 anos. E pela causa do Evangelho dos pobres, ele foi perseguido e condenado. Ele foi preso, ele foi brutalmente sequestrado e finalmente expulso do país. Esta foi a causa que ele defendeu. O Evangelho de Jesus deve ser para nós, como para o padre François, a luz que nos indica o caminho e a força que nos engaja até a prisão e a morte em favor dos nossos irmãos oprimidos e pobres. Esta causa continua".

EDITORIAL BERRO

Jornal Popular Independente

N.º 1 DEZ/78 RJ

Muito se tem dito sobre as últimas eleições terem servido como um plebiscito onde o povo disse o que pensava do governo ao próprio governo. Mas será que esse foi realmente o resultado principal que pode ser destacado do último pleito eleitoral?

A nosso ver as coisas vão bem mais longe. É claro que o povo quando votou no MDB, e a maioria fez isso, votou porque queria votar na oposição. Era comum a pergunta: «Esse candidato é do MDB? Ah, então eu vou ler o que ele diz. Se fosse da ARENA não ia nem olhar.» Mas será que isso foi tudo? Será que essas eleições foram iguais a de 76, por exemplo? Achamos que não. Achamos que muita coisa mudou desde então.

De lá para cá o povo vem encontrando formas de deixar claro ao governo que não gosta dele. Estão aí as greves de São Paulo que atingiram quase 400 mil trabalhadores metalúrgicos, as greves do Rio, como a da Fiat, em 9 de novembro passado, a da Belgo Mineira e a dos operários de Betim, em Minas. Para mostrar que não estão satisfeitos os trabalhadores ceramistas de Itu, os médicos, os professores do Paraná e São Paulo, os motoristas de táxi, os estudantes, fazem greves, reorganizam ou retomam dos pelegos suas entidades.

Se o governo ainda não soubesse o que o povo pensa dele, não precisava olhar o resultado eleitoral porque além de todas as manifestações operárias e populares estão aí os movimentos reivindicativos como o do Custo de Vida, os dos conjuntos residenciais e das favelas, onde os moradores lutam contra a remoção e os despejos, contra a política anti-popular da CEHAB e pela posse da terra e dos apartamentos. Estas sim, são manifestações de verdade, onde o povo deixa claro o que pensa, sem Lei Falcão, sem corrupção e sem lenga-lenga.

Mas não podemos apagar o fato de que as eleições de novembro nos deixaram uma lição e um resultado que sem deixar de ter um pouco de plebiscito foram bem mais além. Um bom exemplo para avallarmos o que significaram as eleições de novembro é o que aconteceu aqui no Rio. Claro que o Miro Teixeira e os demais «chagulistas» receberam muitos votos. Mas dessa vez surgiram outros candidatos. Candidatos que apresentaram um programa de lutas e reivindicações li-

gados aos interesses dos trabalhadores e do povo. Candidatos que não prometiam bica d'água ou escada rolante pros morros, candidatos que falavam dos problemas dos bairros, dos problemas dos trabalhadores e apontavam para como resolvê-los. Ou seja, mostrando que só os próprios moradores, só os próprios trabalhadores organizados em suas associações, em seus sindicatos, contando com a força de sua união e sua organização, é que poderão resolvê-los.

E esses candidatos mostravam porque. Porque o povo é explorado, porque os bairros populares não têm água, não têm esgoto e os bairros ricos têm tudo isso e muito mais. Os programas apontavam quem é o culpado disso tudo: quem governa, quem manda, quem controla são os ricos e é claro que eles defendem os seus interesses. A partir disso, alguns candidatos mostraram que só com o Governo dos Trabalhadores é que a situação vai mudar mesmo.

Esse é o ponto central. Os candidatos que mostravam essa realidade cresceram em todo o país, praticamente todos eles foram eleitos, seus comitês cresceram nos bairros, nas favelas e incentivaram a formação de associações, a participação nos sindicatos, nas entidades profissionais. E para bem avallar as eleições não podemos parar nelas. Precisamos ir além, ao que nos espera agora que as eleições acabaram e que os resultados já foram divulgados. A briga não acabou, pelo contrário. Em muitos lugares agora é que ela começa.

O que os programas dos candidatos apontaram precisa ser posto em prática e levado à frente. O voto não substitui a luta e nem é no parlamento onde se amontoam representantes dos ricos e privilegiados, que os trabalhadores e o povo conseguirão realmente resolver seus problemas. O movimento popular continua crescendo, ocupando seu espaço, alcançando vitórias. As oposições sindicais crescem, se estruturam e já começam a se organizar a nível nacional. O Movimento contra o Custo de Vida surge nas grandes e nas pequenas cidades e ganha cada vez mais força. A greve deixou de ser uma palavra maldita, para se inscrever cada vez com mais força no dia-a-dia do trabalhador, como a sua principal arma frente aos patrões. O povo que vem mostrando que não gosta deste governo, já começou a mostrar do que gosta.

O jornal BERRO é resultado da fusão dos jornais BERRO DA BAIAXADA e ARRANÇO

eleições: RESULTADOS FINAIS

Oa resultados oficiais das eleições parlamentares deste ano, agora para o Senado e 106 mil para as divulgadas pelos Tribunais Regionais Eleitorais de todos os Estados, revelam a vitória do MDB em número de votos não só para o Senado, mas também para as Assembleias Legislativas, embora com diferenças marcos dos Deputados, com uma diferença de 152.817 a seu favor; e, em número de cadeiras conquistadas, venceu nos três níveis. Esses resultados ainda podem sofrer ligeira alteração, hoje, recursos de recontagem de votos apresentados pela oposição.

A Arena venceu, também em número de votos, apenas para a Câmara, hoje, recursos de recontagem de votos apresentados pela oposição.

Para Senado, 4,4 milhões a mais

Nas eleições para o Senado, consideradas plebiscitárias, o MDB venceu com uma diferença de 4.415.039 votos: teve um total de 17.529.422, contra 13.114.383 para a Arena, 5.141.707 em branco e 3.013.985 nulos. Dos novos senadores, entretanto, 15 são da Arena e 8 do MDB. Juntando-se os eleitos em 1974, o Senado terá maioria arenista simples: 42 parlamentares contra 25 do MDB. Essa composição é assegurada pela indicação de 21 senadores biônicos pela Arena e apenas um — o do Rio — pelo MDB.

O senador líder em número de votos é Franco Montoro, de São Paulo, com 4.517.456, embora ele não tenha conseguido superar a votação obtida por Orestes Quêrcia, seu rival no MDB paulista, em 1974: pouco mais de 4,6 milhões. Seguem Montoro, este ano, outros três emedebistas: Nelson Carneiro, do Rio, com 2,1 milhões; Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, com 1,7 milhão; e Tancredo Neves, de Minas, com 1,6 milhão. O candidato arenista que, individualmente recebeu maior número de votos foi, paradoxalmente, derrotado: Cláudio Lembo, de São Paulo, com 1,2 milhão. Dos arenistas eleitos, Lomanto Júnior, da Bahia, é o que recebeu maior número de votos (1,1 milhão).

Levando em consideração apenas o percentual de votos obtidos individualmente em relação ao total de eleitores votantes no

Estado, venceu, entre os emedebistas, o gaúcho Pedro Simon, que sozinho obteve 55,9% dos votos, contra os três candidatos da Arena. Em segundo lugar, vem Franco Montoro, com 49,6% e, em terceiro, Nelson Carneiro, com 48,6%. Em São Paulo, os dois candidatos do MDB obtiveram, juntos, 63,6%.

Foram expressivas as vitórias de dois arenistas: Lomanto, na Bahia, obteve sozinho 1.145.425 votos contra 629.967 dos três candidatos oposicionistas; enquanto, no Maranhão, José Sarney obteve 405.702 votos, contra 160.506 do candidato único do MDB.

Houve vitórias apertadas da Arena em três Estados: Acre, onde a diferença entre os dois partidos foi de apenas 57 votos; Amazonas, de 194 votos; e Pernambuco, de 38.905 votos.

Nos dois últimos Estados, essas diferenças pequenas levaram a uma indefinição até os últimos dias de apuração, pois individualmente venciam os candidatos do MDB. Em Pernambuco, Jarbas Vasconcelos obteve, sozinho, 654.592 votos, contra 693.497 aos dois candidatos da Arena juntos. O vencedor foi Nilo Coelho. No Amazonas, o oposicionista Fábio Lucena teve 79.115 votos, contra os 71.030 do vice-governador do Estado, João Bosco Ramos de Lima, candidato da Arena, que foi eleito com a soma dos votos de legenda.

A votação para a legenda também levou à eleição de um arenista

em uma das vagas do Mato Grosso (padre Raimundo Pombo, do MDB, obteve 83.381 votos, e o vencedor Vicente Vuolo, da Arena, apenas 47.565); e de emedebistas no Paraná e na Paraíba. No Paraná, o candidato único da Arena, Túlio Vargas, obteve 1.083.573 votos, e José Richa, do MDB, eleito, 895.013; enquanto na Paraíba o arenista Ivan Bichara recebeu a preferência de 303.154 eleitores e o oposicionista Humberto Lucena, também eleito, 269.795.

A Arena já tinha garantidas, previamente, duas vagas no Senado: uma das duas em disputa no Mato Grosso e a do Piauí. No primeiro caso, o MDB não apresentou candidato em uma das duas chapas; e também não participou da eleição majoritária piauiense.

O partido do governo venceu para o Senado no Acre (com o candidato Jorge Kalume), em Alagoas (Luiz Cavalcanti), no Amazonas (João Bosco Ramos de Lima), na Bahia (Lomanto Júnior), no Ceará (José Lins de Albuquerque), no Espírito Santo (Moacir Dalla), no Maranhão (José Sarney), nas chapas 1 (Benedito Canellas) e 2 (Vicente Vuolo) do Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul (Pedro Pedrossian), no Pará (Aluysio Chaves), em Pernambuco (Nilo Coelho), no Piauí (Dirceu Arcoverde), no Rio Grande do Norte (Jessé Freire) e em Sergipe (Passos Porto).

CÂMARA

Para a Câmara dos De-

putados, a Arena venceu tanto em número de votos quanto em número de cadeiras conquistadas: 231 contra 189 do MDB, uma diferença, portanto, de 42 cadeiras. As eleições revelaram os seguintes resultados: Arena — 14.938.606 votos; MDB — 14.785.789; votos em branco — 5.029.197; nulos — 2.711.106.

As bancadas do partido governista são majoritárias em 18 Estados e um Território (Roraima). O MDB conseguiu ser maioria apenas em São Paulo (37 deputados), Rio de Janeiro (35) e Rio Grande do Sul (18). Houve empate no Acre (três a três) e nos Territórios do Amapá (um a um) e de Rondônia (um a um). O partido oposicionista não tem nenhum representante nas bancadas do Piauí (nas eleições de 74, a proporção era de sete a um, agora a Arena tem oito) e no Território de Roraima (onde a segunda vaga aberta nestas eleições foi ocupada por um arenista). No Amazonas, o MDB perdeu a maioria que tinha na representação federal (3 a 2), invertendo-se a posição: 4 para a Arena e 2 para a oposição. Mas em Goiás, o MDB conquistou a nova vaga, ficando com 6 deputados contra 8 da Arena. A situação do MDB melhorou, também, em Sergipe, onde possuía apenas um representante, contra 4 da Arena, e passa a ter 2 contra os mesmos 4 da Arena.

ASSEMBLÉIAS

Nas eleições para as Assembleias Legislativas, a vitória em número de votos surpreendentemente foi do MDB, que obteve uma vantagem de 106.420 votos em relação à Arena. Estes são os resultados: Arena — 15.053.883, MDB — 15.160.303, votos em branco — 4.569.565, nulos — 2.647.303. A Arena fica com 492 cadeiras, contra 353 do MDB (maioria de 139), e é

majoritária em 18 Estados. O MDB ganhou em três Estados: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, sendo que nos dois últimos tem maioria de dois terços, o que lhe permitirá derrubar vetos do governador. Houve empate apenas no Acre, onde cada partido tem nove deputados estaduais.

Na próxima legislatura, a Arena terá em todo o País 42 senadores, 231 deputados federais e 492 deputados estaduais; enquanto o MDB ficará com 25 senadores, 189 deputados federais e 353 deputados estaduais. Apesar dessa inferioridade em número de cadeiras, a oposição contou com a preferência do eleitorado na votação para o Senado, considerada plebiscitária, e, surpreendentemente, também na votação para as Assembleias.

O ESTADO DE S. PAULO 21 DE DEZEMBRO DE 1978

O número de senadores e deputados

ESTADO	SENADO		CÂMARA		ASSEMBLÉIA	
	ARENA	MDB	ARENA	MDB	ARENA	MDB
Acre	2	1	3	3	9	9
Alagoas	3	0	5	2	14	7
Amazonas	2	1	4	2	11	7
Bahia	3	0	24	8	43	13
Ceará	2	1	15	5	33	11
Espirito Santo	2	1	5	3	14	9
Goias	1	2	8	6	21	17
Maranhao	3	0	10	2	31	5
Mato Grosso	3	0	6	2	18	6
M.T.Sul	3	0	4	2	11	7
Minas Gerais	1	2	28	19	42	29
Pará	3	0	6	4	19	11
Paraíba	1	2	7	4	22	11
Paraná	1	2	19	15	34	24
Pernambuco	2	1	14	8	30	16
Piauí	3	0	8	0	21	3
R.G.Norte	2	1	5	3	15	9
R.G.Sul	1	2	14	18	25	31
Rio Janeiro	0	4	11	35	18	52
S.Catarina	1	2	9	7	23	17
S.Paulo	1	2	18	37	26	53
Sergipe	2	1	4	2	12	6
T.Amapá	—	—	1	1	—	—
T.Rondonia	—	—	1	1	—	—
T.Roraima	—	—	2	0	—	—
Total	42	25	231	189	492	353

RESULTADOS NO PAÍS

ESTADOS	CÂMARA				ASSEMBLÉIA			
	ARENA	MDB	Branco	Nulos	ARENA	MDB	Branco	Nulos
ACRE	32.532	31.658	3.854	2.224	32.713	32.013	3.273	2.182
ALAGOAS	204.574	112.937	58.191	36.394	209.186	115.219	50.923	36.435
AMAZONAS	128.382	86.967	45.058	20.810	137.312	84.282	40.571	19.052
BAHIA	1.304.807	439.346	309.044	185.376	1.348.125	429.062	288.093	170.252
CEARA	965.273	316.169	169.026	78.948	976.927	324.125	138.920	79.737
ESPIRITO SANTO	273.110	197.782	93.377	48.451	85.231	212.691	75.074	39.345
GOIAS	520.886	447.846	143.914	54.364	540.010	444.981	130.765	47.831
MARANHAO	526.534	97.912	90.431	43.429	534.184	96.046	80.236	43.580
M.T. NORTE	151.236	57.906	44.937	19.798	161.885	58.410	36.203	17.180
M.T. SUL	134.031	116.043	74.172	19.231	179.750	123.630	58.602	16.673
MINAS GERAIS	2.060.196	1.442.082	673.585	284.275	2.083.134	1.431.674	654.121	284.124
PARA	337.418	216.158	166.953	69.693	369.314	224.859	132.523	63.115
PARAIBA	416.676	214.169	88.566	49.155	425.831	222.705	66.783	49.376
PARANA	1.216.666	925.875	329.619	166.890	1.259.853	914.121	304.301	160.151
PERNAMBUCO	760.472	416.810	260.357	89.587	796.106	439.505	211.612	77.030
PIAUI	327.725	39.850	69.102	29.943	354.488	411.369	39.382	25.758
R.G. NORTE	276.998	185.477	60.544	41.913	211.481	174.656	61.811	44.746
R.G. SUL	1.197.828	1.488.926	313.534	128.892	1.199.688	1.515.575	281.127	133.196
RIO DE JANEIRO	884.226	2.602.232	554.066	453.566	926.317	2.650.064	486.950	421.662
SANTA CATARINA	682.055	522.075	152.745	71.350	703.798	531.748	69.009	123.364
SÃO PAULO	2.324.082	4.696.789	1.283.513	791.068	2.361.431	4.644.581	1.323.220	776.265
SERGIPE	149.441	75.135	42.452	18.639	157.119	78.987	36.066	16.249
T. AMAPÁ	18.543	15.642	672	1.580				
T. RONDONIA	30.214	36.365	1.275	5.109				
T. RORAIMA	14.707	3.638	191	421				

O crescimento dos autênticos

MOVIMENTO 27/11 a 3/12/78

De 36...

(Com 1,8 milhões de votos)

Atual bancada dos autênticos na Câmara(*)

Votação em 1974

Fernando Lyra (PE)	53.238
Fernando Coelho (PE)	35.003
Jarbas Vasconcelos (PE)	67.975
Walter Silva (RJ)	66.540
J.G. de Araújo Jorge (RJ)	36.563
Jorge Moura (RJ)	32.304
Tarcísio Delgado (MG)	46.662
Fernando Cunha (GO)	48.669
Ademar Santillo (GO)	31.359
Genervino Fonseca (GO)	48.868
Santilli Sobrinho (SP)	98.090
Freitas Nobre (SP)	93.820
João Cunha (SP)	77.223
Airton Soares (SP)	44.772
Lidovino Fanton (RS)	49.020
João Gilberto (RS)	36.616
Odacir Klein (RS)	34.765
Jorge Uequet (RS)	36.440
Rosa Flóres (RS)	74.447
Elói Lenzei (RS)	50.253
Getúlio Dias (RS)	77.861
Alceu Collares (RS)	120.702
Alvaro Dias (PR)	175.434
Gamaliel Galvão (PR)	3.060
Jader Barbalho (PA)	60.668
Paes de Andrade (CE)	54.924
Walmor de Luca (SC)	41.691
Jayson Barreto (SC)	62.151
Jerônimo Santana (RO)	15.057
José Costa (AL)	40.278
Mário Frota (AM)	27.965
Nóide Cerqueira (BA)	23.083
Antônio José (BA)	20.094
Antônio Pontes (AM)	10.949
Antônio Carlos (MS)	19.731
Marcondes Gadelha (PB)	43.006

...para cerca de 80

(com mais de 3,3 milhões de votos)

Eleitos em 15 de novembro último(**)

Fernando Lyra (PE)	60.000 **	Edson Kahir (RJ)	66.617
Fernando Coelho (PE)	50.000 **	José Frejah (RJ)	33.034
Walter Silva (RJ)	38.736	Jorge Gama (RJ)	38.347
J.G. de Araújo Jorge (RJ)	30.359	Edgar Amorim (MG)	45.000 **
Tarcísio Delgado (MG)	75.000 **	Ronan Tito (MG)	52.000 **
Fernando Cunha (GO)	45.000 **	Fued Dib (MG)	40.000 **
Ademar Santillo (GO)	70.000 **	Fuad Sahione (MG)	28.000 ***
Santilli Sobrinho (SP)	44.176	Benedito Marcilio (SP)	41.279
Freitas Nobre (SP)	42.667	Alberto Goldman (SP)	101.863
João Cunha (SP)	70.272	Audálio Dantas (SP)	58.602
Airton Soares (SP)	64.818	Aurélio Peres (SP)	47.073
Lidovino Fanton (RS)	54.054	Ralph Biasi (SP)	79.699
João Gilberto (RS)	52.054	Waldir Walter (RS)	58.513
Odacir Klein (RS)	51.003	Eloar Guazelli (RS)	39.846
Jorge Uequet (RS)	51.157	Euclides Scalco (PR)	33.625
Rosa Flóres (RS)	59.706	Heitor Furtado (PR)	32.896
Elói Lenzei (RS)	35.951	Hélio Duque (PR)	41.166
Getúlio Dias (RS)	62.781	Oswaldo Macedo (PR)	50.101
Alceu Collares (RS)	112.495	Paulo Marques (PR)	43.007
Alvaro Dias (PR)	127.903	Nivaldo Kruger (PR)	37.169
Jader Barbalho (PA)	90.000 **	Maurício Fruet (PR)	40.221
Paes de Andrade (CE)	60.000 **	Amadeu Geara (AM)	22.195
Walmor de Luca (SC)	45.013	Artur Virgílio (AM)	20.500 **
Jerônimo Santana (RO)	27.351	Max Mauro (ES)	40.000 **
Antônio Pontes (AM)	7.424	Carlos Bezerra (MT)	15.000 **
José Costa (AL)	53.000	Gilson de Barros (MT)	19.000 **
Mário Frota (AM)	23.000 **	Jackson Barreto (SE)	3.000 **
Antônio Carlos (MS)	31.116	Tertuliano Azevedo (SE)	18.000 **
Marcondes Gadelha (PB)	65.000 **	Jackson Lago ou Freitas Diniz (MA)	23.000 ****
Marcos Cunha (PE)	35.000 **	Francisco Pinto (BA)	150.000 **
Roberto Freire (PE)	45.000 **	Marcelo Cordeiro (BA)	40.000 **
Jose Carlos Vasconcelos (PE)	40.000 **	Elquisson Soares (BA)	30.000 **
Délio Dos Santos (RJ)	25.472	Iranildo Pereira (CE)	28.000 ***
Modesto da Silveira (RJ)	73.680	Aluisio Bezerra (AC)	7.200
Marcelo Cerqueira (RJ)	45.160		

(*) Esta relação refere-se aos integrantes do antigo grupo autêntico e do grupo neo-autêntico e mais alguns parlamentares que sempre acompanham a posição destes grupos. Também integravam esta função mas foram cassados os ex-deputados Nadyr Rosseti (eleito com 73.261), Amaury Müller (48.614), Marcelo Gato (100.746), Alencar Furtado (86.413), Lyzânias Maciel (97.726) e Marcos Tito (81.386).

** Estes são os candidatos já identificados com a corrente autêntica do MDB. Esta relação - que já tem 69 nomes certamente chegará a 80 deputados quando forem reveladas as posições políticas de candidatos menos conhecidos eleitos em 15 de novembro passado.

*** Estimativa, baseada nos votos apurados até sexta-feira à noite

**** De acordo com as apurações realizadas até sexta-feira à noite estavam praticamente eleitos mas ainda havia um pequeno naco de ficarem de fora

***** A segunda cadeira de deputado federal conquistada pelo MDB do Maranhão deve ficar com um destes dois candidatos, ambos considerados autênticos

Uma nova força no MDB

Se a Câmara dos Deputados fosse compelida a redistribuir os 420 lugares do plenário, para indicar com mais nitidez as bancadas diluídas entre os dois partidos, pelo menos 60 cadeiras estariam reservadas, a partir de março de 1979, ao mais numeroso entre todos os subgrupos parlamentares desenhados pelas eleições do último dia 15 e unidos por um mínimo de posições ideológicas comuns — a ala esquerda do MDB. As dimensões dessa bancada informal, que se integra entre a centena, ou pouco menos, de congressistas ditos "autênticos" da oposição, não são ainda numericamente suficientes para assegurar-lhe o controle das decisões partidárias. Mas já bastam para ameaçar vivamente a supremacia exercida, desde

a criação do bipartidarismo em 1966, pelos setores "moderados" do MDB.

Seis dezenas de parlamentares, por outro lado, fornecem um folgado quórum para se afirmar que a esquerda reconquistou nas eleições de 1978 seu espaço no Congresso, de onde fora virtualmente banida catorze anos atrás.

Afinal, o que se chama de "ala esquerda do MDB" é um heterogêneo conglomerado de diversos tipos de socialistas, social-democratas, trabalhistas, marxistas — havendo mesmo quem veja, como o deputado federal gaúcho (reeleito) Odacir Klein, lugar até para "liberais com preocupação social".

Na semana passada, em Brasília, políticos desembarcados de todos os

quadrantes do país traziam boas novas para a florescente ala esquerda. No Rio Grande do Sul, doze entre os dezoito deputados federais eleitos pelo MDB são ideologicamente vinculados à corrente. São Paulo e Paraná contribuíram com dez parlamentares cada um, enquanto seis deputados comporão a bancada da esquerda vinda de Pernambuco. Somados, os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul elegeram 39 deputados do grupo, com um total de quase 2 milhões de votos (ou 20% da votação do MDB nesses Estados); nas eleições de 1974, a mesma região elegeu 29 deputados "autênticos", dando-lhes 1,6 milhão de votos. No pleito de 1978, os votos esquerdistas no Brasil representa-

ram algo como 8% dos eleitores de todo o país. No entanto, a corrente vai abiscoitar cerca de 15% dos lugares da Câmara. Esse alto índice de aproveitamento se deve à seleção dos candidatos da esquerda — são raros os que ficaram fora das relações de eleitos.

TORTURAS E IMUNIDADES — Das mais de sessenta cadeiras reservadas à ala esquerda, várias continuarão ocupadas por deputados já temperados por alguns anos de entreveros parlamentares — os gaúchos Alceu Collares e Getúlio Dias, os paulistas Ayrton Soares, João Cunha e Freitas Nobre, o paranaense Álvaro Dias, o baiano Francisco Pinto, o pernambucano Fernando Lyra, o cearense Paes de Andrade, o paraibano Marcondes Gadelha. Alguns tiveram sua permanência na Câmara sacramentada por votações superiores a 100 000 votos, como Álvaro Dias e Alceu Collares — que, embora um tanto estremitado com alguns antigos "autênticos", por disputas no dia a dia parlamentar, se define como "um homem de esquerda", que prega "o socialismo gradativo". Mas os meios parlamentares de Brasília observam com especial atenção a farta safra de estreantes adubada pelas urnas de 15 de novembro.

Farta e multifacetada, como se vê por alguns nomes que emergiram sobretudo nos Estados do sul, sustentados quase sempre por maciças votações nos grandes centros urbanos. Na bancada do Rio de Janeiro, por exemplo, figuram o deputado estadual Edson Khair, que foi apoiado pela radical Convergência Socialista, e dois conhecidos advogados de presos políticos — Modesto da Silveira, que teve mais de 70 000 votos, e Marcelo Cerqueira, ex vice-presidente da União Nacional dos Estudantes em 1963-1964. Em São Paulo, o voto de esquerda foi distribuído por figuras tão diferentes entre si como o deputado estadual Alberto Goldman, o jornalista Audálio Dantas e os operários Benedito Marcílio e Aurélio Peres.

EM TEMPO: 27-11 a 2-12

Falam candidatos populares eleitos

Rio G. do Sul

Copetti: socialismo colocado desde já.

Entre os candidatos com posição tida como mais à esquerda do MDB gaúcho, o único eleito foi Americo Copetti, com 19 630 votos, dez mil a menos que em sua primeira eleição como deputado estadual — em 1974.

A imprensa local assegura que Copetti perdeu a metade de seus votos por ter se integrado na Tendência Socialista e propagando ideias socialistas. Copetti, entretanto, discorda dessa interpretação.

«Na minha primeira eleição eu disparava sozinho, como o único candidato do MDB na região. Desta vez o partido lançou uma outra candidatura que em sua campanha fazia questão de dizer que eu não precisava de votos porque estava eleito por Porto Alegre, e ainda completamente afirmando que por ser socialista seria em um

CRONOGRAMA POLÍTICO — A esquerda emedebista poderá mover-se na Câmara sob as bênçãos de aliados incrustados no Senado, onde o pernambucano Marcos Freire, até agora o solitário representante da corrente, vai ganhar a companhia do catarinense Jaison Barreto, do amazonense Fábio Lucena e do goiano Henrique Santillo, vitoriosos nas últimas eleições. Esse pequeno grupo seria substancialmente fortalecido se o deputado federal Jarbas Vasconcelos, um dos fundadores da ala "autêntica", não tivesse sido derrotado por estreita margem de votos no pleito para o Senado em Pernambuco. Na semana passada, todavia, mais que o sucesso de Vasconcelos, eram os planos e a estratégia para a próxima legislatura que atraíam os pensamentos dos líderes da esquerda.

O cronograma político em gestação já tem alguns pontos definidos. Em primeiro lugar, o bloco quer deixar o MDB como está, combatendo as ideias de subdividir a agremiação em mais de um partido. Afinal, raciocina a esquerda, o MDB é um partido agora forte, e a esquerda um grupo forte dentro do partido — mudar para que, então? Outra meta é indicar o líder da bancada da oposição na Câmara — e o favorito disparado nas especulações, até o momento, é o paulista Freitas Nobre, derrotado por apenas dois votos de diferença, no ano passado, pelo atual líder Tancredo Neves.

A esquerda pretende, também, aumentar sua influência na repartição das 71 vagas do diretório nacional. A recondução do deputado Ulysses Guimarães à presidência do partido será certamente apoiada pela esquerda, com quem o parlamentar paulista dialoga com bastante desenvoltura. É possível, contudo, que o preço cobrado para a permanência de Guimarães na chefia do partido seja o afastamento do atual secretário geral, o deputado pernambucano Thales Ramalho, há tempos na alça de mira da esquerda.

Os próprios "moderados" do MDB divertem-se com o que consideram uma tendência inevitável de todo "autêntico": tornar-se um moderado depois de oito anos de mandato parlamentar. Essa travessia, contudo, nem sempre se completa. Pois Chico Pinto e Fernando Lyra chegam ao limite dos oito anos com a perspectiva de que não só continuaram "autênticos", mas até de formalizarem-se na liderança da agora fortalecida ala esquerda do MDB. Chico Pinto perdeu seu mandato em 1974 — pelo teor de um discurso contra o então chefe da junta militar que governava o Chile, general Augusto Pinochet. Mas continuou morando em Brasília e no semestre passado teve um papel decisivo no movimento dos "autênticos" que empurrou a oposição até a fracassada campanha presidencial alternativa do general Euler Bentes Monteiro. Agora, ele volta à Câmara fortalecido com os 120 000 votos que conquistou na Bahia. E será muito difícil evitar que sua energia e animação dominem uma boa parte das iniciativas "autênticas".

A verdade é que, pela primeira vez desde 1964, a presença da esquerda no Congresso é admitida pelo governo sem que se registrem maiores tremores no Planalto — o que decerto configura mais um sintoma de abertura política. Tudo bem, então? Nem tanto: o governo não gosta nem um pouco do que está vendo, e inclusive emite sinais já ouvidos em outras épocas. "Há pelo menos dez extremistas nesse grupo", comentou para VEJA uma fonte do Palácio. "Isso não é bom." Espera-se, de qualquer forma, que esse desagrado governamental seja canalizado para o combate político — e o melhor fórum para tal combate é o Parlamento. Estatisticamente, a esquerda tem ali cerca de 15% dos lugares. Nem o país nem o governo vão acabar por isso.

VEJA, 29 DE NOVEMBRO, 1978

adversário com esquema perfeito de propaganda e com muito dinheiro para comprar votos. Há ainda um outro aspecto, esse de minha inteira responsabilidade: não faço política de favores e nem mesmo tinha sede eleitoral. Finalmente, uma coisa que o Brasil inteiro não vai acreditar: só gastei 15 mil cruzeiros na eleição para fazer uns panfletos e pagar a gasolina de algumas viagens».

Outro problema grave apontado por Copetti foi a impossibilidade de usar a rádio e a televisão: «Estou certo que faria mais 20 ou 30 mil votos se pudesse fazer minhas ideias conhecidas, pois acredito nelas».

Quanto à acusação da imprensa de que sua ligação com a Tendência Socialista do MDB o teria prejudicado eleitoralmente, Copetti declara. Ninguém tem o direito de deixar de plantar uma

árvore por não ter a expectativa de colher no futuro. É verdade que o socialismo ainda enfrenta alguma resistência. O socialismo tem sido pintado como um bicho papão. A ideia equivocada de divisão da frente de oposição».

Entretanto Copetti está decidido a se manter na Tendência Socialista que por ter sido fundada apenas um mês antes da eleição teve uma participação bastante restrita na campanha eleitoral. Ele acha que «política se faz com paciência e determinação».

Além de Copetti, dois outros candidatos também tidos como de esquerda, apesar não terem conseguido se eleger, fizeram uma boa votação no Rio Grande do Sul: André Foster, com 16.234 votos, e Roque Steffen — com 8.844. (Securial de Porto Alegre)

Minas Gerais

Cássio: não sabemos ainda que partido vamos poder criar.

Cássio Gonçalves iniciou a militância política no movimento estudantil, sendo presidente do DCE da Universidade Católica de Minas Gerais, na gestão 58/59. Depois de formado dedicou-se à advocacia sindical. Elegeu-se agora deputado estadual: seu depoimento:

«Em 1964 nós começamos justamente a voltar a discutir política, achando que estava se abrindo um espaço que deveria ser preenchido. Essas conversas preliminares giravam muito em torno da criação de um novo partido político. A maneira que nós preencheríamos o espaço político seria articulando um novo partido político, ainda que não houvesse viabilidade de se efetivar esse objetivo. Essas discussões então, acabaram por se fixar nas candidaturas, a minha e a do Edgar Amorim.

Eu acho que a maior parte dos votos nossos, como a dos outros, chamados populares, vieram de classe média. Apesar de em todos os casos ter existido uma penetração boa, razoável, em classe operária. No nosso caso, em parte corresponde ao trabalho desenvolvido durante a campanha e em parte a lideranças já existentes. É o caso típico do João Paulo, onde em Monlevade nós tivemos uma votação muito boa.

De qualquer maneira, a proposta política nossa foi da maior importância para o êxito das candidaturas, e que fundamentalmente era a proposta de organizar o povo.

Além disso, me parece que pesou muito para o êxito dessas candidaturas as pessoas que aderiram a elas e que até certo ponto foram responsáveis pelo lançamento das mesmas. Nós tivemos nomes politicamente desconhecidos, eu e Amorim, e não tivemos estrutura partidária para garantir esse sucesso.

Daqui pra frente a questão vai ser a de dar continuidade ao nosso trabalho. Nós tivemos muitos contatos, abrimos muitas frentes; eu acho que há um espaço enorme a ser preenchido

Amorim: agora é voltar aos núcleos e debater os novos partidos.

Iniciou a militância política em 1960, no Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte, do qual foi um dos diretores. Em 1962 participou da campanha eleitoral do líder operário José Gomes Pimenta (Dazinho), pelo Partido Democrata Cristão. Em 1966 foi integrante do comitê eleitoral do deputado, cassado, Edgar da Mata Machado - MDB, eleito agora deputado federal. Seu depoimento:

«A minha candidatura, como a do Cássio, surgiu no bojo das discussões sobre a construção de um partido que poderia ser definido como popular e democrático. Democrático, no sentido de ter mecanismo que assegure a democracia interna e a participação das bases; e de corte socialista. Quando essas candidaturas surgiram, elas tinham o objetivo de se tornar um instrumento que viabilizasse a nucleação desse partido. E nesse sentido eu acho que o saldo é positivo. Ficou aí um mapa de grande parte do interior de Minas Gerais, de pessoas que foram motivadas a assumir ou reassumir uma militância política, uma vez que já estavam predispostas a isso, mas que discordavam da estrutura tradicional do partido.

O nosso propósito agora é dar continuidade ao trabalho iniciado durante a campanha. Esse

e estamos nos propondo já voltar a todos os locais onde estivemos, não só para fazer uma análise da campanha, mas para concluir a um trabalho futuro.

Sobre a questão dos novos partidos a idéia que se tem é a de criação de um partido efetivamente popular, nascido das bases, onde se exerça a democracia interna e finalmente se caminhe para um rumo socialista.

Hoje, com a nova legislação, nós ainda não temos todos os dados na mesa; não sabemos que partido nós vamos ter condições de criar agora. Agora é o tempo certo pra gente dialogar com todas as forças políticas que têm compromisso popular, para ver se conseguimos condições para criar um partido, que ainda não será, no meu entender, o partido ideal. O que nós queremos é o que surgirá de um trabalho político de organização das bases. Elas são que irão criar o seu partido.

Eu digo isso porque acho que a questão partidária ainda não chegou à classe trabalhadora. Hoje reinicia-se um trabalho de mobilização, através dos movimentos grevistas; com isso engatilha o ressurgimento de um movimento sindical autêntico, com algumas lideranças realmente expressivas no Brasil. Mas os principais problemas para a classe trabalhadora ainda são, principalmente, os problemas salarial e o da estrutura sindical. O que não quer dizer que nós não vamos levar a discussão política até a classe trabalhadora, é em decorrência dessa discussão surgirão os quesitos de um novo partido.

A questão da reorganização partidária, colocada agora, será mais ao nível do parlamento, ao nível de intelectuais, ao nível de políticos. Não ao nível dos trabalhadores. De qualquer forma esta discussão terá que voltar às bases que trabalharão conosco. Dentro disso, estejamos nós, hoje no MDB, num futuro PTB ou num futuro PS, eu acho que o trabalho a ser feito é continuar organizando bases, a fim de que elas criem consciência política e o seu próprio partido.

Eu acho também que seria uma precipitação nossa, de intelectuais, criarmos por exemplo um PS, sem escutarmos que receptividade esse partido teria na classe trabalhadora.

comitê vai se transformar numa entidade permanente, e acredito que o trabalho principal vai ser o de voltar aos grupos, e núcleos que trabalharão conosco, para a discussão da questão de reformulação partidária. Eu tenho certo que o próximo congresso, em 15 de março, já vai se reunir em termos de blocos que vão constituir os novos partidos.

Do ponto de vista da articulação propriamente parlamentar a gente já está tomando conhecimento das bancadas que vão se formando no Rio, em São Paulo e Rio Grande do Sul, com uma preocupação inclusive de saber quem é quem. Já tenho programado um contato com um grupo em São Paulo, que trabalhou em torno da candidatura do Fernando Henrique. Existe já uma síntese de um documento inicial, feito lá em São Paulo a respeito do perfil desse partido. Essa síntese nós já estamos mandando para todos os núcleos que contactamos no interior para um início de discussão, que também vai se processar aqui.

O mínimo para esse partido deve ser um comprometimento com a transformação social, com a transformação do sistema capitalista. Agora, elaborar toda a estratégia a ser seguida ao longo do processo eu acho que vai depender da evolução desse processo e de muita discussão. Eu vejo esse partido como, uma frente, mais restrita, do que por exemplo o partido proposto pelo Aírton Soares, que reuniria socialistas e trabalhistas. Seria uma frente, mas no sentido de que abrangeria socialistas de vários matizes, todos realmente comprometidos com uma transformação social.

Rio de Janeiro

Raimundo: luta pela democracia deve ter o povo na cabeça.

Raimundo de Oliveira, engenheiro e professor, é o quinto mais votado do MDB para a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Integrando a Frente Popular Eleitoral, ele obteve 60.506 votos. Aqui, seu depoimento a Fernando de Moraes Correia:

— Como você vinculará seu mandato de deputado às organizações populares que o elegeram?

— Devemos entender que a luta fundamental se dá muito mais fora do que dentro do parlamento. Portanto, a nossa atuação deve ter em vista, prioritariamente, contribuir para o fortalecimento das organizações próprias do povo como, por exemplo, associações de bairros populares, luta sindical e associações de profissionais liberais. O fortalecimento dessas formas democráticas do povo se organizar têm que ser o objetivo fundamental do nosso trabalho. A luta parlamentar é um dos instrumentos para o fortalecimento das organizações de base. Cada denúncia feita sobre um bairro popular, por exemplo, deve ser amplamente discutida e surgir dos próprios moradores ao invés de ser uma denúncia inventada pelo parlamentar. O fundamental da denúncia é o que traz de mobilização desse bairro e para quem lá tem trabalho político concreto. O mesmo podemos dizer de qualquer projeto que diga respeito a determinado setor da população. Esse projeto deve passar por profunda discussão nas bases e ter a sua elaboração acompanhada de perto pelos setores diretamente interessados inclusive, com sua presença física na Câmara. Mais importante que o projeto em si é o que ele traz de conscientização. Mesmo que não seja aprovado, a vida do projeto contribui para a conscientização da necessidade da luta organizada para sua resolução. Devemos explorar, ao máximo, todas as possibilidades do trabalho parlamentar, mas sem mistificá-lo. Esse trabalho não substitui a organização do povo em torno de suas questões concretas.

— O trabalho político feito pela campanha para a sua eleição conseguiu espantar o ceticismo em setores onde não havia organizações de base?

— É bom deixar claro que o papel do parlamentar não é doar de presente organizações prontas para os setores mais atrasados. O nosso papel deve ser o de lançar a idéia do trabalho organizado, trazendo experiências de outros lugares como exemplo da possibilidade de um trabalho consequente. Devemos ter em mente que a gente precisa ensinar ao povo de maneira organizada o que dele aprendemos de maneira desorganizada, como cita Paulo Freire no Pedagogia do Oprimido. A idéia do trabalho organizado, do fortalecimento da associação quando já existente e de sua criação quando não existente sempre esteve no centro das nossas colocações durante nossa campanha. A continuidade desse trabalho depende da nossa prática parlamentar e principalmente, do desenvolvimento das próprias lutas populares.

— Existia a frente dos candidatos populares?

— Uma característica importante dessas eleições, em comparação às anteriores, foi a mudança qualitativa do trabalho conjunto dos candidatos populares. A frente foi sendo montada na prática. Os comícios, passeatas e panfletagens conjuntas, ajuda mútua e diversas dobradinhas entre os candidatos foram a técnica nova das campanhas populares.

Havia, no início da campanha, diferentes formulações sobre a frente popular em termos eleitorais. Alguns colocavam que essa frente incluiria inclusive os chaguistas. Na prática, a frente se formou apenas com os candidatos populares, sem os chaguistas e os representantes do empresariado. Essa aproximação tem fundamental importância no quadro da reformulação partidária. Os candidatos autênticos eleitos, a nível nacional, constituíram o embrião de um futuro partido popular, mas ainda dentro de um espírito de frente, portanto, heterogêneo. Desta forma, incluirá os elementos mais combativos e progressistas que normalmente iriam para um PTB. Será constituída também por setores que já entenderam que só com o socialismo teremos uma verdadeira democracia no Brasil. Essa frente tem como ponto de unidade a luta pelo fim do regime repressivo com o máximo da participação popular porque os trabalhadores representam o setor que não tem contradições com a democracia. Levá-lo a luta pela democracia até às últimas consequências, deixando claro que a luta pelas liberdades democráticas para ser consequente exige que o povo esteja na cabeça.

Sérgio:

EM TEMPO 4 A 10 DE DEZEMBRO DE 1978

Agora é fazer um trabalho muito ligado ao pessoal da periferia

O diretório do MDB na Freguesia do O em São Paulo representa uma experiência sui generis. É um dos poucos onde o trabalho político não é realizado apenas em época de eleições, além de ter se

constituído num instrumento de organização das camadas populares que moram na área.

Como consequência desse trabalho, o diretório elegerá

Sérgio dos Santos, que agora faz novas propostas para avançar mais ainda no nível de organização da população dos bairros próximos. Sérgio fala a EM TEMPO:

A minha campanha surgiu como necessidade do trabalho anterior. Não houve interrupção do processo para participar das eleições. Travamos uma luta de oposição em um determinado momento. Daí porque os moradores militantes do diretório acharam importante participar com um candidato próprio do processo eleitoral. O resultado foi bastante animador, com o surgimento de gente nova e companheiros que estavam adormecidos e que despertaram. Na campanha, sempre levamos a mensagem de «Comissões de Moradores, de fortalecimento do Movimento de Custo de Vida, da organização sindical e de continuidade da luta.

- Bom, quanto a minha atuação como parlamentar, estarei permanentemente em contato com os grupos existentes nos bairros. Não so eu, mas o Diretorio da Freguesia do O, que é uma entidade política. Procuraremos fazer um trabalho combinado; inclusive fora da Freguesia já marcamos reuniões com

Geraldo: «Acho fundamental a formação de um bloco dos parlamentares populares».

Ex-diretor e um dos reorganizadores do DCE-Livre Alexandre Vanucci, Geraldo Siqueira, (Geraldinho) era visto antes dos resultados das eleições como um candidato com bases fundamentalmente

estudantis. Durante a sua campanha, contudo, esta tendência foi revertida e ele conseguiu penetrar em áreas da periferia de São Paulo.

Agora sua preocupação é:

como dar continuidade ao trabalho, e sobretudo como manter o seu comitê organizado, a fim de estimular a organização nos bairros populares e ter um controle da sua própria atuação parlamentar. Eis o seu depoimento:

Minha votação não teve um ponto de estouro e embora dois terços dela tenham vindo da Capital, não cheguei a ter um reduto. Estivemos entre os 10 primeiros em bairros da classe média, como Indianópolis, Jabaquara e outros, mas também na periferia, como em Brasília, Jardim São Luis, Campo Limpo, Pirituba, São Bernardo, Santo André e outros. Naturalmente, fui melhor votado onde já existia um trabalho anterior, embora a minha explicitação política em áreas onde antes não tinha penetrado também tenha favorecido. E creio que isto aconteceu porque não fiz campanha apenas com slogans gerais, mas com uma visão política bastante explicitada, centrada no combate ao regime militar.

Creio que é fundamental manter organizado o meu comitê, este entendido com as forças que participaram da campanha e que necessitarão de uma coordenação, composta de representantes das várias frentes de trabalho organizado e que vai procurar levar um trabalho de massas combinado com a atuação parlamentar. Não podemos ter a visão de que trabalho no parlamento passara a ser a coordenação das várias frentes localizadas, pois estas necessitam de uma autonomia própria, ao tempo em que devem ter também um controle da atuação no parlamento que é uma das frentes contra a ditadura.

- Além desta via, houvera a mobilização de massas, que não pode ficar restrita a qualquer limitação legal. E a tarefa da coordenação do comitê seria fazer a ligação do parlamentar com o movimento de massas; pois o parlamentar e representante de uma força política, uma corrente, e como representante desta força terá o papel de polarizar com suas posições, tanto no parlamento como na sociedade.

- Por outro lado, acho fundamental a formação de um bloco dos parlamentares populares, tanto para fazer avançar a organização nas fabricas e nos bairros, como para a atuação parlamentar propriamente dita. É necessário somar as forças de diferentes campanhas, que mesmo com todas as diferenças existentes estão todas elas comprometidas com as organizações populares. Uma das ideias em curso é a realização de uma assembleia destes comitês, que me parece deve ser atuada como um primeiro passo.

lideranças que participaram da campanha para estabelecer um programa de ação inicial. Nestes lugares da periferia, há interesse em formação de Comissões de Moradores pelo fato de as Sociedades de Amigos do Bairro estarem sendo manobradas pela administração regional, que é um órgão do Poder Executivo Municipal.

Agora a perspectiva é fazer um trabalho muito ligado ao pessoal da periferia. Aqui na região a ideia é fazer um levantamento da situação urbana. Pensamos até em realizar uma assembleia popular ampla organizada pelos representantes das vilas e dos bairros, que vai do Perus a Casa Verde, para discutirmos nossos problemas. Tais como transportes, esgotos, moradia, saúde, etc. Esta é uma ideia que vem crescendo entre os moradores e é ideia nossa não ficarmos apenas nas reivindicações pingadas.

Enquanto parlamentar de oposição, a minha primeira bandeira é a luta pela conquista da democracia. Nessa eleição teve uma característica diferente, pois boa parte dos parlamentares eleitos para a Câmara ou Assembleia são representativos, têm um trabalho de oposição e um passado de luta. Isto vai pesar no MDB. Vão existir dificuldades para uma atuação deste bloco novo, mas vai ser muito mais fácil, porque já nas eleições houve uma coincidência nos programas de uma série de parlamentares que foram eleitos. Temos uma linguagem comum e isto vai solidificar a nossa atuação.

Marco Aurélio: «O Parlamento vai servir principalmente como uma tribuna de denúncia».

Marco Aurélio Ribeiro, advogado, trabalhou junto as oposições sindicais metalúrgicas de São Paulo, São Caetano e Campinas, entre outras. Destacou-se pela participação na luta dos moradores em

«loteamentos clandestinos» e agora, eleito deputado estadual, preocupa-se com a organização popular e com o fortalecimento dos diretórios do MDB. Seu depoimento:

O trabalho que permitiu a minha eleição foi fundamentalmente desenvolvido junto as camadas populares, especialmente os trabalhadores. E na minha plataforma, o que se deu mais ênfase foi a necessidade da organização popular. Mesmo depois das eleições, nos já realizamos várias reuniões com trabalhadores, principalmente nos locais de moradia, dando continuidade ao trabalho da campanha. Enfim, o trabalho continua e deve prosseguir durante a legislatura; porque o objetivo a médio prazo é conseguir uma organização forte do trabalhador e construir um outro regime, uma outra sociedade diferente da atual em que a gente vive.

O parlamento vai servir principalmente como uma tribuna de denúncia dos problemas da população e podemos utilizar o mandato para fazer ressoar os problemas e as lutas dos trabalhadores. Tendo em vista a bancada que foi eleita para a Assembleia Legislativa, criou-se uma expectativa que a princípio não estava colocada, porque se conseguiu realmente eleger uma bancada muito boa no MDB. Isto cria a possibilidade de se fazer um bloco dos parlamentares autênticos que terão uma atuação conjunta na defesa dos trabalhadores. Quanto a projetos concretos a apresentar na Assembleia, eu ainda não me preocupei com isto, até porque não é através de projeto de lei que a gente vai resolver os problemas do povo brasileiro.

Acho que a gente não deve se esquecer do trabalho partidário, principalmente em suas bases. Isto porque, se fizermos um trabalho de base totalmente desvinculado do MDB - para simplesmente daqui há dois ou quatro anos lançar novos candidatos - quem estiver fazendo este trabalho de base pode ter espaço para lançar candidatos. É necessário conciliar as duas coisas. É importante fazer o trabalho de base partidária e é fundamental tomar, disputar e tomar os diretórios do MDB que estão nas mãos dos adesistas e fisiológicos, pois temos que saber usar um diretório como um instrumento de trabalho.

Isto não significa carregar para dentro dos diretórios do MDB todos os trabalhadores de base que existem hoje em São Paulo. Estes trabalhos independentes devem continuar mantendo a sua independência em relação ao partido de oposição. Mas não podemos deixar de ocupar o espaço dos diretórios. Principalmente agora, porque senão este espaço será ocupado por outros, o que criará problemas no futuro.

Conjuntura Brasileira começa a publicar neste número 24, um dossiê sobre as posições e propostas políticas de algumas personalidades, de representantes de Organizações e Partidos políticos, Comitês e Sindicatos, que representam diferentes correntes da oposição ao regime ditatorial. Nosso objetivo é contribuir para o conhecimento dessas diferentes posições. Para facilitar a apresentação, formulamos 3 questões que orientam as entrevistas. As respostas a estas questões foram extraídas de entrevistas, declarações, publicadas em diferentes jornais e revistas brasileiros.

O material disponível não nos permitiu organizar todas as entrevistas segundo as 3 perguntas formuladas por CB.

- 1- Análise da conjuntura brasileira
- 2- O que propõem em substituição a ditadura
- 3- Qual a proposta política para encaminhar as lutas contra o regime

SEVERO GOMES

Severo Gomes foi ministro duas vezes nos últimos 14 anos - da Agricultura, durante o governo Castelo Branco, e da Indústria e do Comércio, du-

1 - mobilizar a nação para assegurar autonomia do capital

Durante o período que vai de 1968 a 1973, mesmo que os empresários não tivessem capacidade de influir diretamente nas decisões governamentais, não havia perspectivas de mudanças muito profundas. A economia brasileira estava se aproveitando do grande dinamismo da economia internacional que vinha da década de 60. Uma década única na história do capitalismo com relação à rapidez do crescimento não só da economia, mas também com o agigantamento das grandes empresas. Uma época em que havia uma idéia mais ou menos difusa e pouco crítica de que era uma fatalidade a internacionalização da economia, era uma fatalidade as grandes empresas multinacionais que seriam as grandes responsáveis pela geração de tecnologia pelo desenvolvimento econômico e até pelo bem-estar dos povos. Até que a crise de 73, com o embargo do petróleo, veio desnudar a realidade, mostrando de que modo este processo todo tinha gerado distorções internas muito grandes e agravado o tipo de relações do país com os centros industrializados. Então hoje os empresários sabem que as políticas não serão mais aquelas que podiam ser adotadas durante o período que vai de 68 a 73, que eram pequenas medidas quantitativas em torno de combater um pouco mais a inflação ou não conceder um pouco mais de incentivos para este ou aquele objetivo, criar faixas de financiamento para atender a um setor ou outro. Hoje as decisões são de outra natureza, são muito mais profundas e dizem respeito até a uma reavaliação de nosso passado, para ter um pouco mais de clarividência em relação ao futuro. Acho que neste momento em que os empresários sentiram que as decisões são de outra natureza, sentem também a necessidade de uma outra articulação da sociedade para poder influir no seu próprio destino, que no fundo é aspiração de todos os grupos que compõem a sociedade. De uma certa maneira se poderia dizer que é uma aspiração até de segurança em relação ao futuro.

M - Na sua opinião, esta aspiração atinge indistintamente o empresariado, ou ela é mais forte em determinados setores?

SG - Eu acho que ela é mais forte na faixa dos empresários do setor industrial, nacional, e preponderante na área da média e pequena empresa. Isto não exclui o fato de existir nas grandes empresas nacionais - na verdade são raríssimas as que poderiam ter este nome -, empresários que estejam dentro deste modelo de pensamento.

Acho que não haverá governo que possa amanhã tomar medidas no sentido de preservação da independência, de resistir a pressões externas se não tiver, à sua retaguarda, uma mobilização nacional. Ele será extremamente frágil. O ponto de partida é que você tenha mobilização. Se você tiver mobilização, aí tudo é fácil. É fácil no sentido de que você tenha um povo mobilizado, consciente do seu projeto e então com poder para discutir os seus termos de negociação com os interesses externos. Esse é o ponto de partida. É evidente que haverá tendências desestabilizadoras, mas eu creio que o nível de consciência dos problemas, hoje, é muito maior do que no passado.

A crise de 73 vem mostrar o quê? Que esse tipo de crescimento econômico aumentou enormemente a dependência externa com relação à internacionalização da economia, à presença do capital estrangeiro no país, numa penetração maior não só em dimensão como também em pro-

rante o governo Getul. (...) empresário ligado à agropecuária e à indústria: é grande proprietário de terras, criador de gado leiteiro e de corte e dono da Tecelagem Parayba, uma das maiores fábricas do país do setor de confecções têxteis.

fundidade. Mas o processo gerou outras distorções, como aquelas que decorriam da concentração de renda, da divisão da sociedade, das distâncias do desenvolvimento entre as regiões, do crescimento das grandes cidades. Então, o país se enfraqueceu na medida em que o seu poder estava perdendo vigor dia a dia nos diferentes campos. O poder nacional se assenta basicamente no povo consciente que deseja o seu futuro, a sua identidade como povo. Se a nação está dividida, se a sociedade está dividida, se os conflitos aumentaram, você tem a sociedade enfraquecida. A economia ficou tão dependente que o país não pode controlar nem as importações porque nós temos que importar todo ano mais petróleo, mais borracha, mais alumínio e mais cobre; e não podemos deixar de importar, pelo peso que têm, na indústria, os setores modernos de ponta. Nós não desenvolvemos a nossa produção de cobre, de alumínio ou de borracha ou de fertilizantes e repousamos numa indústria de ponta que evidentemente só podia crescer na medida em que houvesse uma concentração de renda. Ficou claro para todos os setores e principalmente para as Forças Armadas tão preocupadas com a segurança nacional, com o fortalecimento do poder nacional, que esse modelo de desenvolvimento acabou enfraquecendo o poder nacional.

A manutenção deste modelo vai constantemente agravar o problema da dívida externa, mesmo porque toda a indústria de ponta, a indústria de bens duráveis que vem sendo o carro-chefe da economia brasileira, se renova à custa de novos tipos, novos modelos, novas engenhocas. Esses novos modelos, esses novos tipos representam constantemente uma drenagem a mais para fora. Um exemplo claro é a introdução da televisão em cores. Nós tínhamos a televisão em branco e preto, toda a América Latina só tinha a televisão em branco e preto. Cerca de 60% do mercado, ou mais até, 65% do mercado pertencia a empresas nacionais que produziam esses televisores. Então, com base numa série de articulações de interesses se admite a TV em cores. E ela significa o quê? Primeiro, pagamento de assistência técnica, importação de partes complementares; e, além do mais, o predomínio absoluto das empresas estrangeiras que hoje detêm inteiramente o mercado de televisores nacionais. Você não pode é imaginar que seja controlável uma dívida externa a longo prazo com a manutenção do modelo. Agora, com uma mudança fundamental do modelo econômico, aí você pode ter uma dívida pesada, mas terá um país capaz de negociar esta dívida e, no curso do tempo, reduzi-la a uma proporção saudável. O que importa fundamentalmente é a mudança de modelo; porque, mesmo que fosse possível hoje eliminar essa dívida, no dia seguinte ela continuaria a crescer novamente.

é preciso ter uma lei que permita ao governo o controle do capital estrangeiro.

Hoje o capital estrangeiro tem liberdade de investir em qualquer área da economia brasileira, a não ser naquelas que são vedadas pela lei, como é o caso da área de comunicação. Com relação ao resto, ele tem absoluta liberdade. Quando se ouve uma discussão a respeito de se foi aprovado ou não um projeto desta ou daquela empresa estrangeira pelo governo, a aprovação significa apenas concessão de incentivos, só isso. Então é preciso que, preliminarmente, o investimento estrangeiro tenha que ser aprovado pelo governo, é preciso que amanhã o CDI não seja um órgão que sirva para dar ou não incenti-

vos, mas um órgão que aprove ou não determinado investimento, para verificar como ele vem, se traz o capital, se traz tecnologia, onde é que ele vai operar, se há interesse nacional de que isso ocorra, e que amanhã essas coisas sejam debatidas e julgadas em função de normas que venham a ser estabelecidas num debate nacional a respeito do que nós queremos e qual será o papel do capital estrangeiro no nosso desenvolvimento.

M - Com relação à questão de um novo modelo que se baseie mais no mercado interno, ... SG- Nós temos notado nesse debate sobre o problema do mercado interno e mercado externo a afirmação constante de que a expansão do mercado externo não conflita com a expansão do mercado interno, pela simples razão de que se eu tenho amanhã condições para ocupar mercados externos, essa ocupação significa crescimento de nível de emprego e da renda dentro do país; e que, portanto, representa a própria ampliação do mercado interno. Formalmente isso pode ser até verdadeiro, mas o que ocorre é que para nós exportarmos os produtos industrializados temos que conceder tal nível de incentivos, que anda em torno de 50% do valor, que o crescimento do mercado externo significa constantemente um incentivo que é concedido através dos impostos, recursos do tesouro que vão para as empresas e portanto são retirados do consumidor nacional.

Então, na verdade, os incentivos mostram que o mercado externo hoje é conquistado com a redução do mercado interno. Eu acho que o problema do mercado interno está intimamente ligado com o problema da concentração da renda e o problema de liberdade de organização, liberdade sindical. Quer dizer, nós não teremos uma melhor distribuição de renda se não tivermos uma organização dos trabalhadores com capacidade de lutar pelos seus interesses, e não teremos um mercado interno se não tivermos uma melhor distribuição de renda. Então eu acho que o ponto fundamental é esse: melhor distribuição de renda para expandir o mercado interno.

Agora, com relação ao problema de estrutura agrária do país, eu acho que ela é extremamente complexa, e as situações das diferentes regiões têm natureza diferente. Eu creio que há problemas de estrutura, mas que eles não são preponderantes com relação à economia agrícola do país. Eu acho que o problema da grande massa está muito mais ligado à organização sindical dos trabalhadores, a uma legislação adequada para regular o trabalho do campo do que à questão da estrutura agrária.

2 - A própria sobrevivência dos empresários depende de uma sociedade mais harmônica Devemos saber ajustar os conflitos

Nós precisamos reconhecer que nós vivemos numa sociedade de classes, portanto numa sociedade onde existe permanentemente o conflito de classes. O que é preciso é legalizar, institucionalizar e reconhecer esta realidade, e fazer com que tenhamos um modelo político capaz de ajustar e resolver estes conflitos permanentemente. Eu acredito que este problema da Central de Trabalhadores, como o da União de Estudantes, está muito ligado à forma de ação. Você pode admitir até que, em determinados momentos, o processo de luta política possa ser conduzido de forma a comprometer a construção de uma sociedade democrática. E então, acho que o problema não é fundamentalmente da existência ou não dessas organizações. O problema é de que elas tenham a sua existência dentro de duas perspectivas: a primeira é de

que todos devem ter a preocupação do exercício democrático dentro da sociedade; a segunda é que dentro do exercício democrático, através do Congresso, você tenha leis que regulamentem a ação dos diferentes grupos e as diferentes formas de expressão e de luta dentro da sociedade. Acho que em tese você pode admitir que estas organizações venham a se constituir, mas o importante para sua sobrevivência é a maneira como elas fortaleçam o regime democrático, as instituições, a ordem jurídica do país e não trabalhem no sentido até de se contrapor às normas que venham a ser estabelecidas para o convívio da sociedade.

Há pouco tempo Luís Carlos Prestes, em uma entrevista a *Isto É*, fez um autocrítica de 64, e você encontra hoje um número muito grande de forças que estavam ao lado de Jango fazendo a mesma autocrítica, reconhecendo que se precipitaram numa radicalização no sentido de romper a estrutura jurídica do país, enfim, no sentido de fazer uma verdadeira revolução. Eu entendo que estamos no limiar de uma grande decisão nacional. Ou nós marcharemos para uma visão diferente, para a incorporação da grande maioria dos brasileiros, ou estará comprometida a sobrevivência do próprio regime capitalista dentro do país. O que não se pode entender é a sobrevivência de um regime onde a grande maioria seja excluída, e com a grande maioria excluída a tendência dos grupos dominantes é a identificação com o exterior não só no sentido dos interesses, mas até identificação cultural. E os processos são dinâmicos, eles não são estáticos; então se se pudesse imaginar a manutenção, o congelamento da vida, ainda se poderia imaginar a manutenção da situação atual por um tempo relativamente grande. Mas estamos num dinamismo. Ou nós marchamos para a construção de um projeto nacional, ou nós vamos ter a nossa dependência aumentada.

Eu acho que este momento se aproxima cada vez mais não só pelos acontecimentos internos - que vêm marcando a vida contemporânea - mas também em virtude da crise internacional. A crise internacional abre brechas que podem ser aproveitadas. O mundo industrializado, o mundo desenvolvido não poderá sobreviver tal como existiu até hoje, se não aprofundar a dependência, a dominação. E os grupos dominantes, dentro da sociedade brasileira tomam consciência de seu papel com relação à sociedade, à sua história, ao seu povo, ao seu futuro - e buscam uma mudança profunda - ou estão condenados ao desaparecimento.

3 - Um partido reformista

Eu acho que o fundamental é imaginar um partido que se proponha a realizar uma democracia que incorpore a grande maioria e que por isso mesmo tenha condições de realizar um projeto de independência.

Primeiro é preciso ver de que maneira vão ser estabelecidas essas regras para a reorganização partidária, pois elas podem ficar tão limitadas que acabam sendo mais uma frustração. Mas imaginando que elas permitam um grau razoável de liberdade, eu acho que as coisas vão depender do resultado das eleições de 15 de novembro, de como vai se compor a representação do MDB. A vitória de 1974 foi surpreendente para o próprio partido e ela levou-o talvez a conflitos internos maiores, pela heterogeneidade da sua representação. E preciso então saber como é que vai surgir o MDB em 15 de novembro. É possível que ele surja até com condições de ser realmente um partido, o partido reformista do país, e encaminhar esses projetos a que nos referimos. É possível que isso não ocorra, daí a necessidade de surgirem então outros partidos. 6 a 12/11/78

FRANCISCO JULIÃO: ex-líder das Ligas Camponesas

1- o capitalismo inevitável

JULIÃO - Não podemos absolutamente evitar que o capitalismo floresça no Brasil, e por esta razão não se pode fazer uma crítica radical a este sistema capitalista mais maduro. Devemos buscar mecanismos para impedir que esse capitalismo abale a própria soberania política do país, selecionando, por exemplo, o capital que deve ou não permanecer no Brasil. No campo, no entanto, minha posição é mais radical: sempre achei, e continuo achando, que

a terra deve pertencer aos camponeses, que ficaram com a parte desprezível do banquete da sociedade. Aí está o fenômeno dos bóias-frias demonstrando que o camponês foi arrancado das parcelas de terra que ainda tinha e transformado numa espécie de escravo deste novo processo capitalista que avança pelo campo. Neste sentido, acredito que a reforma agrária deve ser feita para que o camponês se sinta feliz e se realize na terra, e não seja expulso dela.

Volto a dizer que a entrega da terra às grandes empresas tende a agravar os problemas no campo e também os das cidades, pois dessa forma o êxodo rural não será estancado. A reforma agrária continua sendo um desafio para o aprofundamento de uma autêntica democracia social no Brasil.

A experiência das Ligas Camponesas está superada pelo próprio desenvolvimento do capitalismo no campo. Hoje eu trataria de fazer uma cam-

panha no sentido de estatizar as terras para que os camponeses pudessem se organizar em grandes cooperativas, mas nunca reativaria as Ligas.

2 - unir todos pela abertura

Sinceramente, estou convencido de que todas as forças que trabalham pela abertura política devem se unir, e eu me junto a elas. A realidade do Brasil agora é outra e nós queremos, efetivamente, que o país se redemocratize.

O processo de transição começou com a crise do petróleo, quando o sistema começou a entrar em crise. Não quero dizer com isso que o regime morreu, porque um organismo político nunca morre de uma vez. A transição deve ser produto do trabalho do povo brasileiro e a espetacular derrota do governo nas eleições de 1974 foi uma clara manifestação de descontentamento. Na medida em que o povo começa a se organizar e a se unir, a transição naturalmente tende a se acelerar.

Acho as reformas positivas. Mesmo que elas tenham sido feitas com a preocupação de amortecer a mobilização da sociedade brasileira, podem contribuir para apressar a transformação das instituições. Este é um momento em que a oposição deve ter um ato de inteligência, que consiste em tratar de buscar coincidências entre as várias forças oposicionistas, deixando as diferenças para depois.

o senhor considera indispensável a convocação de uma Assembléia Constituinte?

JULIANO — A anistia é indispensável, devemos concentrar tudo nela. A Constituinte pode ser o passo seguinte. O governo está entrando agora num processo de revés e a oposição deve encarar isso com inteligência, sem se extremar.

3 - Por um partido nacionalista

No momento o socialismo, embora não seja utópico, não é uma perspectiva que me entusiasma. Não quero participar de um partido que queira instalar o socialismo no Brasil amanhã ou depois de amanhã. Creio que um Partido Socialista, como deseja o Almino Affonso, irá congregiar homens inteligentes, gente muito honrada, mas irá ser um partido confinado como o velho Partido Socialista Brasileiro, no qual militei sempre, que tinha uma grande projeção intelectual mas não tinha massa.

Ao invés de militar num Partido Socialista que vai fazer concessões à social-democracia, à Internacional Socialista ou a um socialismo tipo sueco — que julgo não serem modelos adequados ao Brasil e à América Latina e incompatíveis com o socialismo científico que defendo —, é melhor ingressar num partido nacionalista, que defenda a soberania econômica do país e incorpore as grandes massas à vida política. Acho, portanto, que o socialismo deve ser visto num horizonte de longo prazo.

Soberania não compreende apenas a defesa do território nacional. A soberania existe no momento que o trabalhador pode dizer "eu tenho trabalho", que o menino diz "eu tenho escola", que a mulher que vai dar à luz diz "eu tenho maternidade". Penso, portanto, num partido que, além da preocupação com a defesa de nossas matérias-primas essenciais, lute pela incorporação dos trabalhadores à vida política, por sindicatos autônomos, pelo direito de greve, pela livre manifestação do povo na escola de seus representantes no parlamento, nos sindicatos ou nas universidades.

VEJA — *Seria um partido de classe?*
JULIANO — Não. Um partido de classe estreitaria o problema. Estou falando de um partido que abarque grandes massas.

VEJA — *Há lugar para a burguesia neste partido que o senhor concebe?*

JULIANO — Há, desde que não seja uma burguesia associada ao capital monopolista internacional. Há lugar para a burguesia, até agrária, que esteja interessada no desenvolvimento autônomo e não esteja incapacitada de participar ativamente na luta pela libertação e soberania do Brasil.

VEJA — *É possível levar adiante uma pregação nacionalista num país que tem uma dívida externa de mais de 30 bilhões de dólares e depende do capitalismo internacional?*

JULIANO — Esta é mais uma razão para que o povo seja convocado. A dívida foi tomada sem que as pessoas fossem consultadas e agora sem a participação do povo é difícil resolver o problema. Este é mais um motivo para termos um regime democrático no amplo sentido do termo.

VEJA — *Esse partido que o senhor quer é o PTB?*

JULIANO — A sigla pode ser esta, mas acho errado reeditarmos o Partido Trabalhista Brasileiro, que traz à lembrança coisas nocivas. Prefiro falar num Partido dos Trabalhadores do Brasil, próximo à carta-testamento de Getúlio Vargas, um documento antimperialista.

Acho que devemos buscar os símbolos nacionais, e a carta-testamento é um deles. É por isso que eu estou me aproximando de homens como Leonel Brizola.

VEJA, 11 DE OUTUBRO, 1978

ALMINO AFFONSO

2 - 3 - Um partido socialista

Poder Executivo, que se sustenta só e exclusivamente na força das armas, espúrio de nascença, divorcia-se da Nação cada vez mais. Como romper caminho nesse cipoal que nos emaranha? Devolvendo ao povo o direito de decidir sobre o seu próprio destino. E isto supõe a anistia, que assegure a todos os brasileiros participarem, livremente, da reorganização política de sua terra; e implica na convocação da Assembléia Nacional Constituinte, como expressão soberana da vontade de todos.

Sobretudo nos próximos meses, quando o problema da constituição de novos partidos estiver em pauta, não poderemos esquecer o enorme apelo popular que a legenda do partido da Oposição passou a ter. Obviamente, eu continuo a sustentar a necessidade de que se organize um partido que represente os interesses dos assalariados, cuja militância seja integrada pelos trabalhadores em geral, que seja democrático em sua estrutura interna e em seus valores básicos, e que tenha

FOLHA DE S. PAULO como compromisso histórico a implantação de uma sociedade socialista, democrática e igualitária. Ora, o MDB é tudo, menos isso. O fato, porém, é que a abertura política (cujo ângulo, há alguns meses, era legítimo entrever mais amplo) ainda é estreita. Há tarefas imediatas, de natureza institucional, a serem cumpridas. Ou as realizamos ou o retrocesso pode ocorrer, por mais absurdo que pareça. O difícil é imaginar o País imprensado como está. Responderá o MDB, à altura, a esse desafio? 21-11-78

A PROPOSTA DO PTB Brizola: tentando somar

LISBOA — Leonel Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul e um dos principais chefes políticos do antigo Partido Trabalhista Brasileiro, vem ampliando seus contatos para o relançamento do PTB, numa operação que, a seu ver, não se confunde com nenhuma "volta ao passado" sobre a qual as Forças Armadas manifestaram reticências, mas sim a construção de um "PTB ajustado aos novos tempos" que poderá ser a base comum para diversas tendências de oposição.

"Folhã" — O que acha da proposta de criação de um "neo-MDB", que seria uma espécie de frente ampla das forças da oposição? Já tem gente pensando nisso.

BRIZOLA — "Tenho discutido com algumas pessoas que sustentam esse ponto de vista. E, com o respeito que sempre posuo pelo pensamento de meus amigos, concluo essas discussões afirmando que a frente ampla da oposição já existe e o próprio MDB, com sua força e suas limitações. Mas, no momento em que o país ingressar

num período de democracia institucionalmente garantida, é preciso pensar na reorganização política dos brasileiros. Uma reorganização só possível com a mediação dos partidos. Minha visão sobre o novo PTB, sobre um PTB ajustado aos novos tempos, poderá, por outro lado, ser o leito comum pelo qual correrão as águas de várias tendências. Trata-se, assim, de um instrumento potencial para a expressão de nossa unidade nacional e popular." o PTB, como expressão popular

Almino Affonso é advogado, ex-deputado federal, ex-ministro do Trabalho e da Previdência Social, ex-professor da Universidade Católica do Chile e atuou junto à Organização Internacional de Trabalho (organismo vinculado à ONU).

da realidade brasileira, atribui-se como papel a formação deste grande instrumento político representado pelas novas gerações. Ressurgiremos enriquecidos com a integração de correntes afins, algumas já existentes antes de 1964. Com a experiência amarga que recaiu sobre nosso povo nesses últimos 14 anos, surge a automática neces-

ISTOÉ. Quais são as tendências que se reúnem em torno do PTB?

Brizola. Temos que surgir identificados por princípios gerais comuns. E depois trataremos de elaborar o programa, com o concurso das bases. Eu me sentirei profundamente realizado e feliz se puder exercer o papel de mediador dessas tendências, sem nenhum projeto pessoal, e conseguir com isso construir um grande instrumento para as novas gerações.

Ivete Vargas o PTB é, em primeiro lugar, Getúlio Vargas,

gente mais à nossa direita começou a falar em PTB. Fala-se em PTB com Ney Braga, Jarbas Passarinho, Chagas Freitas, Antônio Carlos Magalhães, Maluly etc e tal. Eu acho graça, porque, se eles conseguissem por um acaso fazer esse grupo e ter a legenda do PTB, a legenda não ia adiantar nada. Porque o prestígio da legenda corresponde à expectativa de um comportamento que eles não podem ter, pelos compromissos que têm, de ou-

trazendo de integrar num grande partido nacional correntes junto às quais eu venho me empenhando para estabelecer um clima de compreensão e respeito nessa fase inicial de reestruturação.

Sei que existem vários projetos de criação de partidos socialistas. E venho insistindo, em todas as oportunidades, como o

tra natureza. Um grupo mais à esquerda do que o PTB também começou a pensar em termos de PTB, o que igualmente não faz sentido. Eu não tenho o direito e o PTB também não o tem de, em nome dos interesses da classe operária, apresentar uma determinada proposta política. Ninguém estabeleceu que a classe operária realmente é pela abolição da propriedade privada, é pela transformação estrutural do sistema. Eu acredito que, hoje, todos os assalariados exigem e reclamam justiça, porque eles foram roubados nos seus salários. Mas eu acho que, no Brasil, o sentimento ainda é de oportunidade de ascensão social. Logo, é de humanização e de reformulação do capitalismo.

O instrumento para promover a superação do subdesenvolvimento é a burguesia nacional, é o industrial brasileiro, que tem que ser prestigiado nesta fase. Nós continuamos integralmente solidários com ele. Evidentemente esperando dele que compreenda a pressão social que cada vez mais se exerce e que

o que estamos sentindo face à «frente emedebista» é uma atitude aparentemente deliberada de obstruir as articulações do PTB e isso é evidente a nível nacional, uma orientação das direções do MDB.

O MDB é uma frente que saiu vitoriosa e deve ser prestigiada como frente, o que não quer dizer que a rearticulação do povo não continue sendo necessária. A divisão da frente não ocorrerá pelo simples fato da rearticulação do PTB.

O trabalho de organização do PTB marcha paralelo com a luta pela democracia; um não exclui o outro. Esse é um processo dialético que vai desembocar numa nova conjuntura que desde agora deve ser perseguida.

Ha uma corrida pela legenda do PTB e é óbvio, que a hora não é de «ficarmos atirando pedras», mas o partido que nós pensamos não é o que pensa a ex-deputada Ivete Vargas. O que colhi com o ex-governador Brizola nada tem a ver com essa proposta. O partido que pensamos é um retrato do velho PTB em seus contornos básicos, mas o retrato está descorado, pois já passaram quinze anos. A conjuntura mundial mudou a Guerra do Vietnã liquidou com os planos belicistas do Pentágono. O socialismo avançou muito nesses anos.

Matheus Schmidt, ex-deputado federal, ex-vice-prefeito de Cachoeira do Sul. Assumiu a Câmara Federal em 1964, após as primeiras cassações que atingiram o PTB. Reeleito em 1966 com a quinta votação da oposição gaúcha, já pelo MDB que ajudara a fundar. Matheus Schmidt foi cassado em dezembro de 1968.

EM TEMPO Nº 40 04. 10 dezembro

«O partido que nós pensamos»

MIGUEL ARRAES ex-governador de Pernambuco.

«Folha» — Quanto ao período que o regime atravessa. O senhor acredita ter ocorrido uma ruptura na aliança das forças que o apoiavam ou, ao contrário, seu enfraquecimento resultou das pressões de setores anteriormente marginalizados?

ARRAES — «Os dois fatores devem ser levados em conta. E eles se dimensionam na medida em que o projeto econômico do regime fracassou. A exagerada internacionalização da economia subtraiu ao Brasil os frágeis dispositivos anteriores a 1964 para a defesa das empresas nacionais que poderiam nos levar a um capitalismo autônomo. A internacionalização foi levada ao extremo durante a ditadura.

a dependência aumentou

Esse processo, baseado no sistema de intercâmbios externos, agrava-se porque o País não tem defesas suficientes para invertê-lo. Já entregamos parte dos minérios aos estrangeiros. As exportações de manufaturados nos custam, por exemplo, um sacrifício enorme. O dólar para a exportação de um automóvel é arbitrariamente calculado em 34 cruzeiros, o povo paga 14 cruzeiros por cada dólar de automóvel exportado, estando em condições idênticas mais de 30 itens de nossa pauta de exportações. A população arca com a dívida externa, e com as exportações. Sem mais nada o que entregar, tendemos a entregar nossas terras para canalizá-las no circuito das exportações.»

liz recentemente em Nova York ao me encontrar com o professor Fernando Henrique Cardoso, que precisamos discutir amplamente, e sem preconceitos, a questão de nossa unidade. Isso porque acredito que todos os projetos socialistas são perfeitamente compatíveis com a visão dos trabalhadores, defendemos. RSP. 27/10/78

cada vez menos se possibilita ao industrial afrontar com sua riqueza toda a sociedade. No momento em que pensamos fazer o PTB, nós temos uma proposta exatamente aos industriais brasileiros. A proposta não é só de solidariedade do nosso partido, é uma proposta diferente das que eles já tiveram no passado: é de, conscientemente, convocar os trabalhadores para serem inclusive solidários com eles na luta contra as multinacionais e no prestígio ao industrial brasileiro. Eu acho profundamente válido o PTB ser um partido abrangente, um partido do momento brasileiro, um partido que veja na burguesia e no empresariado nacional os agentes do progresso, da libertação econômica e do desenvolvimento econômico do Brasil. Um partido que veja nos trabalhadores aqueles que merecem toda a nossa solidariedade, porque são fundamentais, com seu trabalho, para o progresso e o desenvolvimento. Mas não podemos desprezar nenhuma categoria social: os intelectuais, os artistas, a classe média e os marginalizados. ISTOÉ 15/11/1978

Não se pode construir um partido político hoje sem ter uma estratégia socialista. Agora, na conjuntura atual, recusemos um debate ideológico. Este tem mais desunido do que unido o povo. Antes de construir um partido de massas já se pensa em definir ideologicamente tudo. Esse debate não facilita a unidade, a destrói.

Devemos agora, sem maiores preocupações, partir para a construção desse instrumento, se fizermos ao contrário, teremos um partido quimicamente puro, mas não teremos um partido abrangente.

O partido que imaginamos e um partido que tenha como coluna dorsal a classe operária. Isso não fecha as portas para o empresário nacional, que são poucos no Brasil, mas a aceitação do programa tornaria isso viável. O programa deve ser a expressão da vontade de seus membros, de baixo para cima, e não como no passado, onde apenas as cúpulas decidiam. Com a morte de Getúlio, o PTB passou por uma mudança qualitativa a partir de sua Carta Testamentar. Ali começou a existir uma definição melhor da ideologia do PTB. Este é o retrato do PTB para mim. O PTB das reformas de base no qual eu estive engajado

(...) Nesses anos de exílio,

consegui refletir sobre a situação do Brasil no mundo. De fora, tomei consciência de quanto o Brasil é um país estrategicamente chave para a América Latina e para o continente africano, constituindo a maior reserva estratégica de minerais de que dispõem os Estados Unidos. Compreendi os mecanismos de nossa dependência, e a maneira com que ela tende a aumentar porque os norte-americanos são cada vez mais dependentes do exterior na obtenção de produtos de base. A chamada «interdependência» nos limita a esse papel, em lugar de, independentes, auxiliarmos os outros povos do Terceiro Mundo na luta por uma nova ordem econômica internacional.»

(...) Entendo que a independência de meu País só pode ser conquistada pelo povo, na medida em que vastos setores das classes dominantes associam-se a grupos multinacionais e defendem uma política internacionalizante."

2- novos partidos podem 3- levar à fragmentação

ARRAES — "Creio que a unificação das oposições deve permanecer até que sejam liquidados todos os dispositivos restritivos do regime atual. A criação de partidos populares passa pelo desmantelamento do aparelho repressivo. E esse desmantelamento não ocorreu e jamais ocorrerá caso enfrentemos essa luta desunidos." (...) Qualquer abertura, por menor que seja, representa um passo adiante em direção à democratização. Um projeto de democracia real exige uma luta bem mais prolongada, pressupondo a união de todos aqueles que se preocupam com os destinos de nossa população como um todo, e que para ela desejam dar instrumentos de expressão de suas reivindicações, para que expressem inclusive suas dignidades de seres humanos, infelizmente ausente de amplas camadas da população brasileira." (...) "O MDB é uma 'frente' puramente eleitoral. Mas há outras frentes não eleitorais no Brasil."

"Folha" — O senhor se refere aos sindicatos?

ARRAES — "A eles e a outros grupos que se organizam, das associações de bairro às organizações da classe média bem as que congregam advogados e intelectuais. São grupos que pressionam no sentido de liquidação de tudo o que tem a ver com os mecanismos oficiais de repressão. Mesmo que entre esses setores existam diferenças e contradições, eles exprimem todos o desejo de que o povo possa se tornar proprietário de seu destino. O MDB é apenas um componente de uma grande frente social, com camadas interrelacionadas para pressionar na mesma direção: a da democracia." "Existe uma ampla receptividade para uma luta nessa direção, embora sua formulação não seja tão simples quanto a de criar partidos. Para criá-los, basta ter uma sigla que se val buscar na história, val-se forjá-la a partir de tendências surgidas a partir de 1961, ou se transplanta para o Brasil um modelo político externo, como a social-democracia. Isso é simples pela identificação que as pessoas têm com uma sigla, sem identificarem-se com as diferentes etapas de uma luta que deveremos travar, e sem saber quais são os inimigos que devemos combater."

(...) E a criação dessa frente não constitui um projeto pessoal. Ela existe já na prática. Quem a criou foi o povo, quando se reuniu nos bairros, quando criou movimentos sindicais

que se interligam, quando protestou contra a carestia, quando os advogados se levantam ou quando a Igreja trabalha no sentido da conscientização popular. São iniciativas que emergiram acima dos partidos, representando a base de pressão para exprimir um desejo de mudança. Ao querer "regular" o relacionamento interno às classes dominantes, o regime verifica ser impossível deixar de ceder às pressões oriundas de baixo. Se quisermos que seja nesse sentido que se formem os novos partidos, inexistirá uma fragmentação das pressões populares, unidas espontaneamente. Uma frente, assim, deve surgir de baixo, sem que precisemos colocar um "chapéu" partidário de cima." (...) "Quando menciono o

projeto da frente, tenho em mente a estratégia do regime que procura nos dividir. Interessa, ao governo, a criação de vários partidos populares para que nos dividamos, formando-se facções diversas que, a partir de linguagens paralelas, compartimentarão setores do povo, sem dar-lhes o sentido exato do inimigo a ser combatido atualmente. E esse inimigo é a política econômica desenvolvida a partir de 1964, mantida à força pelo regime e que, com ou sem reformas políticas, tentará continuar a mantê-las pela força para continuar servindo os interesses dos grupos que se beneficiam desse mesmo regime. Devemos juntar-nos para liquidar esse regime." 05/11/78

PRESTES secretário geral A ditadura está em declínio

Partido Comunista Brasileiro

— Sobre o regime

"A principal característica do regime brasileiro, no momento, é um isolamento crescente da ditadura, que evoluiu desde 64 através de medidas fascizantes, como o AI-5, com o auxílio do capitalismo financeiro e reacionário. Trata-se de um capitalismo monopolista de Estado, dependente e associado ao imperialismo. Como se sabe, o neofascismo se apresenta de formas diferentes de Hitler e Mussolini.

A ditadura está, de fato, em declínio, particularmente a partir de 74, graças à derrota que sofreu nas eleições, de 80% ou talvez mais. Crescem as forças progressistas, patrióticas, antifascistas, que exigem mudanças radicais (massa operária, camponeses, classes médias, burguesia não-monopolista. Mesmo os que são ligados a monopólios estrangeiros lutam hoje até por aumento de salários)."

2-3- O PCB apoia a Frente Nacional de Redemocratização, de Magalhães Pinto e Euler Bentes. Só através da democracia é que se pode chegar ao socialismo. Por isso é preciso dar base de massas a essa Frente. Nossa palavra de ordem, no momento, é: comissões operárias e camponesas contra a carestia, pela anistia." Lutamos por uma democracia em que todas as forças sociais e políticas, principalmente a classe operária e as massas populares, tenham assegurada a sua participação, decidindo os destinos da nação.

Em linhas muito gerais, e de modo a contribuir para o debate, pensamos que serão necessariamente medidas capazes de inverter a tendência que vigorou nos últimos 14 anos, de crescente monopolização, desnacionalização e de aumento da dependência econômica em relação aos países imperialistas, e, sobretudo, medidas contra a brutal exploração a que são submetidos os trabalhadores brasileiros,

(...) para se chegar ao socialismo, é essencial a democracia. Um regime democrático que avance, que se amplie, onde o povo seja sujeito das grandes transformações antimopolistas. Um regime capaz de realizar a reforma agrária e em que uma grande maioria se ponha em marcha para libertar o país do jugo imperialista. Capaz de garantir as liberdades

sindicais, tão necessárias à organização do povo. Tudo com muito equilíbrio e bom senso, para não cometer erros que levem a insucessos. Daí a necessidade de um governo em que haja hegemonia da classe operária. Esta é a etapa atual da revolução brasileira. Na medida em que se tomem estas medidas, o processo democrático avançará para o socialismo. Nas con-

dições atuais do mundo, é possível chegar ao socialismo sem guerra mundial. No mundo inteiro está sendo assim. Devido à força do próprio socialismo. Quanto ao Brasil, que já é um país capitalista relativamente avançado, o essencial agora é a conquista da democracia, para se fazer a revolução antimopolista.

reduzindo a injustiça da distribuição da renda, de maneira a ampliar o mercado interno e tornando, assim, o país menos dependente do mercado externo. Estas preocupações, por sinal, não são nossas: a verdade é que hoje são muitos os que, dos sindicatos a parcelas das Forças Armadas, da Administração e do empresariado, compreendem o caráter exclusivista e lesivo aos interesses nacionais das políticas desse regime.

Quais seriam as medidas a adotar? Há numerosas proposições, nossas e de outras correntes políticas e de pensamento, que merecem exame. Mas o problema imediato da nação, agora, é como conquistar um regime democrático que permita, entre outras coisas, a livre ação e manifestação de todos os setores da população. A ditadura não acabou, e para que nos vejamos livres dela é preciso somar, unir, concentrar todos os esforços na luta em torno dos pontos que interessam à mais ampla maioria.

Sobre o PCB: "Em dezembro de 67, no 6º Congresso do PCB, realizado na clandestinidade, fizemos uma autocrítica que apontou dois erros importantes do Partido em 64: a falta de avaliação conjuntural e o abandono da bandeira da defesa da Constituição. Quais as possibilidades que o Partido vê para a sua legalização? Luís Carlos Prestes — Sabemos que a legalidade se conquista. Sabemos que, para a conquista da legalidade, é imprescindível a mobilização das massas populares e do movimento de Oposição. Sem luta, e sem pressão, os detentores do poder não farão concessão democrática alguma. Estamos convencidos de que a questão da legalidade de nosso Partido interessa a todas as forças empenhadas na luta pela democracia. Entendemos que só existirá efetivamente democracia no Brasil na medida em que todos os partidos políticos possam se organizar livremente, inclusive o nosso. MOVIMENTO - 30/10 a 5/11/78

ISTOF 03/09/1978

1 - O regime militar se desintegra

AMAZONAS

Partido Comunista do Brasil

JA - O regime político do Brasil é uma ditadura militar, com características fascistas, que procura transmutar-se em ditadura disfarçada, pseudoconstitucional. Emana de fontes autoritárias e é sustentado diretamente por forças reacionárias internas e, indiretamente, pelo capital estrangeiro espoliador.

Movimento - Qual a sua análise da atual conjuntura política brasileira?

João Amazonas - O regime militar que pretendia eternizar-se, ou pelo menos manter-se até o ano 2000, está em evidente desintegração. Por mais enfáticas que sejam ainda as afirmações de que a pretensa revolução de 64, persistirá, na realidade, o sistema está em crise e em crise insuperável. O povo brasileiro jamais aceitou a política antinacional e antipopular dos generais. Há muitos anos pugna a liberdade e se bate por ela. Seus anseios têm sido sufocados com incrível violência, em particular pelas Forças Armadas. Mas sempre os brasileiros voltaram à carga. Desta vez, retornam mais decididos e conscientes. Tenho para mim que, quanto mais os generais se aferrarem à ordem opressiva reinante no Brasil, maior e mais próxima será a explosão popular, o choque inevitável entre os que querem a liberdade - a liberdade verdadeira - e os que resistem nas posições retrógradas. É equívoco pensar que a nação se conformará com o arremedo de constitucionalização à maneira de Geisel, Golbery ou Figueiredo. Uma Constituinte soberana livremente eleita, a abolição imediata e total de todos os atos e leis de exceção e a anistia geral, irrestrita condensam, no momento atual, o mínimo das exigências das forças populares e democráticas. Estas

exigências reclamam a formação de um governo democrático provisório, representativo de amplas correntes sociais, em substituição a Geisel e ao Sistema, um governo comprometido efetivamente com o povo. Pode-se alegar que já há um substituto oficializado. Não dou nada pelo seu futuro. Chegaria ao Planalto mais desgastado, desmoralizado e odiado do que seus antecessores. Quem sabe, os generais decidam, outra vez, intervir nos acontecimentos mudando as regras do jogo, algo semelhante ao que fizeram no fim do governo Costa e Silva. Tampouco teriam futuro. Só fariam incompatibilizar mais ainda as Forças Armadas com a nação. Chegou a hora de mudanças. E quem não compreender terminará arrastado na voragem da rebelião nacional.

2 - M - E a Frente Nacional de Redemocratização?

2 - JA - No meu modo de ver, ela exprime o crescimento da oposição no país. Teoricamente, agrupa forças que ultrapassam os limites do MDB, como os setores descontentes da Arena e mesmo frações do esquema militar de Geisel que reoperam com ele. A Frente carece ainda de base popular, é uma organização de cúpula. Mas reúne condições - dependendo da ampla participação de massas e da aplicação consequente dos 10 pontos do seu programa - de se desenvolver e tornar-se um reduto de combate à ditadura.

O PC do B luta por sua legalização?

3 - JA - Não somos nem queremos ser um partido das cacatumbas. Pugna pela liberdade política a mais completa, é evidente que o Partido reclama, como um direito democrático da classe operária e do povo, a sua legalização. Queremos expor à luz do dia nossas idéias e estamos convencidos de que elas serão aceitas pelas grandes massas. Não há nenhuma contradição entre lutar pelas soluções revolucionárias e defender a liberdade; são questões interligadas.

MOVIMENTO - 30/10 / 5/11/78

CONVERGÊNCIA SOCIALISTA

2 - 3 - *Aprovado na Convenção Nacional da Convergência Socialista, realizada no dia 19 e 20 de agosto, este é o Programa do Partido Socialista que queremos.*

Se quisermos resumir em poucas frases qual é a característica essencial do programa para o PS que estamos construindo diríamos o seguinte: queremos traçar uma ponte entre os problemas mínimos e democráticos pelos quais as massas se mobilizam e a única saída de fundo para a crise do país: um governo dos trabalhadores que inicie a construção de um Brasil Socialista. O regime capitalista, tanto em nosso país como no mundo inteiro, é incapaz de satisfazer as necessidades das amplas massas e por isso sua permanência leva inevitavelmente ao aumento da miséria, do desemprego, e à falta de liberdade. Por isso a grande tarefa do PS é fazer convergir a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e pela democracia numa só corrente capaz de acabar com o regime de exploração dos trabalhadores e a submissão do país ao imperialismo.

A missão do PS é portanto mobilizar, organizar, unificar e ser a direção das lutas dos trabalhadores por um Brasil Socialista.

O PS COMO ALTERNATIVA AO REFORMISMO, AO POPULISMO E AO ESQUERDISMO

O nosso programa difere radicalmente tanto das concepções reformistas ou populistas quanto das ultra-esquerdistas. Frente ao reformismo de todo tipo, nosso programa enfatiza que nessa etapa histórica é impossível ao capitalismo satisfazer plenamente as necessidades elementares de Pão, Trabalho e Liberdade que reclamam os explorados. Sustentamos por isso que nenhum setor burguês, por mais "progressista", "democrático" ou "nacional" que se diga, libertará o país do imperialismo e garantirá dignas condições de vida aos trabalhadores e liberdades democráticas.

O PS DENUNCIA INCANSAVELMENTE QUALQUER TENTATIVA DE DILUIÇÃO DAS LUTAS DOS TRABALHADORES NAS DIVERSAS INICIATIVAS BURGUESAS DE "democratização" ou de "frentes populares", negando-se a participar, com os partidos burgueses, de qualquer frente, para governar o país. Entretanto, somos os mais decididos promotores da mais ampla unidade de ação em torno de pontos estritamente delimitados de caráter democrático ou anti-imperialista. Chamamos à mais ampla unidade de ação com todo partido, organismo ou personalidade em defesa das liberdades democráticas, libertação dos presos políticos ou outros pontos de nosso programa.

Em resumo, nosso programa reivindica:

- 1) amplas ações comuns por questões democráticas ou anti-imperialistas, mantendo cada partido, organismo ou grupo sua absoluta independência política e organizativa;*
- 2) unidade num amplo Movimento Sindical Classista de todos os setores sindicais dispostos a lutar contra os patrões e os pelegos, eleger uma nova direção classista para os sindicatos e construir o CGT;*
- 3) Frente Única de todos os trabalhadores e camadas para instaurar um governo dos trabalhadores e construir um Brasil Socialista. Para atingir este objetivo nosso programa levanta a palavra de ordem de pólo Operário e Socialista.*

O PROGRAMA DE AÇÃO DO PS

O Brasil é um país capitalista dependente do imperialismo. As imensas desigualdades econômicas e sociais em que vive a população brasileira são, em realidade, reflexos desse sistema cujos objetivos nunca foram a satisfação das necessidades mínimas do povo, mas tão somente o lucro.

A exploração do país pelo capital estrangeiro não se produz contra a

vontade e apesar da burguesia nacional mas, através dos seus setores mais altamente concentrados, com seu apoio e cumplicidade.

O alto grau de concentração e de centralização do capital no Brasil esmaga econômica e politicamente os setores de média e pequena burguesia. Assim, estes setores são semi-explorados pelo grande capital nacional e internacional, carecendo de toda possibilidade de desenvolvimento independente, e por sua vez são exploradores dos trabalhadores em suas empresas.

A estrutura econômica e social do país impõe que a luta pela libertação nacional da dominação imperialista se de profundamente ligada à luta dos trabalhadores contra o regime capitalista a burguesia nacional.

carta aberta JORGE PINHEIRO

E ao se colocar a questão do socialismo na mesa, se colocava também uma velha discussão: é possível em nosso país um partido socialista de expressão e que represente de fato os trabalhadores?

O certo é que a experiência internacional foi transformando uma conversa em projeto. Ceres em Paris, Lopes Cardoso em Portugal, a Convergência Socialista na Espanha (antes da unificação com o PSOE -- e para quem não sabe, o nome vem daí, da experiência madri-lenha, encabeçada por Barón e outros companheiros). E em janeiro surgiu o nosso movimento, pigmentado de posições políticas -- ou seja, ideologicamente aberto --, nas profundamente dinâmico. Agora, após ter votado um programa de trabalho -- em sua primeira convenção --, com fins à sua legalização, a Convergência Socialista muda sua qualidade e passa de fato a ser o terceiro partido, já legitimado por milhares de brasileiros de norte a sul do país.

E de repente, eis que nos acusam de radicais, de bolcheviques, trotsquistas,

leninistas. Pode ser que dentro da Convergência Socialista haja companheiros leninistas e ou trotskistas. Mas o que importa o movimento e o seu programa. E em relação à ideologia ele diz apenas que "aceita o marxismo como método de análise não dogmático". (111)

Sejam os sinceros. A Convergência Socialista não é um movimento radical, está — isto sim — sendo transformada em boi-de-piranha. Em móvel do crime.

Ora, o conceito radical hoje em dia se

relaciona a duas questões básicas: o poder e as formas de se chegar a ele.

Nos últimos dez anos a grande moda das esquerdas foi o radicalismo — mais especificamente o anarco-terrorismo — que se traduziu nas guerrilhas urbanas e rurais pelo continente afóra. Exceção à peculiar experiência da Nicarágua — onde o fenômeno toma características insurrecionais —, estes métodos foram derrotados, na prática, não pelos aparelhos de repressão, mas exatamente pelo

conjunto da sociedade, que não os aceita.

Como socialista sempre rechaço: o aventureirismo e o desespero pequeno-burguês, que quer resolver problemas históricos com alguns passes de mágica. E se hoje estou na Convergência Socialista é exatamente porque ela procura a única solução viável, embora a mais difícil: a luta pela democracia e pelo socialismo através de um partido legal, amplo, democrático e de expressão parlamentar. **VERSUS 25** OUT. 78

3 - Lysâneas Maciel; expurgar, sanear, tornar o MDB um partido transitório que seja um caminho para o surgimento de um

— Lysâneas, como é que você está vendo essas iniciativas que já são há muito tempo notórias no sentido da criação de novos partidos, no campo das iniciativas populares, é claro?

— Em primeiro lugar, existe no Brasil uma simulação, até inscrita em nossas cartas básicas, que pretende que já conquistamos as prerrogativas imprescindíveis ao livre exercício de uma atividade partidária. Liberdades consentidas não passam de uma falácia e um engodo, pois o povo está totalmente desprovido de garantias adequadas para estas tentativas. O que aconteceu recentemente em Osasco, São Paulo, é a evidência disso. Uma simples assembleia sindical é cercada de um enorme aparato policial. Uma passeata de um senador moderado, no Rio, também, e assim por diante. Toda a campanha eleitoral serviu como um desmentido completo de proclamada abertura. Com base na Lei Falcão e em toda uma série de instrumentos de controle da participação popular está se reprimindo, prendendo de uma maneira até mais intensa que em 1974. A campanha dos candidatos populares foi marcada por visitas às delegacias, enquanto os operários são intimidados com a automática demissão de todos os seus líderes grevistas, o cerco policial a seus sindicatos apertando cada vez mais. Após o dia 15 de novembro, os representantes das associações de bairro, no Rio, voltaram a ser intimados a depor no DOPS. A coisa vem de longe: jornalistas são processados na Lei de Segurança, jornais são apreendidos, criou-se até uma lei para proteger o chefe do esquadrão da morte, em São Paulo. Alguém já se esqueceu que foi o coronel Erasmo Dias quem mandou jogar bombas MACE, proibidas em todos os países, em cima dos estudantes da PUC/SP? Tudo isso se destinou a impedir toda e qualquer forma de organização e participação popular. E é isso que é preciso garantir.

A organização de base, a organização popular está apenas embrionária, dando seus primeiros passos. Nesse nível o povo seria cooptado, sua participação só se daria por adesão. Apesar da autenticidade e da sinceridade de algumas propostas de criação de partidos populares e democráticos no fundo, há uma postura nitidamente elitista. Apresenta-se um pacote partidário, muito bem elaborado, e solicita-se ao povo uma simples participação por adesão. É isso ou não é? Um partido não será realmente popular a não ser que seja o ponto de chegada de um processo mais ou menos longo de debates envolvendo todo o tipo de organizações de base já existentes, mas ainda engatinhando. Os movimentos sindicais de oposição à CNTI, as oposições sindicais, as associações de bairro, de favelados, grupos de estudos, clubes de mães, o fantástico Movimento do Custo de Vida, comitês de anistia e uma infinidade de instrumentos pelos quais o povo unido vai ocupando os espaços usurpados pela ditadura.

O MDB tem sido até hoje uma legenda latente, que só vive em épocas de eleição, como o canal de protesto, de manifestação popular contra a ditadura. Num Congresso renovado, e onde um grupo maior de parlamentares autênticos, com uma responsabilidade renovada, com novos poderes, sem o espectro do AI-5, a competência política estará, não só em manter a unidade, mas em elevar o nível dessa unidade, consolidando-a. Aqui no Rio, trata-se de expurgar o «chaguismo», (...) e assumir, nacionalmente, a

verdadeiro partido popular.

legenda, disputando os diretórios, travando a luta política dentro da legenda. Botar pra fora os Balbinos baianos. Os Aloisios e Henriques Alves, lá no Rio Grande do Norte, e, mais do que tudo, sanear a secretaria-geral, onde o Thales nada mais tem sido que executor das diretrizes recebidas do Planalto, de Golbery, via Cordêiro de Farias. Um MDB assim, que eu considero possível, na atual conjuntura, poderá tornar-se, de partido de oposição consentida em partido de oposição verdadeira, articulado à atividade extraparlamentar. Seria, por assim dizer, um «partido» (ainda entre aspas) de transição, uma via que, paralelamente, ou melhor, dando expressão política possível ao movimento popular, apontasse para o surgimento de um partido (sem aspas) com real expressividade popular. E tudo isso pode, reconheço, perfeitamente desaguar em um partido trabalhista de inequívoca inspiração socialista. Socialista e democrático, no sentido de que não defenda apenas o aspecto igualitário do socialismo, mas também sua face liberal. **EM TEMPO - 40**

3 - Fernando Henrique Cardoso

«lutar para que a frente emedebista abrigue as forças populares vitoriosas nas eleições».

... Eu ainda continuo achando, juntamente com Almino Affonso, Plínio Sampaio e muitos outros, que é necessário para as camadas populares o surgimento de um partido que seja popular, democrático no seu interior, e que tenha o socialismo no horizonte. A proposta continua, portanto. Ocorre que agora, aqui, neste momento pos-eleitoral, a questão dos novos partidos foi posta pelo governo no intuito de esvaziar o protesto popular revelado pelas urnas. E assim não cabe a nós vestirmos a camiseta que o regime oferece. Por outro lado, quando pensávamos em um novo partido a expectativa era de que a abertura viria mais rápida, e o que vemos agora é uma simples brecha. A legislação partidária é intolerável, pelo seu critério elitista e parlamentar para a formação de partidos populares. Pelo momento eu acredito que é possível sobreviver dentro do MDB. Mas para que o MDB corresponda aos resultados eleitorais alcançados ele deve passar a ter mais nitidez no seu interior. Deve de fato ser uma frente composta de desiguais. O momento agora é de digestão dos resultados políticos da eleição, e as forças novas emergentes, as forças populares, vão ter que conquistar uma presença maior no MDB.

Mas então você acredita que o MDB sobreviverá enquanto uma real frente de oposições, e que assim será possível a convivência no seu interior de blocos diferenciados?

Dentro de seis meses, ou até menos... três meses acho eu, veremos se o MDB é capaz ou não de cumprir este papel. Até lá, o que podemos e devemos fazer é dar continuidade ao trabalho da campanha. E neste sentido eu acho que poderíamos, por exemplo, promover uma reunião de comitês de candidatos afins para darmos curso à atuação coordenada, tanto no Parlamento como a nível das bases que foram organizadas durante a campanha.

E a nível político, o que demarcaria os contornos deste agrupamento de comitês e parlamentares?

São as teses que desenvolvemos durante a campanha. Democratizar a sociedade e não somente o Parlamento. Esta é uma tese sobre a qual tenho insistido. O principal é a democratização da sociedade e não a simples democracia. E centrar fogo portanto na questão feminina, na questão negra, nos problemas ecológicos, nas reivindicações dos estudantes, dos trabalhadores etc. Ao mesmo tempo, no plano institucional, lutar contra a Lei Falcão, o pacote de abril, pela anistia, pela Constituinte etc. Agora, a diferença estará sobretudo numa questão de ritmo, em não dar tréguas ao regime, não protelar o enfrentamento dos problemas, na combatividade.

Mas eu insisto. Concretamente já há propostas variadas em termos de formação de blocos, correspondendo ao campo popular dentro do MDB. Socialista, democrático ou popular são expressões hoje usadas para se referenciar grupos, articulações, reuniões etc que visam a desaguar em distintos grupamentos dentro do MDB. Com qual deles você estaria?

Eu acho que há uma tendência que julgo pobre e até mesmo tomista que é no sentido da categorização previa de posições. É salutar que surjam diferenças no campo popular, mas se elas assumem a principalidade aí quem ganha é o inimigo, o regime. Hoje eu prefiro ficar numa

postura frentista quanto a estas nuances do campo popular que você diz que irão manifestar-se ou já se manifestam dentro do MDB. Prefiro aguardar pelo surgimento das diferenças em cima das questões concretas que iremos enfrentar. É importante por exemplo saber quem é quem na luta pela anistia quando o problema se colocar no Congresso: igualmente na questão das comissões de fábrica e da lei de greve e assim por diante.

Uma boa parte de adesistas é eventual integrante de um trabalhismo renascido. Há o trabalhismo do Brizola e o trabalhismo olivetti, articulado juntamente com o general Golbery, e que parece já estar em negociações avançadas. Como você avalia estes processos de renascimento do trabalhismo?

Como você mesmo enfatizou, o trabalhismo que virá ainda não está claro qual será. Eu não tenho nada a opor ao nome trabalhismo. Mas se o trabalhismo significar caudilhismo, atrelamento dos sindicatos ao Estado, etc, aí eu sou claramente contra. Se, pelo contrário, trabalhismo significar participação dos trabalhadores, defesa dos seus reais interesses, etc, neste caso eu sou favorável. Mas ainda assim, para ser consequente um partido novo que surja terá que ter o socialismo no seu horizonte. EM TEMPO - 40

3 - "A saída tem que ser popular"

O petroleiro João Carlos Araújo é secretário geral do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica de Duque de Caxias, na baixada fluminense. Rio. Nesta entrevista, ele comenta e critica as diversas propostas de reordenação partidária colocadas na mesa dos debates e faz sua opção pela formação de uma Frente Popular.

Qual sua opinião sobre as propostas dos «autênticos» (MDB depurado)? Partidos Socialista ou trabalhista? Convergência Socialista?

Bem, com relação aos «autênticos», esses deverão ceder lugar, por força do avanço dos movimentos e das lutas de massas à Frente Popular, onde a unidade não estará só em depurações, não terá apenas esta base. Serão posições políticas mais avançadas que vão nortear esta unidade. E posições políticas não só em relação ao regime autoritário, no combate a esse regime, mas com relação, também, ao que possa sucedê-lo.

A alternativa do PS e a questão da CS, eu gostaria de poder examinar em conjunto. O tipo de proposta final que apresentam é o mesmo. A saída populista, ou social-democrata jamais será uma saída para o Brasil. No limite só representa a manutenção do status de dominação, o aparelho de repressão dirigido contra a liberdade de organização das classes populares. Além disso, ambas as propostas (PS/CS) são elitistas, não tendo maior penetração na massa, e sequer demonstram preocupação efetiva, no plano concreto, de criar os instrumentos para atingir esta penetração. Toda a atuação política da Convergência, em particular, de que eu tenho notícia, é sempre como uma «coisa feita», já aparece acabada, eles colocam as coisas na base de «pegar ou largar».

É preciso deixar bem claro que a unidade dos setores oposicionistas, hoje em dia, está na luta contra a ditadura e pelas mais amplas liberdades democráticas, contra o arbítrio e as leis de exceção. Ignorando isso, na prática, a CS quer criar um partido como se não existisse ditadura, como se as massas não

tivessem submetidas à mais dura das repressões.

Finalmente, para falar claro, o partido dos trabalhadores que deverá se criar neste País para conduzir toda a luta do povo pela sua emancipação não surgirá assim, aberto e vertical.

O trabalhismo é diferente, tem de ser examinado de outro ponto de vista. Eu acho que sua volta levaria ao isolamento da classe operária, num momento em que ela deve estar aliada aos demais setores progressistas que lutam contra o regime. Esse isolamento facilitaria muito a manipulação do sentimento oposicionista das massas. Experiências, no Brasil, relativas ao trabalhismo, não são nada positivas, com ou sem Brizola. Aliás, hoje, as propostas de Brizola estão muito mais na esfera da social-democracia, seguindo sua tendência sempre populista. Eu sou contra um partido trabalhista, embora, como operário, isso possa parecer estranho. Não tem mais qualquer sentido histórico jogarmos na rearticulação do trabalhismo como se fosse esta uma expressão política eficaz contra os setores conservadores. A saída tem de ser popular, e não populista. A alternativa à ditadura é um governo popular, onde as camadas populares deverão participar efetivamente, de forma a garantir, sem renúncia de seus objetivos a longo prazo, as mais amplas liberdades democráticas, com o desmantelamento do aparelho repressivo e a total liberdade de organização.

Só conseguirá penetrar na classe operária o partido político que tiver uma linha política justa, capaz de alcançar as massas no rumo de sua plena emancipação. Nesse sentido, as propostas

reformistas e populistas serão rejeitadas pela prática das massas, dentro da qual torna-se, cada vez mais, importante a luta, a discussão e a luta entre as diversas propostas, tendências, etc.

Que interesses específicos dos trabalhadores você considera devam fazer parte de um programa partidário, hoje em dia? Isso poderia ser conquistado sem mudança do atual regime?

Na minha opinião, os interesses específicos dos trabalhadores não poderão estar desligados dos seus interesses gerais, os interesses que, de resto, são os mesmos da imensa maioria da população. Não se pode garantir liberdade sindical sem as mais amplas liberdades democráticas. Não se pode ter pleno direito de greve sem a supressão dos órgãos repressivos. É preciso que fique claro que a CLT, o FGTS, o salário mínimo, etc., foram criados ou mantidos pelo regime para enganar ou limitar a consciência e os passos da massa trabalhadora. O regime não está preocupado em servir à maioria do povo brasileiro, daí seu caráter antipopular. Só um governo popular, um governo que tenha interesse na mobilização popular poderá atender às reivindicações da classe trabalhadora, superando os interesses a que o regime serve. (...) poderá surgir um partido que seja representativo dos trabalhadores?

Não! Nunca sem a mais completa liberdade de expressão, manifestação e organização. Na situação atual, qualquer partido que se arvora representativo dos trabalhadores terá de deixar de fora a maioria da classe operária, ou pelo menos, os setores que, desde já, estão demonstrando maior capacidade de mobilização e organização, embora ainda pequenas, mais ou menos localizadas. Esses setores têm reivindicações precisas que não podem ser «atendidas» sem mudança. Um partido que queira representar em algum nível os operários, terá, além do mais, de veicular suas idéias de forma ampla, sem embaraços, obstáculos, entende? E.T. 39

ENCONTRO NACIONAL PELA DEMOCRACIA

JORNAL DO BRASIL

Niemeyer

divulga documento

O presidente do Centro Brasil Democrático, arquiteto Oscar Niemeyer, distribuiu ontem o documento final do Encontro Nacional pela Democracia, que realizou-se no último fim de semana no Hotel Nacional. O texto, aprovado por aclamação, diz que o encontro foi "apenas um ato a mais na luta do povo brasileiro pela normalidade da nossa vida institucional".

pela Constituinte

Concentrar os esforços da Oposição na luta pela anistia e pela Assembleia Constituinte e só pensar em novos Partidos depois da concessão da anistia foram as principais conclusões do Encontro Nacional pela Democracia, encerrado, ontem, e que reuniu cerca de 700 participantes que debateram, em seis painéis, totalizando 54 horas, O Brasil Depois da Democracia.

As conclusões do encontro foram reunidas num documento de 10 páginas no qual se destaca que os três últimos pleitos de 74, 76 e 78 "demonstraram que o modelo político e econômico imposto em 1964 e reforçado em 1968 está esgotado". Outra observação foi a de que "o desgosto do fantasma do comunismo é flagrante" e que esse fantasma foi o grande derrotado nas eleições de 15 de novembro, "não acrescentando um voto a mais à Arena e não privando o MDB de um único voto".

Objetivos imediatos

É o seguinte o trecho final do documento do Encontro:

- Concentrar os esforços num programa mínimo: anistia e Constituinte.
- Sem anistia, e sem Assembleia Constituinte eleita pelo povo especificamente com esta finalidade, a sociedade brasileira não será pacificada nem encaminhada para uma democracia segura e legítima. Estes são os primeiros passos indispensáveis para o estabelecimento do estado de direito democrático, aspiração que deve reunir todos os brasileiros, independente das matizações ideológicas e interesses sociais.
- Trabalhadores e empresários, agricultores e fazendeiros, donas-de-casa e políticos, estudantes e intelectuais, comerciantes e comerciários, funcionários públicos, religiosos e militares, enfim, todos aqueles que se conscientizaram da falência do autoritarismo, dos atrasos do obscurantismo e da necessidade de levar o progresso a todos os campos de ação devem ser atraídos para o MDB, que acrisolado pelas perseguições se fez autêntico Movimento Democrático Brasileiro.
- O estabelecimento do estado de direito, isto é, do império da lei numa sociedade pacificada pela anulação das penalidades políticas que desqualificam cidadãos e mantêm no cárcere ou no exílio parte da sua cidadania e organizada em torno de uma Carta Magna inspira-

da na vontade popular — abre caminho para todas as franquias indispensáveis à normalização da vida política, ao bem-estar social, ao desenvolvimento integrado de todos os segmentos da nação.

- Fortalecer de todas as formas a unidade do MDB. Ao invés da pulverização partidária concentrar-se na tarefa de dar-lhe maior definição. Com suas bases populares e sua legitimação através de pleitos consecutivos, o MDB e o canal político para a formação de novos quadros. Pela legislação vigente, a formação de novos Partidos segue procedimento elitista e antipopular. A ele se contrapõe o MDB, apto, habilitado e testado para receber os influxos populares, convertendo-os em ação política. Na atual conjuntura, na atual circunstância dicotômica — forças democráticas de um lado e o regime ora no Poder por outro — o MDB é o caminho natural para assegurar as aspirações nacionais.

- O vazio político não foi preenchido e jamais o será, porque a dinâmica das idéias é incessante. Os novos valores, revelados na luta contra a ditadura ou as lideranças subitamente ostracizadas aqui e no exterior pelo arbítrio e a tirania, têm seu lugar garantido e consagrado dentro das fileiras do MDB. Não se precisa de novos Partidos para que os novos talentos e vocações possam aparecer.

- Um Partido que luta pela democracia deve ser intrinsecamente democrático, aberto a todos. As lutas internas são saudáveis e vitais, o monolitismo que se combate, hoje personalizado no sistema de Poder, não pode ser transferido para um Partido político, necessariamente, contraditório porém disciplinado, ágil, porém organizado.

- Para sanar o MDB de algumas de suas enfermidades tóxicas é imperioso fortalecê-lo com novas filiações. Ao invés de extirpar, crescer. Ao invés de dividir, aumentar. Curar com reforço e não com cirurgia.

- Um Partido trabalhista ou dos trabalhadores no atual quadro poderia ser prematuro. Ainda que certas correntes se tenham pronunciado a favor de sua oportunidade e necessidade. As reivindicações operárias no momento não são partidárias necessariamente, podendo inserir-se num contexto geral da luta por franquias democráticas. O direito de greve reconquistado em São Paulo, de forma memorável a partir de maio deste ano, encaixa-se no quadro amplo de democratização. A lei antigreve começou a cair com as greves de São Paulo. Um Partido de trabalhadores deve ser montado sobre bases intersindicais, não devendo antecipar-se à organização sindical, que somente agora começa a estruturar-se.

- Novos Partidos só depois da anistia para que sejam legítimos.

- As lideranças sindicais atuais têm sentido e anseio de autonomia, um sentido de autonomia que toma corpo numa nova forma de postular a relação entre os sindicatos e o Estado e entre o movimento sindical e a vida política, as organizações político-partidárias e as correntes ideológicas. Fazem política, participam do debate, opinam, mas não delegam a sua representação, falam em seu nome próprio. Mas, a resistência da máquina estatal será feroz ao anseio de autonomia das novas lideranças sindicais. Mais feroz será a resistência de um

empresariado conservador, reacionário mesmo, que não está acostumado ao diálogo, a negociação direta, ao confronto direto.

- A democracia para a classe trabalhadora não pressupõe apenas a chegada ao Poder. Para os que vivem de salários, democracia é a melhoria de salários. Para os empresários o interesse é democratizar prejuízos. O trabalhador está cansado da espoliação, quer seus direitos garantidos. Democracia para ele é o direito de participar diretamente numa nova Constituição, sem intermediários.

Participação

Luis Ignácio da Silva, o Lula, participou do painel sobre "Articulação da Sociedade Brasileira", juntamente com o ex-líder ferroviário, Demisthocides Batista; os presidentes dos Sindicatos dos Metalúrgicos de Monéville; dos Rodoviários e Petroleiros do Rio; da socióloga da Unicamp Maria Herminia; e do Deputado Alves de Brito.

Lula, o último é mais aplaudido orador, abriu sua intervenção agradecendo os organizadores do Encontro pela oportunidade que deram ao trabalhador para falar o que entendem por democracia, "Mas — acrescentou — é muito fácil falar em nome do trabalhador, é muito fácil enganar a classe trabalhadora. E enquanto os trabalhadores esperarem pelo Partido da Oposição não conseguirão nada. A classe trabalhadora deve construir seu próprio Partido e não deve participar apoiando, como vem fazendo até agora, deve participar participando, e participando nas grandes questões nacionais", completou. "a classe trabalhadora não quer ser oposição para chegar ao Poder, mas sim para democratizar o país. A classe trabalhadora não deve apenas participar, mas exigir e criar a democracia do trabalhador".

"Mais rápido do que se pensa — continuou — os trabalhadores criarão seu Partido político; participarão da elaboração de uma nova constituição; exigirão o respeito aos direitos humanos; a contratação coletiva de trabalho; a garantia do emprego

"Quando se fala em manter a unidade do MDB, me lembro do que disse em setembro desse ano sobre a Frente de Redemocratização: é ampla demais para o meu gosto. É verdade que o MDB é uma opção para o povo, mas desde que seja vigiada essa unidade para não sofrermos decepções, e egermos patrões como nossos representantes e acabarmos comendo gato por lebre".

O ex-líder ferroviário e ex-Deputado Demisthocides Batista, o Batistinha, outro que foi muito aplaudido, fez um histórico das lutas sindicais no Brasil desde 1954 lembrou o período entre 51 e 54, quando os trabalhadores tiveram uma relativa "paz social" e afirmou "no final desse período, o Presidente que assumiu, Café Filho, inaugurou seu Governo com prisões de trabalhadores e intervenções nos sindicatos, reprimindo violentamente a primeira greve durante seu mandato, a dos ferroviários da Leopoldina".

11/12/78

3º Congresso metalúrgicos de S. Bernardo

FOLHA DE S. PAULO

"Eu não tenho dúvida nenhuma de que os trabalhadores unidos no 3.º Congresso darão em alto e bom som um não a esta estrutura podre que faz com que os trabalhadores sejam considerados como máquinas. Estrutura podre que interessa muito mais ao capital multinacional do que aos trabalhadores brasileiros. Esta estrutura podre que já vitimou dezenas e dezenas de trabalhadores. A essa estrutura podre que hoje, sem prova nenhuma, demitiu companheiros da Empresa Shuller"

Foi com esse desabafo de Luis Inácio da Silva, o Lula, que foi aberto ontem, o 3.º Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo que deverá prosseguir neste fim de semana e no próximo, no Guarujá, debatendo os problemas da classe trabalhadora. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos garantiu que ao terminar o encontro da categoria entregará, para um amplo debate à Nação, um projeto de reformulação da estrutura sindical brasileira.

UM NOVO SINDICALISMO
Em seu discurso, Lula fez o seguinte relato:

"Na quinta-feira da semana passada eu fui chamado ao Ministério do Trabalho porque havia uma preocupação por parte das autoridades de que este Congresso tinha um cunho meramente político. E

exatamente na frente de vocês, é exatamente na frente de quem eu devo explicações, é exatamente na frente de quem eu devo servir e não ser servido, a quem eu tenho que dar satisfações.

As autoridades quando me chamaram para o Ministério de São Paulo para insinuar de que o Congresso tinha um cunho político, eu acredito que ele terá porque a proposta de um modelo de opção sindical que os trabalhadores de São Bernardo do Campo irão apresentar no final deste 3.º Congresso será uma demonstração viva de que os trabalhadores de São Bernardo do Campo e Diadema juntos com outros sindicatos do País darão ao Governo, darão a todos os trabalhadores do Brasil, uma nova opção de sindicalismo nesta terra. Sindicalismo que sempre se serviu da classe trabalhadora, sindicalismo que preferiu ser joguete na mão das autoridades do que ser representante das classes trabalhadoras. Sindicalismo que é hoje, sem dúvida nenhuma, um dos maiores antros de corrupção desta terra.

"Eu acredito que os companheiros trabalhadores que estão aqui presentes, que começarão a partir de amanhã (hoje) a discutir uma nova opção de estrutura sindical, também darão um não às autoridades. Autoridades que tiveram a

coragem de mandar para o Congresso Nacional um projeto de reformas que não interessam aos trabalhadores. As autoridades que quando falam em liberdade nos colocam uma força no pescoço com o decreto 1.632.

"Darão também uma lição às autoridades que sem nenhum escrúpulo começaram a pensar em exportar as crianças brasileiras para a França. Autoridades que, em nenhum instante fizeram alguma coisa para beneficiar a classe trabalhadora. As autoridades estão tão dominadas pelo poder econômico que são incapazes de mover uma palha em prol da classe trabalhadora.

"Companheiros congressistas eu acredito no poder da classe trabalhadora de São Bernardo do Campo. Acredito no poder dos dirigentes sindicais que juntamente conosco irão participar do 3.º Congresso, que nós teremos condições de sobra de mostrar a todos de que nós trabalhadores estamos dispostos a brigar. Estamos dispostos a conseguir uma independência e não adianta nos prenderem, não adianta nos mandar embora das empresas, e não adianta ameaçar-nos da clandestinidade do Sindicato de São Bernardo do Campo. Não adianta nos sufocar com baixos salários, nos amordaçar com a estrutura sindical porque eu acredito na classe trabalhadora. Enquanto existir

um trabalhador, um trabalhador vivo, enquanto existir uma classe trabalhadora sedento de liberdade, enquanto existir um trabalhador sedento de dar à sua família o direito de viver com dignidade poderão nos prender, poderão nos matar um a um, mas enquanto existir uma só viva alma, que seja trabalhador, seremos uma batalha imensa contra o patronato, seremos uma força viva contra a exploração econômica, seremos ainda mais uma ameaça constante àqueles poucos que dominam o País. Seremos ainda mais os causadores da liberdade dos trabalhadores. Enquanto na cabeça de nós trabalhadores existir a sede de liberdade, essa minoria que domina espúriamente o Poder correrá perigo, porque a nossa sede de liberdade, a nossa gama por liberdade, é maior do que o Sistema que nos oprime.

"Saberá suprir todas as coisas que se opõem contra a gente. É maior ainda porque nós queremos melhores dias para os nossos filhos. É melhor ainda porque não queremos que meia dúzia de brasileiros tomem conta do Brasil. Nós queremos um País dividido para 120 milhões de brasileiros. Nós haveremos de conseguir, custou o que custar, nem que com isso venham a nos matar um a um. Mas só assim nós criaremos vergonha e deixaremos de ser submissos e passaremos a mandar". 07/10

MOVIMENTO

O ENCERRAMENTO

(...)

Luis Inácio, o Lula, tendo ao seu lado uma assessora do Dieese, leu as resoluções aprovadas nos 4 dias de reuniões e debates propondo uma contundente reforma na estrutura sindical vigente. Além da grande novidade da Central Única dos Trabalhadores, tal sua importância na organização dos trabalhadores, contestada apenas por autoridades governamentais como o ministro do trabalho, Arnaldo Prieto, foi aprovada a criação das Comissões de Fábrica, o que provavelmente não será do bom agrado de muitos empresários. Negociações diretas com os patrões e contrato coletivo de trabalho, abolição imediata da contribuição sindical, direito de greve sem restrições, foram também outras das importantes decisões a serem encaminhadas para as bases, nos locais de trabalho. Um dos pontos de maior divergência no plenário, e que acabou sendo aprovado, foi a criação de um fundo de desemprego, tirado dos lucros dos patrões.

Em seu discurso, dando por encerrado o Congresso, Lula enfatizou a importância do acontecimento e das resoluções nele aprovadas, que serão enviadas aos sindicatos de todo o país e aos parlamentares na tentativa de ampliar esse debate, "de real importância aos trabalhadores". E para que todos os presentes levassem essa discussão para as fábricas, esclarecendo e ampliando

Operários e dirigentes sindicais, reunidos no III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo, propõem a reformulação da atual estrutura sindical e reafirmam sua posição de continuar lutando pela verdadeira democracia.

as bases, como se fossem membros de uma comissão de empresa, a ser criada no futuro próximo. Como desfecho, em seu pronunciamento afirmou: "A realização desse Congresso só vem a demonstrar que quem tem medo da democracia são os donos do poder".

A última decisão do plenário, aprovada por unanimidade, foi a leitura do documento em que, coerentes com as posições assumidas no V Congresso da CNTI, os trabalhadores reafirmaram sua posição de participar das questões políticas mais gerais: (...) "os trabalhadores manifestam seu repúdio ao processo que culminou hoje com a escolha do general João Batista Figueiredo para a presidência da República. Ao contrário do que o imposto presidente afirmou, sua escolha não tem qualquer apoio do povo, pois representa apenas a vontade e os interesses de uma elite há 14 anos encastelada no poder". (...) "por tudo isso, os trabalhadores reafirmam sua posição irreversível de continuar lutando pela conquista de uma verdadeira democracia".
(Paulo Barbosa) 23 a 29/10/78

Várias outras entidades convidadas também participaram do Congresso, conferindo-lhe um aspecto de reunião intersindical. Entre outros, estavam

presentes os presidentes do Sindicato dos Metalúrgicos de Monlevade, João Paulo Pires Vasconcelos, e do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, Olívio Dutra. Também havia representantes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, e de sindicatos de jornalistas, gráficos, médicos e outros. No final, Olívio Dutra manifestava seu entusiasmo com o encontro: "Aprendi muito sobre a realidade e sobre a organização dos metalúrgicos de São Bernardo. As bases de São Bernardo confirmam as posições que estão sendo encaminhadas por diversas categorias em diferentes partes do país, que é a luta pela abertura política para que os trabalhadores possam organizar pela base o seu próprio modelo sindical". João Paulo também comentou a identidade de pensamento entre os trabalhadores. "Do ponto de vista político, acho que a posição é única - é a briga contra isso que está aí: um governo oligárquico, sempre favorecendo a vontade da burguesia".

O III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, que terminou no último domingo, também aprovou as propostas de criação, no futuro, de uma Central Única de Trabalhadores e de formação de comissões de trabalhadores em todas as empresas.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luís Inácio da Silva, respondeu que a criação de uma Central era um direito dos trabalhadores, mas ela não está sendo proposta para agora: "A partir do momento que os trabalhadores começarem a ter voz e em que as decisões neste país saiam de baixo para cima, a Central Única será irreversível. Sou o primeiro a ir contra a sua criação nos dias de hoje, porque ela nasceria sob a tutela do Estado mais uma vez".

Para os autores da tese apresentada no Guarujá, a criação da CUT é que possibilitará aos trabalhadores uma luta mais eficiente pela defesa de seus direitos, por um estado verdadeiramente democrático. Dizem eles em seu documento apresentado no Guarujá: "A unidade sindical é fundamental. Quanto mais forte é, maiores são as condições de barganha imediatas, na luta por melhores condições de trabalho e salários e também maiores as possibilidades de interferên-

cia e participação política dos trabalhadores no conjunto da sociedade. A contraproposta desta unidade, objetivo primeiro das classes dominantes, é a fragmentação das organizações dos trabalhadores. Vemos que, em diversos países, a existência de sindicatos por ofício, por empresa, a existência de centrais sindicais de diferentes agrupamentos políticos, a divisão entre uniões nacionais de categorias e outras formas de organização classistas, sob o aspecto pluralista, longe de se constituírem em fatores de democratização da vida sindical, se constituem em formas de fragmentação que interessam, e muito, ao patronato. Consciente ou não, o diversionismo favorece a quebra de unidade dos trabalhadores frente à unidade dos patrões, estes sim coesos, na exploração de nossa força de trabalho e na garantia do lucro máximo. Portanto, concluímos que, as condições de vida e trabalho, a exploração dos trabalhadores pelos patrões, é fator de unificação. Trabalhadores, sejam socialistas, cristãos ou democratas, são, antes de tudo, trabalhadores".

"Acima das divergências políticas e ideológicas de cada um, individualmen-

te, está a condição de classe. E com base nisso devemos procurar a unidade sindical. A unidade sindical, nacional e internacionalmente, é o grande objetivo dos trabalhadores para sua luta contra todas as formas de dominação."

O grupo apresenta as seguintes posições, ao concluir sua exposição: "1. Combatemos os sindicatos por ofício, por empresa, lutando por um sindicato único em cada ramo da produção; 2. Propomos que, quando em uma determinada indústria houver mais de um ramo de produção, a filiação à entidade sindical seja deliberada em Assembléia Geral dos Trabalhadores da empresa; 3. Combatemos a divisão imposta atualmente aos trabalhadores, lutando pela livre organização entre todas as categorias, horizontalmente, em nível regional, estadual e nacional; 4. Combatemos a idéia de Centrais Sindicais de diversas cores, lutando por uma Central Única dos Trabalhadores; 5. Lutamos por entidades de classe únicas, como importantes trincheiras da classe operária contra os patrões, buscando como condições para a unidade, a defesa firme de nossos direitos, contra a exploração e a opressão, a luta por liberdades totais para os trabalhadores e a mais ampla democracia sindical interna". 16 a 22/10/78

O ESTADO DE S. PAULO
10/70

Governo não admite

"O governo não permitirá a criação de uma Central Única de Trabalhadores e nem de outras entidades que só servirão para tumultuar a vida do sindicalismo brasileiro", declarou ontem em São Paulo o ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, a propósito da aprovação de proposta nesse sentido, no

domingo passado, durante o III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Prieto disse que uma Central Única de Trabalhadores não apenas seria ilegal, mas inconveniente, lembrando a experiência da CGT, no período imediatamente anterior à Revolu-

ção, porquanto organismos desse tipo resvalam com facilidade para o campo político: "E o sindicato não pode ter um sentido político-partidário".

Quanto às comissões de fábricas, com delegados eleitos pelos trabalhadores, o ministro opinou que "é uma idéia a ser estudada".

MOVIMENTO

Comissões de Empresa

Depois de debates que consumiram várias horas, o 3º Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema (SP), que terminou esta semana no Guarujá, aprovou por unanimidade a proposta de formação de comissões de trabalhadores em suas fábricas.

Os objetivos são os mesmos do passado: encaminhar as questões específicas da empresa, bem como favorecer a mobilização dos trabalhadores na luta pelas reivindicações mais amplas da categoria. Os congressistas também manifestaram disposição de insistir até a conquista de garantias para os participantes de tais comissões: de local para reunião, de acesso aos trabalhadores e estabilidade provisória no emprego.

Finalmente, o Congresso do Guarujá resolveu mudar o nome das "comissões de fábrica", considerando que "nem todas as empresas são fábricas". Passam agora a ser reconhecidas como "comissões de empresa".

A aprovação da proposta pelos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema serviu para esquentar um debate que vinha sendo feito, na prática, desde o início de maio deste ano, quando eclodiram as greves em São Paulo, as maiores desde 1964. Na época, como de outras vezes, as comissões surgiram de uma necessidade objetiva, não só dos trabalhadores, como também dos patrões, conforme explicação apresentada pelos integrantes da Oposição Sindical Metalúrgica de São

Paulo no Congresso:

"Os patrões não queriam falar com todo mundo junto em assembleia dentro da fábrica e tampouco que fossem todos que decidissem. Não sabiam inclusive com quem falar para negociar."

Foi então que ressurgiram as comissões que, ou tinham desaparecido completamente - já houve época, em São Paulo, que funcionavam mais de 100 comissões - ou viviam sob a mais rigorosa clandestinidade:

"Todo mundo participou. Do faxineiro ao ferramenteiro. E por isto todos os problemas dos trabalhadores foram vistos", continua a Oposição Sindical.

As comissões que sobreviveram

O que aconteceu com estas comissões, de lá para cá? A maior parte desapareceu com o final da greve. Das que conseguiram sobreviver, poucas são efetivamente as que funcionam, que conseguem superar as inúmeras dificuldades impostas pelos empresários e pela própria falta de motivação, em muitos casos, dos trabalhadores. A verdade, porém, é que os trabalhadores voltaram a se aproximar de seu velho objetivo: a criação de milhares de comissões, capazes de melhorar, de imediato, a sua situação material, com uma perspectiva de mudanças mais profundas na sociedade. Mais ainda: abriu-se um intenso debate sobre o assunto. Em muitos casos

afirma-se o seguinte: as comissões de fábrica, com estabilidade de emprego para os seus integrantes, serão "ponto de honra" nos próximos movimentos grevistas.

A conquista da estabilidade

A tentativa das empresas, de absorver as comissões de trabalhadores, não é, no momento, o que mais preocupa. A maior parte das empresas, atualmente, está mais empenhada em impedir o próprio nascimento das comissões. Na Toshiba do Brasil, por exemplo, tão logo terminou a greve, todos os membros da comissão foram despedidos. Na Barbará, um articulador da comissão foi despedido, assim como os outros dois operários que tentaram substituí-lo. Aliás, foi na Barbará que ocorreu a primeira demissão de um integrante de comissão de greve. O operário demitido naquela ocasião, Cleodom Silva, falou na semana passada a Movimento:

"Quando constituímos a comissão, exigimos que ela fosse permanente e que seus membros não fossem punidos. Mas ainda não estava na cabeça de ninguém o problema da estabilidade no emprego. Não viamos isto como um objetivo a curto prazo, mas como um daqueles objetivos que você vai conseguir no ano 2 mil, entende? Foi quando houve a demissão que começamos a falar em estabilidade: No dia seguinte, quando parou a Massey Ferguson, os companheiros de lá já sabiam do nosso caso e exigiam estabele-

dade. Foi a primeira a conquistar isto."

O controle pela base

Silva está convencido, apesar das dificuldades, que as comissões de fábrica constituem hoje o melhor caminho para a organização dos trabalhadores: "As comissões são a representação máxima ao nível de fábrica e, até segunda ordem, são estas comissões que devem dizer qual o sindicato que devemos construir. É importantíssimo desenvolver estas formas, inclusive tentando articular a ligação entre as comissões. Gostaria de

realçar um aspecto que considero vital para as comissões: é o seu controle pela base. Uma assembléia de fábrica deve ser realizada pelo menos bimensalmente, para fazer o controle da comissão e também para estimulá-la. Sempre que a representação fica afastada das bases, tende a apelegar-se".

O "apelegamento"

O controle da comissão pelos trabalhadores da fábrica, para evitar sua subserviência à empresa, ou mesmo aos sindicatos pelegos, é uma das principais

preocupações daqueles que hoje discutem o assunto. A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, no Congresso de Guarujá, afirmava num documento: "Em muitos lugares, durante a greve, só a assembléia decidia. Em outros só a comissão. Vimos que nos lugares que a comissão só negociava e a decisão era de todos a luta foi mais firme. Nas fábricas onde as comissões decidiam por conta própria a firmeza não foi a mesma. Por esta razão achamos que a comissão deve negociar e só a assembléia de fábrica deve decidir". (RO) 16 a 22/10/78

GREVE DOS METALÚRGICOS

FOLHA DE S. PAULO

São Paulo, Guarulhos e Osasco.

70% de aumento, reconhecimento das comissões de fábrica e não-incorporação dos aumentos obtidos em maio/junho.

Pelo menos 200 mil dos 400 mil metalúrgicos paulistas pararam 3 dias

JORNAL DA TARDE 28-10-78

Em assembléias realizadas ontem à noite, os sindicatos dos metalúrgicos de São Paulo, Guarulhos e Osasco

decidiram

entrar em greve a partir da zero hora de segunda-feira. A tarde, o delegado regional do Trabalho, Vinícius Ferraz Torres, dizia não acreditar na possibilidade de um movimento como este.

Na opinião do delegado do Trabalho, não há motivo para greve porque os metalúrgicos conseguiram um "aumento razoável, inclusive com 13% a mais do que o índice oficial (43%)". Naturalmente não era isto o que pensava a exaltada multidão de metalúrgicos que ocupava na noite de ontem a rua do Carmo, desde a rua Tabatinguera até a rua das Flores, espalhando-se pelas vias adjacentes, na tentativa de participar da assembléia que se realizava no interior da sede do sindicato.

Na verdade, o presidente dos metalúrgicos paulistas, Joaquim dos Santos Andrade, nem conseguiu ler a contraproposta dos empregadores às reivindicações apresentadas. O auditório, lotado, não deixava: gritava em coro "greve, greve" e "rua, rua". Grande parte dos presentes desejava que a assembléia fosse transferida para a rua, com o que Joaquim dos Santos Andrade não concordou.

A contraproposta que o presidente do sindicato não conseguiu ler é a seguinte: aumentos de 56%, para quem, em 17 de novembro do ano passado, ganhava até Cr\$ 4.680,00; 52% para quem recebia de Cr\$ 4.681,00 a Cr\$ 9.360,00; 50%, de Cr\$ 9.361,00 a Cr\$ 14.040,00; 48% de Cr\$ 14.041,00 até Cr\$ 18.270,00. Além disso, o piso salarial seria elevado para Cr\$ 2.448,00 (Cr\$ 10,20 a hora trabalhada); fixação da data-base para negociação salarial em 1º de novembro, reajustes salariais a cada seis meses: em abril do próximo ano, um aumento equivalente a 40% do índice oficial fixado para o mês.

As reivindicações dos trabalhadores eram de um aumento de 70% (27% acima do nível oficial), para toda a categoria; piso salarial de três salários mínimos (Cr\$ 4.680,00); reajustes trimestrais; eleição de comissões de fábrica, com estabilidade no emprego para seus membros. Os empregadores, no entanto, recusaram-se a dar cobertura a estas comissões, deixando a cada empresa a decisão de autorizar ou não a sua formação.

Segundo Joaquim dos Santos Andrade, a contraproposta poderia até ter sido aceita, não fosse a insistência patronal em conceder aumentos extras apenas para os salários anteriores a 17 de novembro do ano passado. Nas quatro horas de infrutíferas negociações realizadas pela manhã na Fiesp, os dirigentes sindicais procuraram mostrar que aquilo não seria aceito, porque implicava em compensar os aumentos conseguidos por mobilizações dos empregados depois daquela data. De fato, ao saberem que haveria compensação, os metalúrgicos nem quiseram ouvir a contraproposta. E logo surgiu o coro: "greve, greve".

A segunda proposta: 53,7% para quem percebe até três salários mínimos; 52% de três a seis salários; 50% de seis a nove e 48% de seis até doze salários. 23/10

primeira proposta: 50%, para quem recebe até 3 salários mínimos; 48% para quem está entre 3 e 6 mínimos e 43%, índice oficial, para quem ganha mais do que 6 mínimos. 19/10

convenção coletiva de trabalho. 22 sindicatos patronais do setor metalúrgico de São Paulo, Guarulhos e Osasco e os respectivos três sindicatos de trabalhadores.

"ESTAMOS EM GREVE"

Terminada a assembléia de sexta-feira, um grupo de metalúrgicos de São Paulo elaborou o texto de chamada para a greve. Durante a madrugada de ontem mais de 120 mil impressos já estavam prontos com o título: "Estamos em Greve". Além disto, os panfletos têm como objetivo orientar os metalúrgicos durante a paralisação.

O sindicato esclarece aos grevistas que devem marcar o cartão de ponto e permanecer ao lado das máquinas, sem contudo, ligá-las. Informam ainda que os trabalhadores devem realizar assembléias dentro das empresas, escolher uma comissão para a negociação, porém, não negociar em separado, procurando buscar no sindicato todas as informações possíveis.

INTRANSIGÊNCIA

Durante as quatro reuniões realizadas no salão nobre da Federação das Indústrias, visando a "histórica" Convenção Coletiva de Trabalho, as duas partes, empresários e trabalhadores, apesar da cordialidade nas conversações, hoje se acusam mutuamente de intransigentes.

Os representantes patronais acham que foram flexíveis, pelo fato de apresentarem várias contra propostas de acordo a cada lance da negociação. Entretanto, dizem que os trabalhadores tomaram uma atitude rígida, não fazendo sequer uma contra proposta, a não ser no último dia, na sexta-feira de manhã, onde ofereceram 65% como alternativa para acordar.

Por outro lado, os dirigentes sindicais têm a mesma crítica aos empresários. Para eles, "os patrões não querem aceitar as comissões de fábrica, que para nós significaria um grande passo para o aperfeiçoamento do movimento sindical", informou Henos Amorina, do sindicato de Osasco.

Henos Amorina disse ainda que os operários vão brigar por dois pontos nesta negociação: salário e comissão de fábrica. "O primeiro trata-se de uma conquista econômica, mais do que justa, a segunda é o nosso avanço político, na organização dos trabalhadores dentro das fábricas."

Apesar das assembléias dos três sindicatos decidirem pela greve, nenhum dos dirigentes sindicais vê a negociação já encerrada. "Pelo contrário — afirmou Amorina, mais do que nunca a negociação deve estar de pé."

BRAÇOS CRUZADOS

Conforme decisão das assembléias de sexta-feira, os operários que paralisarem o trabalho deverão desligar as máquinas e ficar do lado delas de braços cruzados, sem "aceitar nenhum tipo de provocação dos chefes e da segurança".

Teobaldo De Nigris acha que esta atitude é absurda, "uma chantagem a fim de ganhar o dia sem trabalhar". Segundo afirmou, "se depender de mim isto não vai acontecer" 28/10

Muitos suspensos, demitidos, presos

JORNAL DA
TARDE
31-10-78

Diante do impasse — os empresários não aceitam elevar sua proposta (aumentos de 56 a 43%, dependendo das faixas) e os metalúrgicos querem 70% — a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, do qual faz parte o 14º Grupo (empresários dos setores metalúrgicos mecânico e de material elétrico), tomou duas decisões:

1º) desistir da negociação direta — hoje cedo deverá ser oficialmente instaurado o dissídio coletivo no setor metalúrgico de São Paulo, Osasco e Guarulhos (o requerimento está na DRT desde a manhã de sábado, mas os empresários concordaram em retê-lo até ontem); 2º) pedir a mediação do ministro do Trabalho, alvo de muitas queixas, ontem, por uma indiferença que foi chamada de omissão.

(O telex, assinado pelo presidente da Fiesp e enviado a Prieto, diz o seguinte: "Face à gravidade da situação criada com a decisão dos sindicatos dos trabalhadores metalúrgicos desta Capital, de Osasco e Guarulhos, deflagrando greve, encarecemos se possível a presença de v. excia. em São Paulo, com o objetivo de restabelecimento da normalidade do relacionamento entre capital e trabalho, indispensável à harmonia social, segurança e desenvolvimento do País".)

Antes de chegar ao ponto de escolher o caminho do dissídio, os empresários tentaram outros meios. Primeiro, colocaram em execução o chamado Procedimento em Caso de Greve, organizado pela Fiesp (ao qual, obviamente, o advogado da entidade, Jaime Gamboa, se referia ao dizer que "no meio do ano, as empresas e o governo não tomaram providências. Havia total falta de experiência, o que não ocorre hoje. Amanhã vocês" — ele prometeu aos jornalistas — "vão ver"). O Procedimento aconselha punições (que aconteceram em muitas empresas), o não pagamento dos dias de greve, e demissões.

Além disso, passaram o dia em reuniões. Depois da mesa-redonda na DRT, os empresários tiveram um encontro reservado na Fiesp, às 13h30. Às 15 horas, o coordenador da comissão de empresários que está negociando o acordo com os metalúrgicos, Alberto Villares, teve também uma reunião sigilosa com os presidentes dos três sindicatos (São Paulo, Osasco e Guarulhos), com os representantes da oposição desses três sindicatos e com o diretor do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos, Valter Barelli).

Das 13 mil empresas metalúrgicas de São Paulo, pelo menos 80% não trabalharam on-

tem ou sofreram paralisações temporárias, segundo as informações levadas ao sindicato. "Além das grandes empresas, pararam também as pequenas, onde o poder de pressão do empregador é bem maior", assegurou o diretor Orlando Malvezzi.

Entretanto, a maioria dos operários que procurou o sindicato, ontem, não queria apenas informações sobre a continuação da greve. Eles queriam saber também como ficaria a situação dos punidos, que são muitos.

Primeiro, terá de se resolver a situação dos empregados da empresa Valma, no Belenzinho. Sua diretoria escolheu sete operários da seção de furadeira e despediu-os. Deu certo; intimidados seus 600 metalúrgicos voltaram ao trabalho. E o caso de Eden Ponciano da Silva, da Indústria Elétrica Itaim, no Embu, também demitido por ter pregado a convocação do sindicato à greve no quadro de avisos da empresa.

O sindicato informou que agora, entre as reivindicações a serem negociadas com os patrões, incluem-se a reconsideração das demissões e o pagamento dos dias de paralisação, por greve ou suspensão.

E a suspensão por dois dias foi aplicada na Fillizola, na Tecnoforjas (apenas por um dia), na Villares, divisão de elevadores (que também tirou de circulação os ônibus que transportam seus 4 mil empregados), na Siemens, na Albs, na Metal Leve (apenas por um dia e na Prestolite, pelas informações que chegaram ao sindicato).

Em Guarulhos, onde o Sindicato dos Metalúrgicos calculou 95% dos 46 mil operários do setor em greve, apenas a VDO do Brasil e Reisch decidiram suspender seus empregados. As outras empresas preferiram simplesmente dispensá-los até que se chegue a um acordo. O primeiro dia de greve em Osasco correu ainda mais tranquilamente, embora aproximadamente 23 mil operários tenham aderido (70% do total de metalúrgicos do município). A não ser o caso da demissão na Indústria Elétrica Itaim, não houve punições.

Comissões de fábrica já

Os metalúrgicos decidiram que, em cada fábrica, a partir desta segunda-feira, uma assembleia geral dos grevistas deve escolher um representante por seção e formar, à força, as Comissões de Fábrica que os patrões pediram "tempo" para estudar.

MOVIMENTO - 30/10 a 5/11/78

A discussão sobre as Comissões de Fábrica foi uma das mais sugestivas nas negociações diretas entre os patrões, o sindicato e os metalúrgicos. Joaquim dos Santos Andrade, o dirigente sindical dos metalúrgicos de São Paulo, não é fa-

vorável à criação das Comissões: "Eu não vou transferir para as comissões de fábrica as prerrogativas que são do sindicato, senão desaparece a figura jurídica desse", diz ele. Joaquim propõe delegados sindicais, representantes do

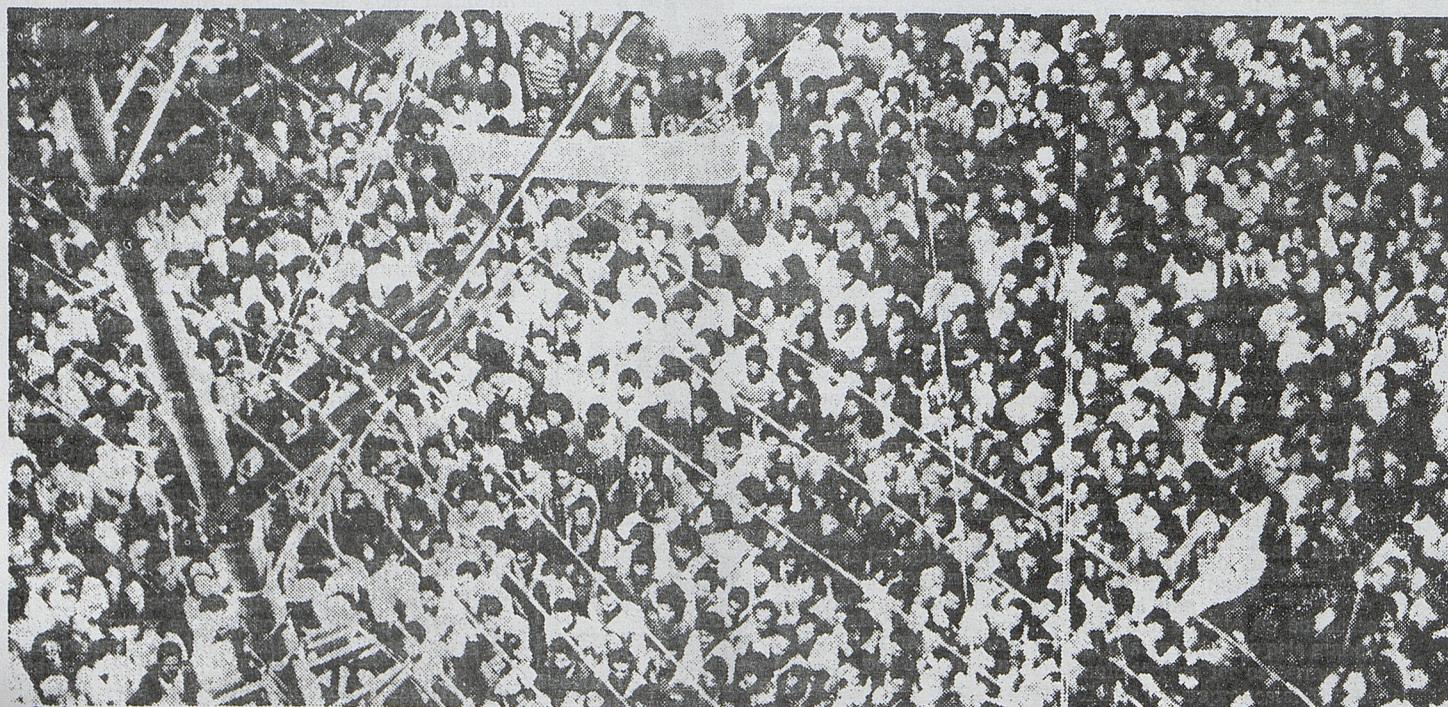
sindicato nas empresas, com estabilidade reconhecida por estas. As comissões são o oposto: representam os operários da empresa, são eleitas diretamente por estes e não tem de necessariamente estar ligadas ao sindicato.

O ESTADO DE S. PAULO 01/11

Empresários propõem 58% de aumento

Houve brigas ontem à noite, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, entre trabalhadores favoráveis e contrários ao presidente Joaquim dos Santos Andrade. Este chegou ao sindicato às 20 e 15, com a nova contraproposta patronal, sobre a qual os trabalhadores deveriam manifestar-se. Foi muito valiado e, ao final da assembleia, realizada na rua do Carmo, operários chegaram a invadir o sindicato, querendo agredir o presidente, fechado em sua sala. A contraproposta patronal não aceita as comissões de fábrica.

O presidente do sindicato foi bastante valiado pela grande multidão, ao ler os termos da última contraproposta: 58% de aumento para quem recebe até 3 salários mínimos; 54% para quem está entre 3 e 6 mínimos; 50% de 6 a 10 mínimos; índices oficiais acima desse teto; piso de Cr\$ 2.520,00; descontos dos aumentos concedidos há menos de 12 meses — fora os decorrentes de promoção, aquisição de maioridade e equiparação salarial; revisões semestrais dos sa-



Pela primeira vez, em 46 anos da história do seu sindicato, os metalúrgicos de SP fazem assembleia na rua

lários; antecipação de reajuste de 16%, em maio de 79, com base nos salários de abril do próximo ano.

Muitas empresas fecharam suas portas, ontem, ante a disposição de seus empregados de prosseguirem de braços cruzados. O ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, não aceitou o convite da Fiesp para vir a São Paulo servir de mediador.

Santos Andrade foi intensamente valado, ao informar que a gráfica do sindicato imprimiria de madrugada as cédulas "sim" e "não", para serem usadas hoje cedo, no sindicato, em escrutínio secreto sobre a con-

tra-proposta patronal. "Greve, greve, 70% ou greve", gritavam os operários.

Um orador foi contra o presidente do sindicato, dizendo que a resposta dos trabalhadores estava sendo dada naquele momento, em praça pública, sem necessidade de votação: o prosseguimento da greve pela conquista dos 70%.

CONCENTRAÇÃO

Desde as 17 horas uma multidão começava a concentrar-se em frente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, na rua do Carmo, 171; e quando a chuva diminuiu, chegou mais gen-

te. Aguardavam o início da assembleia, marcada para as 19 horas, enquanto os dirigentes sindicais ainda se encontravam no tribunal.

A rua do Carmo, às 19 horas, estava intransitável, desde a rua Tabatinguera, perto do sindicato, até a rua das Flores, uns 200 metros além. Falava-se em 10, 15, 20, 30 mil pessoas na rua. Palavras de ordem eram cantadas, como "Olê, olá, o sindicato está botando pra quebrá", ou gritadas em uníssono, em uma marcha: "Um, dois, três — chegou a nossa vez".

Entre as muitas faixas falando de salários e de sindicalismo, duas chamavam a atenção, no meio dos trabalhadores, bem em frente do sindicato: "Todos unidos contra o governo".

Motoristas não ousavam chegar perto da multidão, desviando seus carros para a lateral da Tabatinguera. O clima emocional relava uma disposição geral de continuar a greve. A certa altura — ainda à espera dos dirigentes sindicais — anunciaram-se prisões de trabalhadores, em portas de fábrica. O grito uníssono e compassado da multidão foi: "Solta, solta..."

UM ANO SEM GREVE

Dos 18 itens do acordo firmado ontem entre os sindicatos de São Paulo e Guarulhos, o de número 17 foi o que mais causou estranheza. Por este item, os metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos não poderão fazer greve durante um ano, até novembro de 79.

Os 17 juízes do TRT decidiram também estender o acordo para os metalúrgicos de Osasco que, ao contrário dos trabalhadores de São Paulo e Guarulhos, votaram ontem pela rejeição da contra-proposta patronal.

FOLHA DE S. PAULO 2/11

A grande traição do pelego Joaquim

Contrariando a afirmação feita na véspera, durante a assembleia geral, com 30 mil trabalhadores, de que todos poderiam votar, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade, proibiu o voto aos trabalhadores não sindicalizados.

— Pensamos melhor e decidimos que não seria justo que aqueles que não participam do Sindicato, que não pagam o imposto, tenham direito a voto. Além do mais, o nosso estatuto não permite que os não-sindicalizados participem das decisões do Sindicato.

A decisão de Joaquim dos Santos Andrade, contudo, desagradou os oito mil trabalhadores não-sindicalizados que, desde cedo, se concentraram na porta do Sindicato portando faixas e cartazes pelo prosseguimento da greve. Por várias vezes, a multidão — isolada por cordas atadas aos pilares da porta principal do Sindicato — gritou "por liberdade sindical", "contra o arroucho" e "fora com o pelego".

Diversos policiais acompanharam a manifestação de rua dos metalúrgicos, à distância.

OSASCO

Os metalúrgicos de Osasco mostraram bastante desapontamento com a decisão dos trabalhadores de São Paulo e Guarulhos, que preferiram aceitar a proposta dos patrões.

"Eles nos deixaram órfãos", comentou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, Henos Amorina, referindo-se à decisão dos Sindicatos de São Paulo e Guarulhos de entrar em acordo. "Por outro lado — continuou — estamos agora com maior liberdade de ação, já que as decisões serão apenas nossas".

FRAUDES

Logo que começou a apuração dos votos — através de representantes das comissões de salários — o operário Clovis de Castro, que participava da apuração, denunciou que "o presidente do Sindicato quer desmobilizar a greve. Foram colocadas nas urnas dezenas de cédulas em pacote a favor da proposta patronal" — disse. O GLOBO 2/11/78

cb

OS RESULTADOS DAS VOTAÇÕES

	São Paulo	Guarulhos	Osasco
A favor da proposta da Fiesp	4.545	1.326	35
A favor da continuação da greve	1.976	221	2.630
Em branco	13	2	2
Nulos	78	17	6
TOTAL	6.612	1.566	2.674

MP. 22/11 "Quem decide é você", iniciava o impresso, no qual muitos viram uma indução do Sindicato a que os associados votassem pela proposta patronal, porque continha o seguinte trecho: "ou aceitamos a proposta e celebramos uma convenção coletiva ou rejeitamos e ficamos com a proposta do Tribunal de apenas 43%".

Dez mil continuam em greve em São Paulo

SÃO PAULO (O GLOBO) — Pelo menos 10 mil trabalhadores continuaram em greve ontem na cidade de São Paulo reivindicando 70 por cento de aumento salarial e estabilidade para as comissões de fábrica.

O procedimento que os 10 mil grevistas adotaram para a continuidade do movimento reivindicatório é o mesmo da greve geral: batem o cartão de ponto e permanecem parados nos seus lugares. A negociação com os empresários é feita através das comissões de fábrica depois de assegurada a sua estabilidade.

Entre as principais empresas que aderiram à paralisação ontem estão a Caterpillar (3.500 empregados) e a indústria Villares (4.500 empregados). Também pararam a metalúrgica Jurubatuba, a indústria Romei e a Nissei (parcial).

O comando geral de greve, órgão da oposição sindical dos metalúrgicos, que assumiu a responsabilidade pelas paralisações de ontem, informou que "esperava que um número

maior de trabalhadores entrasse na luta pelos 70". Para isso, o comando distribuiu, pela manhã, na porta das fábricas, folhetos em que acusam o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo Joaquim dos Santos Andrade, de "traidor da classe operária" e sustentam "a necessidade de que todos os trabalhadores se unam em torno de suas justas reivindicações".

Na Villares, 4.500 empregados também optaram pela greve, enquanto uma comissão de trabalhadores negociava, sem sucesso, um acordo com os diretores da empresa. Na reunião de ontem ficou decidido que a Villares não descontinuará o aumento conseguido pelos metalúrgicos durante a greve de julho, da ordem de 15 por cento.

Na Metalúrgica Jurubatuba, os operários devem voltar ao trabalho hoje cedo depois que conquistaram 73 por cento de aumento para os que ganham de um a três salários mínimos, 63 por cento na faixa de 3 a 6, e 55 por cento para os demais. 02/11

Protestos contra o acordo de São Paulo

Os metalúrgicos do setor Sudeste de São Paulo decidiram soltar a imprensa a seguinte nota de protesto ao acordo firmado pela diretoria do sindicato com os representantes patronais:

"A diretoria vendeu o direito de greve conquistado pelos trabalhadores, ao incluir no acordo a proibição dos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos de fazer greve durante um ano; a diretoria não aceitou a decisão da assembleia de 30 mil metalúrgicos, alegando que esta não representa a categoria, mas no dia seguinte só permitiu que 6 mil sindicalizados votassem, numa categoria de 350 mil metalúrgicos; o índice reivindicado pela categoria era de 70% para todos e o acordo firmado foi de 58%, 54% e 50%, segundo as faixas salariais; serão descontados os aumentos pelas greves de maio; o piso salarial reivindicado era de 4.680,00, e nos foi dado apenas 2.520,00; o aumento a cada três meses não foi dado e as horas paradas vão ser descontadas; a diretoria impediu a entrada dos trabalhadores no sindicato no dia da votação, mas abriu as portas para a polícia com o objetivo de intimidar-nos."

"A partir de hoje o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade, deve ser chamado de "Judas" dos Santos Andrade, por ter se vendido aos patrões, traindo a categoria.

"Por tudo isto, não aceitaremos o acordo e nem representativa a votação realizada. Estamos dispostos a continuar a luta por nossas reivindicações, e chamamos toda a categoria a tomar a mesma posição, se mobilizando pelas seguintes propostas: realização de abaixo-assinado nas fábricas contra o acordo e pela destituição da diretoria, realização de uma concentração em frente ao sindicato na semana que vem, em sinal de protesto." 03/11

Todos ao trabalho... (cb)

7-11-78

SÃO PAULO (O GLOBO) — “Se os metalúrgicos de Osasco não voltarem ao trabalho até o meio-dia de hoje, a greve será considerada ilegal e seus responsáveis enquadrados na Lei 4.330 (Lei de Greve) e sujeitos às penalidades legais”.

Esta advertência foi feita na tarde de ontem pelo delegado regional do Trabalho em São Paulo, Vinicius Ferraz Torres, a todos os membros efetivos da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, convocados no começo da tarde à DRT.

Explicou Vinicius Ferraz que os metalúrgicos tomaram conhecimento dos termos da lei e que ele agora espera que “tenham bom senso suficiente e transmitam isso a categoria, aos associados pois, em matéria de lei de greve só deve comparecer a votar aqueles que pertencem ao sindicato”.

Segundo o titular da Delegacia Regional do Trabalho, se estas medidas não forem agora acatadas ele será “obrigado a tomar as providências previstas por lei”.

As punições, de acordo com o Artigo 29, capítulo II da CLT, podem incluir reclusão de seis meses a um ano para os dirigentes sindicais, destituição da diretoria e ainda intervenção no sindicato pela Delegacia Regional do Trabalho.

No entanto, segundo Vinicius Ferraz, a DRT ainda não pensou em intervenção, podendo aplicar outras penas caso os metalúrgicos não retornem ao trabalho.

FOLHA DE S. PAULO

A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco entregou ontem ao meio dia à Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo a ata da assembleia da categoria, realizada anteontem, em que o sindicato pediu aos metalúrgicos o retorno ao trabalho. Em Osasco todos os operários em greve acataram a solicitação do sindicato, e segundo informações de trabalhadores da base, todas as fábricas funcionaram normalmente.

O sindicato informou ontem que durante o movimento grevista 112 operários foram demitidos por justa causa, através da utilização da lei 4.330 (lei de Greve), pelas seguintes empresas: Cinpal (5); Arbami-Mallory (28); Environtech (11); Itaim (1); Sampson (20); Norma (3); Mec. Paulista (1); Same (25); Meridional (15); Cumpro (6) e Arwey (4). Henos Amorina, presidente do sindicato disse que vai entrar com um processo junto à DR-

T para tentar a readmissão dos operários, com base em um dos itens do acordo, em que os empresários se comprometem a não punir nenhum grevista.

AMORINA EXPLICA

“Acho que nós agimos certo. É preferível dar um passo para trás, e depois, no momento certo, darmos 2 ou mais passos para frente”. Assim o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, Henos Amorina, explicou ontem a decisão de pedir aos metalúrgicos o retorno ao trabalho, acrescentando ainda que “a situação chegou a um ponto, que o mais importante era a preservação do nosso sindicato de mais uma intervenção do Ministério do Trabalho”.

Amorina afirmou ainda que “se levassemos os trabalhadores de Osasco a um confronto direto com a Delegacia do Trabalho estaríamos assumindo uma

posição idealista e vanguardista”, porque naquele momento, “nós sabíamos que não tínhamos mais força para responder à altura as ameaças que a DRT nos fez”.

JOAQUIM ERROU

Para Henos Amorina, o “desastre” do movimento grevista começou em São Paulo, “com o recuo que o Joaquim (presidente do sindicato de São Paulo) deu na última assembleia da sua base”. Henos acrescenta ainda que o presidente do sindicato de São Paulo “perdeu a grande chance de tirar a máscara de pelego, e se tornar um autêntico líder sindical”.

8-11-78

(...) Cerca de 60 funcionários da Meridional S/A, que haviam participado do recente movimento grevista dos metalúrgicos, reivindicando melhorias salariais, foram despedidos ontem. Logo às 6 horas da manhã, no início do primeiro turno, os funcionários foram avisados um a um, pela diretoria da empresa, que estavam demitidos.

11-11-78

Onde estão os metalúrgicos?

Em apenas 17% dos estabelecimentos, estão concentrados 61% dos metalúrgicos

Número de pessoas ocupadas por estabelecimentos:	Número de estabelecimentos:	Pessoal ocupado:
de 1 a 19	5.739 (42%)	61.608 (4,5%)
de 20 a 99	5.296 (39%)	239.875 (17%)
de 100 a 499	2.031 (15%)	425.791 (31%)
500 a mais	398 (2%)	415.137 (30%)

Fonte: Pesquisa Industrial, IBGE, 1974

A categoria dos metalúrgicos constitui a camada mais numerosa do proletariado brasileiro. Inclui os trabalhadores dos setores de metalurgia mecânica, material elétrico e material de transporte (1). No Brasil este setores ocupam mais de 1 milhão de pessoas, a grande maioria sendo operários de fábrica. (O pessoal de escritório e os técnicos e dirigentes ligados às atividades de controle e planejamento de produção constituem parte também expressiva do pessoal ocupado. Um exemplo: a Caterpillar, fábrica de tratores de São Paulo, tem 3.600 empregados e cerca de 1/3 é formado por gente de escritório, técnicos e pessoal de direção e controle.)

A grande massa dos metalúrgicos está nas grandes indústrias (61% nas indústrias que têm mais de 100 empregados, e 30% nas que

JORNAL DA TARDE

GRAFICOS

Na próxima segunda-feira, o presidente dos Gráficos de São Paulo e o presidente do Sindicato da Indústria Gráfica de São Paulo, assinarão o acordo, aceito na quarta-feira, que pôs fim à greve que teve a duração de dois dias, paralisando total ou parcialmente 80% das empresas do setor. O acordo proposto pelo sindicato patronal foi aprovado, por aclamação, em assembleia que se realizou no sindicato dos gráficos de casas de obras de São Paulo (aquelas que não trabalham para jornais e revistas, mas para editoras, tipografias, num total estimado em 25 mil trabalhadores).

Os reajustes serão os mesmos concedidos aos metalúrgicos: 58% para quem recebe até 3 salários mínimos; 54% para os que recebem entre 3 e 6 mínimos; 50% para os que recebem de 6 a 10 mínimos e 43% (índice oficial) para os que ganham acima desta faixa.

3-11-78

têm mais de 500), que são as menos numerosas, mas as que ocupam a maior parte de mão-de-obra. Isso encoraja a luta coletiva e facilita as greves. As greves de maio a julho ocorreram especialmente nas grandes indústrias.

O Estado de São Paulo concentra cerca de 70% do pessoal ocupado no setor metalúrgico e igual porcentagem da sua produção. Por outro lado, em valor de produção, o setor metalúrgico equivale a cerca de 1/3 da indústria de transformação, que por sua vez constitui 76,6% da indústria em geral. (1) Inclui assim: fundições, forjarias, estamparias, caldeirarias, fábricas de máquinas operatrizes, ferramentas, elevadores, eletrodomésticos, material de comunicação, motores marítimos, peças e acessórios de veículos. MOVIMENTO - 6 a 12/11/78

A volta na Caterpillar

O diretor da Caterpillar do Brasil, Sérgio Muniz de Souza, informou ontem que os últimos 1.298 funcionários da empresa que estavam em greve retornaram ao trabalho, após cumprirem dois dias de suspensão impostos. Disse, ainda, que a suspensão e os dias paralisados não serão pagos, embora a empresa esteja estudando a possibilidade de reposição das horas.

Muniz de Souza afirmou que ontem a “Caterpillar demitiu 18 funcionários e na última terça-feira, 4, totalizando 20 (seis pertenciam à comissão de fábrica) por justa causa”.

(...) “Somos uma categoria de baixos salários; 56% dos metalúrgicos ganham menos de 2 salários mínimos (Cr\$3.120,00); 74% dos metalúrgicos ganham menos de 3 salários mínimos (Cr\$4.680,00); o salário médio dos metalúrgicos é de Cr\$4.030,00; no entanto, 69% dos metalúrgicos ganham abaixo da média”.

8-10-78

ESTADO DE S. PAULO

FIAT - Rio

Os operários da Fiat-Diesel do Rio, antiga FNM, decidiram em assembleia, ontem à noite, suspender a greve iniciada há dois dias, retornando ao trabalho esta manhã. A decisão foi tomada após aprovarem a proposta da direção da empresa, que lhes garantiu aumento escalonado de 7 a 15%, além dos 41% concedidos em agosto último, imunidade sindical, condução noturna e pagamento de

mais 15 horas mensais — perfazendo 240 — sendo cinco agora e as outras dez em agosto.

A princípio os empregados tentaram insistir na proposta inicial, de 20% de aumento para todos e pagamento das 240 horas mensais de trabalho desde já. Mas as advertências dos dirigentes sindicais, lembrando os riscos que corriam caso não abandonassem a greve, acabou demovendo a todos.

10-11

Fiat, Krupp e FMB

O ESTADO DE S. PAULO

Cerca de três mil operários da Krupp, Fiat e FMB (fundição da Fiat), reunidos, ontem à noite, em assembleia no Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, decidiram continuar em greve, a qual havia sido iniciada às 12 horas de ontem. Eles reivindicam 20% de aumento acima do índice do governo, a partir de 1º de novembro; salário mínimo de Cr\$ 3 mil; imunidade para as comissões de fábrica; pagamento dos dias que permanecerem em greve; e readmissão de qualquer operário despedido por causa da greve.

A greve abrange 9.500 metalúrgicos da Fiat, 2.300 da FMB e 700 da Krupp, segundo informaram dirigentes sindicais.

Na assembleia geral, eles recusaram a proposta dos patrões, a qual, basicamente, propõe aumentos de 3 a 12% acima dos índices oficiais, por faixas salariais. Ontem de manhã, no Tribunal Regional do Trabalho, empregadores e dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de

Betim fizeram uma reunião, mas não puderam firmar acordo porque os representantes sindicais não estavam autorizados pela assembleia da categoria a chegar a um entendimento final.

25 DE OUTUBRO

Prossegue a greve de 13 mil metalúrgicos em Betim, na Fiat, Krupp e FMB. A mesa-redonda realizada na Delegacia do Trabalho, ontem, não proporcionou um acordo e desde o início do turno da tarde, às 14,30, que a Polícia está ocupando a Fiat, a pedido da empresa, segundo informação do coronel José Abreu Soares, chefe do Comando de Policiamento da Capital.

"A PM nada tem a ver com a greve. É um problema da Delegacia do Trabalho", disse o coronel José Abreu Soares, esclarecendo que a PM estava ali a pedido da direção da Fiat, "para garantir o patrimônio da empresa". A mesma explicação foi dada pela direção do DOPS, para justificar a presença de

seus oito agentes na fábrica da Fiat em Betim.

MESA-REDONDA

Na mesa-redonda convocada pelo delegado do Trabalho, Onésimo Viana, os representantes das empresas, ameaçaram dispensar os trabalhadores e os da Fiat foram mais longe, afirmando que não cederiam e até mesmo poderiam transferir a fábrica de automóveis para outro Estado.

O advogado da Anfavea, Messias Donato, acusou os grevistas de danificarem equipamentos da Fiat.

Afirmou que o movimento grevista é ilegal e acusou os trabalhadores de ocuparem a fábrica, pelo fato de permanecerem ociosos diante das máquinas. E pediu ao delegado do Trabalho providências para desalojar os operários da fábrica.

Já os dirigentes sindicais acusaram a Fiat de manter um clima de inquietação na empresa, com prisões de operários e de, nos casos de demissões, fazer os demitidos saírem acompanhados por agentes de segurança, como se estivessem presos pela Polícia. 22-10-78

BELO HORIZONTE (O GLOBO) —

Os operários da Fiat, Krupp e FMB voltaram a trabalhar, ontem, apesar de haver ocorrido, na Fiat, a demissão de 12 operários "por falta grave", segundo a empresa, que não informou, no entanto, que faltas seriam essas. Na FMB e na Krupp não houve demissões e essas empresas reafirmaram que não tomariam nenhuma medida contra os operários que, na semana passada, se mantiveram em greve.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Betim denunciou, ontem, que cerca de 22 funcionários da Fiat haviam sido suspensos por um prazo de 14 dias e que um prensista da empresa, Jadir Bueno Santos, havia sofrido violências da segurança da Fiat. (...)

a produção de automóveis na fábrica de Betim já está normalizada, com a média de 400 veículos por dia.

Dois anúncios, ocupando meia página, foram veiculados hoje, pela Fiat, em todos os jornais da capital mineira. Em um deles, é dito que a empresa "está admitindo prensistas, operadores de máquinas operatrizes, ferramenteiros, operadores de caldeira e funileiros", o outro anúncio convocava "com urgência os candidatos a emprego, já selecionados, tendo em vista a normalização dos trabalhos na fábrica". 7-11-78

ISTOÉ 08/11/1978 (...). Ao contrário de seus companheiros de São Paulo, os trabalhadores mineiros não conseguiram êxito nas negociações diretas com as empresas e tiveram que se conformar com a decisão clássica para a greve: o julgamento do dissídio coletivo pela Justiça do Trabalho. É verdade que esta lhes concedeu aumentos salariais de 12% a 13% acima do índice oficial (43%), mas sequer considerou a proposta dos trabalhadores, que pleiteavam 20% acima dos 43% oficiais e o reconhecimento da estabilidade das comissões de fábrica.

Culpa de quem? É claro que o malogro da greve foi consequência, em boa parte, da ação das empresas: a Fiat, por exemplo, já no segundo dia de paralisação, a pretexto de "preservar seu amestrado, postaram-se no interior da fábrica. A mesma empresa divulgou boletins informando que o aumento concedido totalizaria 73%, enquanto, pela TV Globo, anunciava-se o fim da greve, antes que ele tivesse ocorrido. patrimônio", convocou a polícia — e soldados da Polícia Militar, armados de cassetetes e acompanhados de cães

MOVIMENTO - 30/10 a 5/11/78

(...)

Com a criação do Instituto de Desenvolvimento Industrial (INDI), o governo mineiro montou um esquema de atração de capitais estrangeiros inédito nas economias estaduais. Ao INDI cabia descobrir ou criar grandes oportunidades, encaminhá-las aos empresários estrangeiros e cortejá-los.

Ao mesmo tempo foi criada a Companhia de Distritos Industriais (CDI), encarregada de oferecer a preço de banana, ou até de graça, toda a infraestrutura necessária à instalação das grandes empresas como terrenos, terraplenagem, energia elétrica, água e tudo o mais. E, para completar a mamata, já estava ativado o Banco de Desenvolvimento de Mi-

nas Gerais (BDMG), para fornecer seus préstimos na área de financiamento.

Assim os governadores Rondon Pacheco e, mais tarde Aureliano Chaves puderam viver o que chamaram de "milagre mineiro" cujos santos eram eles mesmos, os distribuidores de benesses e privilégios para as multinacionais.

Entre outras coisas, o truste italiano foi aquinhoado com uma isenção de 25,6% no Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) durante 5 anos, assim como de todas as taxas e impostos municipais até 1985.

Além disso, o Estado se comprometeu a garantir a realização de toda a infraestrutura da fábrica, desde a construção de estradas

O paraíso da FIAT

até a instalação da linha de telex. A Fiat recebeu também gratuitamente energia elétrica, água potável, água industrial, linha telefônica, esgotos e, ainda um terreno de 200 hectares urbanizados, a ser pago em 45 suaves prestações anuais de 700 mil cruzeiros, sem juros, correção monetária ou qualquer outro ônus desde 1977 até o ano 2022.

Estes benefícios, possibilitaram à empresa conseguir lucros em seu primeiro balanço, em plena fase de implantação.

E, para fechar com chave de ouro o negócio, o governo mineiro avalizou um montante de 60 milhões de dólares, correspondente a 20% do empréstimo obtido pelos italianos junto a um pool de 7 bancos europeus.

Prisões, agressões, assassinatos

FOLHA DE S. PAULO 11-11-78

Cinco metalúrgicos que estavam distribuindo comunicados na porta da Bosch foram presos ontem à tarde e levados ao Dops. Depois de interrogados os operários foram liberados, mas os impressos ficaram retidos no Dops.

Segundo informações de um dos operários detidos, os panfletos eram de esclarecimento sobre o acordo firmado recentemente entre o Sindicato dos Metalúrgicos

de São Paulo com o sindicato patronal. Por não concordar com os termos do acordo, a comissão de trabalhadores ligados à empresa resolveu marcar uma reunião no dia 12 de zembro, na Paróquia Cristo Rei, às 15 horas, para discutir-lo.

No documento os operários denunciavam a situação em que se encontra a Bosch hoje, depois de feito o acordo. Segundo afirmam, a empresa, além de demitir a

comissão "fez da fábrica um campo de concentração, com muito policiamento lá dentro".

A princípio os trabalhadores foram levados para o 30.º DP, e de lá enviados para o Dops. No interrogatório, narrado por um dos operários, eles responderam que o boletim foi feito por operários da Bosch e que a Frente Nacional do Trabalho imprimiu.

Aumentou de 150 para 270 o número de operários punidos com suspensão por dois dias, na Equipamentos Villares, de São Bernardo do Campo, em virtude de greve de solidariedade a um companheiro agredido por seu conaramestre e posteriormente demitido do emprego. O delegado regional do Trabalho, Vinícius Torres, disse, ontem, que hoje o trabalho deverá ser normal na fábrica, mas os 270 punidos consideram-se em greve. Reunidos ontem cedo no



Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, os trabalhadores decidiram continuar em greve, caso a empresa não demita o agressor, não pague os dias de suspensão e não readmita ou pague todas as verbas trabalhistas dos oito operários demitidos por justa causa, anteontem.

Em princípio, os operários grevistas queriam apenas a demissão do contramestre Antônio Carlos dos Reis, conhecido pela alcunha de "Bate-Estaca", mas a negociação das demissões de colegas que participaram da greve surgiu como nova reivindicação. 6-12-78

4-11-78

Os 8 800 operários que constroem a maior forjaria de aço da América do Sul — a da Villares, em Pindamonhangaba — foram obrigados a almoçar em pé, ontem, com as marmitas na mão.

VEJA, 22 DE NOVEMBRO, 1978

Nesta segunda-feira, a Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo deverá sacramentar um acordo inédito no Brasil. Pelo documento a ser assinado por empregadores e empregados da Metalúrgica Alfa — fabricante de fogões —, estes últimos terão o direito de

Na noite anterior, esses mesmos operários — revoltados com as condições de trabalho, os baixos salários e a péssima qualidade da comida ("azedada,

fedida e ainda por cima cara", segundo eles) — provocaram um tumulto de mais de três horas, durante o qual depredaram todas as dependências e atearam fogo no maior dos refeitórios. Ao tentar acabar com a confusão, os guardas da segurança da empresa balearam três operários, um deles — Geraldo Dias da Paz — internado em estado grave no Hospital Santa Isabel, em Taubaté, com uma bala de revólver 45 no peito. Isso, na versão da Logos Engenharia, administradora da obra.

Os peões, porém, garantem que viram mais de dez feridos e dois mortos, um deles com um tiro na testa, segundo o pintor Zeferino Vicente da Costa.

PATRÃO MATA OPERÁRIO

O advogado Cássio Scatena, diretor da metalúrgica Alfa, localizada na rua 21 de abril, 127, no Brás, matou ontem de manhã, com quatro tiros, o operário Nelson Pereira de Jesus, de 21 anos, que reclamara do seu pagamento, alegando a falta de quase 600 cruzeiros.

Sómente com a chegada de uma Rádio Patrulha, Nelson Pereira de Jesus, pôde ser levado ao Hospital Municipal do Tatuapé. Antes, porém, os policiais militares ficaram mais de cinco minutos procurando jornal velho para forrar o banco traseiro do carro, "porque não queriam sujar a viatura".

Por causa da perda de sangue e da hemorragia interna, o operário morreu algumas horas depois de internado.

Romulo Magalhães Costa,

trabalhava no mesmo setor de Nelson Pereira de Jesus

contou que Nelson, "que era muito brincalhão e extrovertido", falou para o advogado pagá-los, pois tinham contas atrasadas em vários lugares, inclusive o aluguel: "mas Cássio estava nervoso e disse que não pagaria". Nelson chegou — segundo Rômulo — a bater levemente com a mão direita nas costas do patrão e, na entrada da fábrica, Cássio Scatena tirou um revólver na cinta e deu dois tiros no empregado. Mesmo ferido, Nelson Pereira de Jesus agrediu Cássio derrubando-o com vários pontapés e, recebeu outros dois tiros.

Nelson Pereira de Jesus trabalhava há quase dois meses na indústria Alfa. Recebia Cr\$ 1.560,00 por mês. Mineiro de Montes Claros, estava em São Paulo desde 1974 e morava sozinho num quarto da casa 8 da rua Itacema, no Itaim Paulista.

2-10-78 O ESTADO DE S. PAULO

eleger, entre si, um gerente de relações industriais, encarregado de intermediar os contatos — tradicionalmente difíceis — entre os trabalhadores e os donos da empresa. Além disso, os empregados poderão formar uma comissão de fábrica, cujos membros deverão ter um ano

de estabilidade no emprego.

O anúncio desse entendimento pôs fim à greve de 26 dias, iniciada pelos operários no último dia 12 de outubro, quando um dos sócios proprietários da empresa, Cássio Scatena, matou a tiros o metalúrgico Nelson Pereira de Jesus,

Sindicatos protestam

O ESTADO DE S. PAULO

Vários dirigentes sindicais decidiram divulgar um documento para protestar contra as demissões em massa por causa das greves, do assassinato do operário Nelson Pereira de Jesus e das demissões dos sindicalistas José Pedro da Silva e Anísio Batista de Oliveira.

O documento é assinado por dirigentes dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Santo André, Osasco, Santos; dos Jornalistas, dos Gráficos; dos Petroleiros de Campinas e Mauá; dos Padeiros de São Paulo; pelas oposições sindicais dos Metalúrgicos de São Paulo e de Osasco; e dos trabalhadores na Construção Civil de São Paulo; Comissão de Justiça e Paz de São Paulo; Frente Nacional do Trabalho, Pastorais Operárias de São Paulo, ABC e Osasco; Secretariado Nacional da Justiça e Não Violência de São Paulo; Ação Católica Operária da

Região de São Paulo, Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Osasco, entre outros.

"A organização da classe Operária, por mais que demore, porá abaixo as injustiças, a exploração e a discriminação instalada no País. Ninguém pode explorar uma maioria indefinidamente. Nem prisões, nem dissensões, nada deterá nossa luta."

S. Bernardo

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema emitiu nota à imprensa, ontem à noite, "chamando a atenção das autoridades para a situação de insegurança no emprego reinante no País

"O sindicato, em qualquer democracia, é reconhecido como a representação legítima dos trabalhadores. Este reconhecimento conduziu à prática saudável das negociações diretas dos principais problemas

trabalhistas. É natural o confronto do interesse empresarial com as aspirações da classe trabalhadora. O importante é que se abram canais de entendimento, sem radicalizações e desmandos", diz a nota.

"Os trabalhadores brasileiros estão despertando de secular sonolência e passam a lutar pelos seus interesses de forma mais consciente. Foi o bastante para que se organizasse em nossa base territorial um sofisticado sistema de repressão à vida sindical e à organização do trabalho. Participar das campanhas reivindicatórias de congressos sindicais ou mesmo a frequência ativa nas assembleias passou a ser motivo para dispensas sumárias, acompanhadas de uma única explicação: ordens superiores."

"Desde o I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo do Campo e Diadema, até o III Congresso de nossa categoria, realizado em outubro próximo passado, tornou-se praxe nas empresas a dispensa de seus participantes O que elas

não toleram é que seus trabalhadores se organizem e tomem consciência dos seus direitos."

"Esta é a mais cruel e retrógrada forma de repressão: lançar o trabalhador e sua família na perspectiva do desemprego e da fome. O processo está organizado cientificamente, com a participação ostensiva das multinacionais, de tal modo que o trabalhador que apresente qualquer capacidade de liderança ou disposição de participar seja imediatamente dispensado do emprego e sistematicamente barrado em outros."

"Tudo isto mostra que hoje a luta dos trabalhadores não se resume a novos aumentos. Nós queremos garantias de emprego. Sem elas, os próprios aumentos salariais serão ilusórios. Deixar funcionar o arbítrio patronal é comprometer a própria construção de uma sociedade democrática."

A nota finaliza: "Ao mesmo tempo, prometemos preparar a categoria para todas as formas de luta que ponham fim aos excessos patronais e as dispensas arbitrárias". 5-12-78

A greve dos taxis

Setenta e oito motoristas de táxi foram detidos ontem por agentes do DEOPS durante a greve de protesto contra o aumento de 3 cruzeiros sobre a bandeirada dos taxis comuns.

Ontem mesmo a Federação Nacional dos Motoristas Autônomos entrou com um ofício no CIP solicitando a revisão do aumento das tarifas.

(...) a categoria reivindicou aumento da bandeirada de 7 para 9 cruzeiros; do quilômetro rodado de 2,70 para 3,30 e o preço da hora parada de 54 para 65 cruzeiros. 25 mil dos 35 mil taxis existentes em São Paulo deixaram de circular.

O delegado Romeu Tuma, diretor do Deops, montou um esquema que foi colocado em prática junto com a Polícia Militar desde as primeiras horas da madrugada de ontem, visando impedir "o ex-

cesso dos motoristas e fazer com que se manifestassem na sede do sindicato de classe". As prisões foram feitas em vários pontos da Capital, principalmente nas proximidades das estações do metrô e rodoviária, do Jabaquara. Em grupos de no mínimo 10, os motoristas pararam os taxis, pediram aos passageiros que descessem e orientaram os colegas para que aderissem ao movimento.

O DEOPS está de prontidão com a polícia oferecendo garantias ao motorista que pretenda trabalhar. 5-12-78

A FALSA EMANCIPAÇÃO

O Estatuto do Índio, criado em 1973 estabelecendo o regime especial de tutela à que são submetidos os índios brasileiros define que: "qualquer índio poderá requerer ao juízo competente a sua liberação do regime tutelar previsto nesta lei, investindo-se na plenitude da capacidade civil, desde que preencha os requisitos seguintes:

- I - idade mínima de 21 anos
- II - conhecimento da língua portuguesa
- III - habilitação para o exercício de atividade útil, na comunhão nacional
- IV - razoável compreensão dos usos e costumes da comunhão nacional"

Por outro lado, prevê o estatuto a possibilidade de ser declarada a emancipação coletiva desde que "requerida pela maioria dos membros do grupo e comprovada, em inquérito realizado pelo órgão federal competente, a sua plena integração na comunhão nacional."

Já o absurdo das colocações acima mereceriam um amplo debate. No entanto, focalizaremos apenas a matéria amplamente divulgada pela imprensa brasileira nos últimos meses sobre o controvertido decreto-lei elaborado pelo ministro do interior, Rangel Reis, anunciado em janeiro, e que pretende "regulamentar" o processo de emancipação indígena previsto pelo Estatuto.

Cuidadosamente mantido em sigilo, o "secreto-projeto" excluía a necessidade de uma ampla discussão nacional (o que não causa surpresa pois é mais um exemplo da não-participação dos interessados nas decisões que os afetam) mas não pode impedir que suas intenções macabras fôssem alvo de uma oposição manifesta de vários setores. Entre essas manifestações destaca-se o Ato Público Contra a Falsa Emancipação das Comunidades Indígenas, organizado pela Associação Nacional dos Cientistas Sociais e realizado no dia 8 de novembro no TUCA em São Paulo. O ato foi apoiado pela Associação Nacional de Apoio ao Índio, que divulgou em Porto Alegre um manifesto onde diz que: "Graças à malfadada medida o ministro do Interior pode estar certo de passar à história como o fez Hitler". Antropólogos e sociólogos publicaram um manifesto de repúdio ao projeto; o diretor do Parque Nacional do Xingu afirmou que o decreto é uma forma aberta de legitimar o etnocídio; o CIMI condenou o projeto e na reunião da SBPC foi divulgado um documento denunciando o projeto pelos participantes do simposium sobre etnologia. Também do exterior do país vieram vários protestos contra o projeto.

O que está por trás da argumentação ministerial de que "o índio tem direito de ser como nós" (donde é oportuna a questão: nós quem? o favelado? o bóia-fria? ou o ministro?) e a de que "a condição de tutelado é humilhante"?

A idéia de emancipar é aparentemente generosa, pois significa conceder a plena capacidade aos que pelo Código Civil Brasileiro são tidos como relativamente capazes. Salienciamos porém os equívocos a que podem conduzir a conotação de "liberação" contida no termo emancipação, na medida em que esta não permite apreender suas implicações fundamentais.

Emancipar, através de decreto, comunidades indígenas equivale no atual panorama indígena brasileiro, à atitude de, por um lado, "lavar as mãos" e, por outro, traduz uma forma sutil de resolver as questões em torno da terra que se acentuam com o indiscutível avanço das frentes de colonização, satisfazendo sobretudo aos interesses das grandes empresas agrícolas.

Assim sendo, é o problema da terra o ponto crucial em torno do qual se articulam as reais intenções do projeto, ou seja, despojar os índios das suas terras, convertendo-os em mão-de-obra barata e introduzindo-os mais rapidamente no mercado de trabalho à disposição para a mais selvagem exploração.

Trata-se de uma situação que ameaça não somente a população indígena, como o amplo contingente de posseiros e boias-frias. Porém; não parece justo admitirmos uma pretensa solução dos conflitos agrários à custa dos índios.

É importante lembrar que o projeto inicial retirava as terras indígenas da posse da União, transformando-as em propriedade da tribo (ou de seus indivíduos), entregando-as deste modo à especulação fundiária, prevendo inclusive que as terras poderiam ser gravadas para obtenção de crédito e que os critérios para sua exploração seriam estabelecidos pela FUNAI. Face à mobilização e à reação, o projeto hora em mãos do presidente da república sofreu algumas modificações, sendo incluídas emendas que impediriam a doação individual das terras e rejeitariam a interferência da FUNAI (já que sua pre-

sença seria contraditória com a autodeterminação dos grupos emancipados) como também evitariam a gravação de terras para obtenção de créditos.

Finalmente, decidiu-se a apresentação antecipada do projeto, publicado na sua íntegra pela primeira vez no dia 17 de novembro, já bastante modificado do seu caráter inicial, prevendo a criação de uma comissão interministerial com o objetivo de elaborar um Plano Integrado de Ação de Desenvolvimento das Comissões Indígenas, que "mediante a integração ou a emancipação" pretende incorporá-las à comunidade nacional. (abaixo publicamos a íntegra do projeto).

Parece claro que a ampla oposição e debate que se estabeleceu em torno ao projeto de emancipação, está longe de refletir a satisfação com os moldes nos quais se tem realizado a assistência às comunidades indígenas, através do órgão competente, a FUNAI. Em recente declaração, manifestou-se o padre Antonio Iasi, ex-secretário do Conselho Indígena Missionário e ferrenho denunciador dos abusos praticados pela FUNAI, sugerindo que Rangel Reis "ainda poderá dar uma guinada de 180 graus e ser lembrado para sempre como o maior amigo do índio por ter emancipado a FUNAI, livrando-a do poder dos burocratas, dos tecnocratas, dos carreiristas e pelegos, que se encontram infiltrados dentro dela por via de consanguinidade, parentesco tripingado, coleguismo de arma ou nepotismo de toda espécie. Basta lembrar que seu ex-presidente, general Bandeira de Mello está à frente de um projeto envolvendo os Kulinas (Acre) cujas certidões negativas das terras foram concedidas pelo atual presidente, general Ismarth de Oliveira".

Finalizamos portanto com a convicção de que certamente não é este o momento de se pensar em emancipação e esta jamais deverá vir "de cima para baixo" mas ser fruto de um processo que possibilita às comunidades indígenas a construção de instrumentos eficazes de defesa de seus interesses e possibilitar-lhes meios para que no momento dado possam deliberar sobre sua participação na "comunhão nacional".

É o momento em que se deveria dar prioridade absoluta à demarcação das terras, cujo prazo estabelecido pelo Estatuto de 73 se extingue no final deste ano, com menos de um terço das terras demarcadas e repensar profundamente a política indigenista brasileira e as responsabilidades do órgão de tutela.

O artigo acima é uma contribuição de um leitor de Conjuntura Brasileira

Índio preso ilegalmente

A Funai está investigando as causas da prisão ilegal de um índio Macuxi, em Boa Vista, Roraima, feita pelo delegado do órgão neste território, Dinarte Nobre de Madeira. O índio foi interrogado durante quatro horas na delegacia da Funai sobre a carta que seu pai, o tuxaua Filismino Raimundo Pereira, enviou aos dirigentes do Conselho Indigenista Missionário—Cimi denunciando a ocupação ilegal de suas terras por fazendeiros.

Nomeado para apurar o envolvimento do delegado na prisão do índio, o sertanista Apoema Meirelles afirmou, depois de ouvir os im-

plicados, que a origem de todo o problema é de ordem estrutural, pois a Funai, até agora, não providenciou a demarcação das terras indígenas de Roraima, embora exista uma comissão especialmente criada para este fim.

"Existem no território cerca de 20.000 índios — afirmou o sertanista — e as poucas terras ainda livres de invasores já estão ameaçadas." 18-11-78

massacre na AM

Cerca de 40 índios da tribo juma, do Amazonas, foram massacrados, em abril de 1964, por um grupo de brancos, comandado por Daniel Albuquerque, atual prefeito do município Amazonense de Tapauá, e pelo comerciante Orlando França, representante da firma Souza Anaud em Lábrea. O episódio até agora desconhecido pelas autoridades, foi denunciado ontem, em Goiânia, pelo padre Paulo Suess, secretário regional do Cimi no Amazonas e

responsável pelo jornal "Porantim", de Manaus que, em seu número 5, que circula esta semana, traz um relato pormenorizado do massacre.

O padre Paulo Suess disse que consultou o presidente da OAB-AM, Felix Valois, um dos mais conceituados criminalistas daquele Estado, sobre a possibilidade de processar os dois mandantes e os seis jagunços que tomaram parte direta no massacre, e teve resposta afirmativa.

2-11-78

fazenda ocupada

As 150 famílias de remanescentes das tribos xocó e cariri — aproximadamente 900 índios aculturados e caboclos — que ocuparam, na madrugada de terça-feira passada, a fazenda Modelo, da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), no município ribeirinho de Porto Real do Colégio, em Alagoas, na fronteira com Sergipe, já raspavam, com talhadeiras, as inscrições da empresa que existiam no portão de entrada da fazenda, escrevendo, no lugar "aldeia indígena cariri-xocós", em letras vermelhas trabalhadas pelo pintor Edmundo Pereira da Silva.

Os índios afirmam que as terras foram dos seus antepassados até a década de 20 e, portanto, são de sua propriedade.

5-11-78

Levavam arcos, flechas, paus, facas e foices, e os três vigias da Codevasf, surpresos e impotentes, viram os homens e mulheres entrar e tomar posse da terra sem violência.

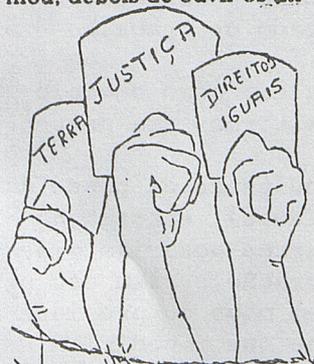
No mesmo dia, a Codevasf determinava a saída dos seus homens da fazenda, enquanto os índios mostravam disposição de permanecer na área: "Vamos

ficar aqui, disse o cacique Cícero Santiago. Nós só saímos daqui aos pedaços, depois de mortos."

Os índios faziam questão de explicar que não tinham invadido a terra; apenas tinham retomado o que era deles.

Sobre a vida em Porto Real do Colégio, o cacique Cícero Santiago explicou: "A cidade estava nos oprimindo. E a gente não tinha mais onde apanhar o barro para a nossa cerâmica, tradição que não podemos abandonar."

7 DE NOVEMBRO DE 1978



Alvorada nov./78

JORNAL DA TARDE

A emancipação, na íntegra.

"O presidente da República, no uso das suas atribuições que lhe confere o Artigo 01, Item III, da Constituição, e tendo em vista o que dispõem as leis de número 5.371, de 5 de dezembro de 1967, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973, decreta:

Artigo 1º — Fica criada, sob a coordenação do Ministério do Interior, uma comissão de apoio aos índios e às comunidades indígenas, integrada por representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e dos Ministérios da Educação e Cultura, da Agricultura, do Trabalho, da Saúde, da Previdência e Assistência Social e da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Parágrafo 1º — A comissão, de que trata este artigo promoverá a elaboração e a execução de um plano integrado de ação de desenvolvimento das comunidades indígenas, a ser desdobrado com medidas de curto, médio e longo prazos, para permitir maior assistência técnica, econômica e social àquelas comunidades, e aos silvícolas, visando a incorporá-los, gradativamente, à comunhão nacional, mediante a integração ou a emancipação, de forma a assegurar-lhes, consequentemente, o pleno exercício de seus direitos civis.

Parágrafo 2º — Os representantes dos ministérios e da Funai para integrarem a comissão de apoio aos índios e às comunidades indígenas, serão designados pelo ministro de Estado do Interior, após indicação a ser feita pelos titulares dos órgãos e entidade referidos no caput deste artigo.

Parágrafo 3º — A comissão de apoio aos índios e às comunidades indígenas deverá constituir-se e instalar-se no prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação deste decreto.

Artigo 2º — A tutela dos índios e das comunidades indígenas é exercida, nos termos dos artigos 1º, parágrafo único, da Lei 5.371, de 5 de dezembro de 1967, e 7º, parágrafo 1º, da Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973, pela Fundação Nacional do Índio.

Artigo 3º — A Funai, além dos poderes inerentes ao exercício da tutela, conferidos pela legislação comum e pela legislação especial, e das demais finalidades previstas no seu estatuto, incumba, especialmente, assegurar aos índios e às comunidades indígenas:

- a) a posse permanente das terras que habitam, bem como o usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes;
- b) condições de saúde;
- c) assistência educacional e oportunidade de trabalho, respeitadas as peculiaridades de sua condição (Lei 6.001, artigo 2º, III);
- d) a integração progressiva e harmoniosa à comunhão nacional.

Artigo 4º — A Funai manterá atualizados os registros a que se refere o artigo 13 da Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973, bem como a relação dos índios eleitores, ou que tenham concorrido a cargos eletivos, daqueles que tenham prestado serviço militar e dos que tiverem concluído curso superior, visando a instruir, na devida oportunidade, processo de emancipação ou integração.

Artigo 5º — Mediante suprimento judicial, na

conformidade do que dispõe o artigo 7º, parágrafo 1º, da Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973, aplicar-se-á a legislação comum, para efeito de emancipação, ao índio maior de 18 (dezoito) anos que satisfaça qualquer das exigências do artigo 9º, parágrafo 1º, do Código Civil.

Parágrafo 1º — o suprimento judicial será requerido, ouvido o índio, pela Funai.

Parágrafo 2º — a sentença concessiva da emancipação será transcrita no registro civil.

Artigo 6º — A requerimento do interessado, ou ex-offício pela Funai, ouvido o índio, será declarada a sua condição de integrado, desde que o mesmo, comprovadamente, preencha os seguintes requisitos estabelecidos no artigo 9º da Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973:

- I — idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- II — conhecimento da Língua Portuguesa;
- III — habilitação para o exercício de atividade útil, na comunhão nacional;
- IV — razoável compreensão dos usos e costumes da comunhão nacional.

Parágrafo único — a validade do ato formal, que reconheça ao índio a sua condição de integrado, depende de homologação judicial e de inscrição no registro civil.

Artigo 7º — A emancipação de comunidade indígena e de seus membros poderá ser declarada, por decreto do presidente da República, a requerimento da maioria dos membros do grupo.

Parágrafo único — a expressão maioria da comunidade deve ser entendida como a representação, no mínimo, de 2/3 (dois terços) dos seus membros, maiores de 21 (vinte e um) anos, residentes nas terras habitadas pelo grupo requerente, e que satisfaçam os requisitos do artigo 9º, da Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

Artigo 8º — A emancipação de comunidade indígena e de seus membros a requerimento da maioria do grupo, dependerá, conforme determina o Artigo 11, da Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973, de inquérito procedido pelo órgão federal de assistência ao índio, destinado a comprovar o preenchimento dos requisitos legais exigidos para a liberação do regime tutelar.

Parágrafo 1º — O inquérito, de que trata este artigo, será efetuado, no prazo fixado, por pessoas especializadas em matéria indigenista relacionada, de preferência, com a comunidade requerente, designadas pelo presidente da Funai, cujos estudos e formulários próprios, por elas preenchidos, serão encaminhados à presidência da Fundação Nacional do Índio, com relatório opinando pela efetivação ou não da emancipação.

Parágrafo 2º — Os formulários próprios, referidos no parágrafo anterior, serão elaborados pelos órgãos competentes da Funai com a audiência do conselho indigenista, que poderá ouvir, para esse fim, e a seu critério, pessoas de notório conhecimento em assuntos indigenistas.

Parágrafo 3º — ao receber o inquérito, efetuado na forma do parágrafo 1º, o presidente da Funai, após a apreciação do conselho indigenista, designará comissão especial, para manifestar-se quanto à sua validade e a conveniência da adoção das medidas propostas nas conclusões do relatório.

Parágrafo 4º — a comissão especial, de que trata o parágrafo anterior, concluídos os seus estudos, encaminhará o processo ao presidente da Funai, com parecer conclusivo opinando pela liberação ou não do regime tutelar da comunidade indígena.

Artigo 9º — O presidente da Funai, decidindo pela liberação do regime tutelar da comunidade indígena e de seus membros, encaminhará o processo ao ministro de Estado do Interior, anexando exposição fundamentada das razões de seu convencimento, bem como projeto de decreto declaratório da emancipação, a ser submetido ao presidente da República.

Artigo 10º — Caso, da apreciação do conselho indigenista prevista no parágrafo 3º, do artigo 9º, des- e decreto, resulte parecer favorável ao requerimento da comunidade indígena, proceder-se-á de imediato à elaboração de um plano de assistência econômica e social, com a participação direta de membros da comunidade interessada na emancipação, e por ela indicados.

Artigo 11º — A Funai continuará prestando assistência técnica e social ao índio emancipado ou integrado, bem como à comunidade indígena emancipada e seus membros.

Parágrafo único — o Ministério do Interior manterá entendimentos com outros ministérios no sentido de que se desenvolva uma ação integrada de apoio às comunidades indígenas emancipadas.

Artigo 12º — O reconhecimento da condição de integrado e a emancipação de índio ou de comunidade e seus membros não implicam na anulação da identidade indígena.

Artigo 13º — Decretada a emancipação de comunidade indígena e de seus membros, caberá, à própria comunidade, com a assistência permanente dos órgãos governamentais, a responsabilidade sobre os menores nela existentes.

Artigo 14º — As terras delimitadas e demarcadas, nas quais vivam e trabalhem as comunidades indígenas que vierem a ser emancipadas continuarão a constituir bens inalienáveis da União, na forma do Artigo 198, da Constituição, cabendo, aos silvícolas, a sua posse permanente e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes.

Artigo 15º — A Funai pleiteará a doação das terras referidas no artigo anterior, à comunidade indígena emancipada, se a providência melhor atender aos interesses desta, e desde que constem do ato de liberalidade cláusulas da inalienabilidade, de proibição de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pelo donatário.

Artigo 16º — Cabe, à comunidade indígena emancipada, decidir sobre a forma de exploração das terras, se coletiva, individual ou mista, cumprindo, à Funai e às entidades e órgãos públicos especializados em assistência técnica às atividades agropecuárias, proporcionar apoio às referidas comunidades, mediante plano integrado promovido pelo Ministério do Interior.

Artigo 17º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

17-11-78

Paraná contra cooperativa de trabalhador "bóia-fria"

FOLHA DE S. PAULO

18-11-78

MARINGÁ (do correspondente) — Demonstrando preocupação quanto à anunciada criação de cooperativas de "bóias-frias", a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, enviou telex ao ministro do Trabalho Arnaldo Prieto, denunciando que sob o aspecto legal, "essas cooperativas constituem uma verdadeira aberração jurídica, contrariando preceitos da lei 5589, a Consolidação das Leis do Trabalho e inclusive Direito Internacional, defendidos na

Organização Internacional do Trabalho".

Acrescentando que a criação de cooperativas de "bóias-frias" representa a legalização de uma imoralidade, permitindo o uso e abuso de mão-de-obra volante em trabalho que, por direito e justiça, deve ser oferecido por mão-de-obra efetiva, a Federação lembra ao ministro que a preocupação do movimento sindical de trabalhadores rurais paranaenses em relação aos "bóias-frias" é de longa data, reivindicando sempre uma

retomada de posição no sentido de que sejam os mesmos fixados na terra, até a extinção total dos volantes.

Essa medida representa a oficialização do "gato" e vem em detrimento do próprio trabalhador volante que sobrevive em condições muito aquém das ideais.

Hoje o Paraná estaria com cerca de 600 mil "bóias-frias", e de um estudo ainda não concluído oficialmente, a FETAEP levantou os seguintes dados sobre a procedência dos "bóias-frias", quanto

ganham, como vivem e o que comem:

IDADE MÉDIA: 42 anos
ORIGEM: 23,3% paranaenses; 21,3% paulistas; 28,3% mineiros e 21,2% nordestinos.

Com tempo bom, trabalham em média de 20 a 30 dias por mês e, se chove, trabalham por vezes somente de 5 a 10 dias, em consequência, a renda familiar de cresce.

A alimentação tem base em arroz, feijão e "matinho verde", sendo as variações de pão e polenta.

MAIS UM TRABALHADOR ASSASSINADO

Piauí foi vacuário e empreiteiro quase 2 anos na Fazenda Santa Lúcia. Acabou o serviço, saiu da fazenda, sempre reclamando que até hoje não tinha recebido. Dizia: "De acordo com a lei, tenho direito de receber e de reclamar."

Parou, pensou, e foi ao Ministério do Trabalho de Luciara e fez a denúncia. Mas falaram assim pra eles: "Piauí, você não deveria denunciar, a fazenda pode botar pistoleiro..." Ele respondeu: "Estou dentro da Lei, é de meu direito, pode escrever a denúncia."

Uns meses depois, souberam que foi matado. Já estava trabalhando na Fazenda Servape. Dizem que não houve brigas nem discussão, atiraram sem motivo.

O matador foi preso no outro dia, com a seguinte recomendação: "Não levem pro Porto Alegre, levem pra Barra do Garças, porque fica mais fácil de tirá-lo."

Pensamos que se todos já soubessem o que é Sindicato, e fossem sócios, haveria uma resposta dos trabalhadores, tanto da Servape, quanto da Santa Lúcia, para este caso e todos os outros onde os trabalhadores são injustiçados. Alvorada nov/78

POSSEIROS IMPEDIRAM CERCA DA FAZENDA

A fazenda dos Abdalla, no Santo Antônio do Rio das Mortes, tentou mais uma vez avançar nos direitos do povo.

Ela tentou botar uma cerca passando bem pelo meio das terras dos posseiros na Serra do Roncador. Ela ia cortar a roça do Jerônimo, bem no meio.

É uma cerca fora de lei, porque no título do estado, é para ter 28 quilômetros e eles queriam puxar mais 2 quilômetros e trezentos metros, só para avançar em cima dos posseiros.

Mas as coisas não são assim. Não é só a fazenda querer. Também tem a vontade dos posseiros. Os moradores se reuniram e fizeram a cerca parar.

Alvorada out/78

**G R E V E NA FAZENDA JAÚ (ARAGUAIA)**

A Fazenda Jaú fica na beira do rio Suiazão, a 200 Kms do Ribeirão Bonito. No começo de outubro 40 trabalhadores terminaram a empreitada. O que aconteceu mostra até onde chegam as coisas, quando as pessoas conhecem seus direitos e se unem.

O Sr. Batistério, gerente geral da Fazenda, resolveu sonegar o pagamento dos trabalhadores. Dizia: "O empreiteiro geral está sem saldo. Ninguém tem mais nada pra receber." "Isso é duro, a gente que trabalhou e sabe que ganhou escu. essas coisas."

O que aconteceu? Os trabalhadores passaram a noite sem dormir. Logo de madrugada, tomaram a porta do escritório e fecharam o campo de avião pra não deixar ninguém sair. Falavam: "Vocês pagam nós todos, ou o escritório vai ser todo quebrado".

O resultado dessa união e firmeza dos trabalhadores da Jaú, foi que todos saíram de lá com seu dinheiro no bolso. Alvorada nov/78

Nos bananais, a mesma história

Pela segunda vez, este ano, os proprietários das fazendas Birigui, Banaurea e Mambu, três das maiores produtoras e exportadoras de bananas no litoral de São Paulo, estão ludibriando seus empregados. Não pagam os salários há três meses e os obrigam a comprar alimentos nos armazéns das próprias fazendas, onde vendem fiado mas a preços 53% mais altos que os dos supermercados de Itanhaém.

A situação foi denunciada pelo presidente do Sindicato Rural de Itanhaém, Arnóbio Vieira da Silva, para quem as fazendas "atrasam o salário para o pessoal não poder fazer compras na cidade, e, então, ficar devendo ao patrão e não poder deixar o serviço, porque, no fim das contas, o trabalhador sempre deve mais ao patrão do que tem para receber".

Foram estas as razões que levaram os bananicultores, em junho passado (ISTOÉ nº 85), a fazerem uma greve, a primeira no campo desde 1964, porque não recebiam salários há 3, 7 e 16 meses, respectivamente, da Mambu, Banaurea e Birigui.

José Meirelles Passos

ISTOÉ 15/11/78

denúncia

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade gaúcha de Erechim, Sadi Angonese, enviou telegrama ontem ao Inamps, denunciando "o péssimo atendimento médico-hospitalar" dispensado aos associados da entidade e comunicando que o agricultor João Castanha, de 56 anos, morreu em sua própria casa, depois de ter sua internação recusada pelo hospital de caridade local, porque o beneficiário não dispunha de Cr\$ 2 mil para pagamento de caução. Segundo a mensagem do presidente do Sindicato Rural, o agricultor estava aposentado por invalidez e, atacado de broncopatia, procurou internar-se no Hospital de Caridade de Erechim no último dia 14 de setembro. 24-9-78

Proibidos Atos Religiosos - PA

A Regional Norte II da CNBB, com base em relatório feito pelo bispo de Marabá e vice-presidente regional da entidade, dom Alano Maria Pena, denunciou que os padres estão sendo impedidos de dar assistência espiritual aos moradores da região de influência da OP-3, uma estrada operacional que parte do quilômetro 96 da Transamazônica (trecho Marabá-Estrela) na direção de São Geraldo do Araguaia, no sudeste do Pará.

Segundo o relatório, a proibição partiu de um major do Exército, conhecido apenas por doutor Curié, que provavelmente está ligado a órgãos de segurança e tem sua base em Brasília. Ele estaria obrigando a população da área a não aceitar a presença de quatro religiosos - padres Roberto e Jorge, irmão Emanuel e irmão Liana - da Prelazia de Marabá, que ele acusa de serem comunistas.

A OP-3 é uma estrada de terra batida construída entre 1972 e 1973 para permitir o melhor combate das tropas do Exército aos grupos guerrilheiros que operavam no Araguaia, numa ação que se prolongou até o início de 1975. À margem da rodovia, em terras devolutas, o próprio Exército assentou lavradores que lhe serviram de "guia" na luta contra os guerrilheiros, além de outros posseiros sem terra que viviam na região. Cada um recebeu um lote de 100 hectares e alguns deles estavam incluídos na relação de lavradores aos quais o Inca entregou títulos na semana passada, em solenidade da qual participou o presidente da República. 17-10-78

violência em MT

A pretexto de cumprir um mandato judicial de reintegração de posse, seis soldados da Polícia Militar de Mato Grosso e um bando de 18 pistoleiros - sob o comando de um sargento da PM - espancaram dois adultos e duas crianças durante a expulsão de cerca de 30 pessoas que trabalhavam na fazenda Alvorada, no município de Dom Aquino, a 150 quilômetros de Cuiabá. 5-10-78



MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA

NOSSA LUTA CONTINUA

ASSEMBLÉIA CONTRA A CARESTIA

FOLHA DE S. PAULO

Diversas assembléias do Movimento do Custo de Vida, contra a carestia, realizaram-se ontem em vários bairros da Capital, do ABC, Osasco e Campinas, de forma pacífica. As donas-de-casa compareceram com suas painéis vazias e, em todas as concentrações, foram cantadas canções populares com letras trocadas, protestando contra a carestia e prestando solidariedade a todos os trabalhadores em greve por melhores salários, bem como contra o não recebimento, em Brasília, de uma comissão representativa do movimento, levando um documento com mais de um milhão de assinaturas.

Assistidas à distância por um policiamento ostensivo — PM e Rota — e mais agentes do Deops à paisana, um único incidente foi registrado: a prisão de um operário conhecido pelo nome de Dorival, que estava acompanhado do padre Francisco Moser. Eles participavam da assembléia na Igreja Matriz de São Miguel Paulista. A prisão ocorreu à noite, logo após o encerramento da manifestação, num ponto de ônibus diante da Matriz.

ZONA LESTE

A manifestação das painéis vazias contra a carestia, marcada pelo Movimento do Custo de Vida na Zona Leste, no Pátio da Igreja Matriz de São Miguel Paulista, foi realizada dentro da Igreja, ao invés de ao ar livre, como estava combinado.

Mas não foi apenas a chuva que provocou essa mudança no programa. Pouco antes do início da manifestação, cinco ônibus da CMTC trouxeram cerca de 200 pessoas do Culto Evangélico da Igreja Brasil para Cristo, para rezarem e ouvirem as prelações de seis pastores em plena praça Pedro Aleixo Mafra, ao lado do pátio da Igreja.

Ao som de alto-falantes, os pastores da Igreja tentavam encobrir o coro de protestos dos participantes do Movimento do Custo de Vida, que no pátio da matriz, empunhando faixas, gritavam: "O povo unido jamais será vencido".

Mesmo assim, as tentativas de esvaziar a manifestação contra a carestia não deram resultado: enquanto na praça, 200 pessoas ouviam os pastores, cerca de 1.500 lotaram a Igreja de São Miguel.

O pronunciamento mais ovacionado pelos participantes foi o do presidente da Comissão de Justiça e Paz, José Carlos Dias, que elogiou o Movimento do Custo de Vida, e salientou sua importância como canal legítimo de participação do povo, cujos principais objetivos são "Lutar pela democracia no Brasil, lutar pelo Estado de Direito". A fala de José Carlos foi interrompida várias vezes pelos manifestantes que, erguendo faixas e painéis, gritavam: "Abaixo a carestia", "Abaixo a repressão, mais arroz e mais feijão".

O vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, Francisco

Pinheiro, manifestou o apoio da classe jornalística ao Movimento do Custo de Vida, dizendo que "nossa categoria também briga pelos direitos do cidadão brasileiro. Estamos aqui fortalecendo o poder de vocês, para que não tenhamos mais painéis vazias e assassinatos como o do jornalista Vladimir Herzog".

Um dos representantes dos operários da Metalúrgica Alfa leu um documento elaborado pelos trabalhadores daquela indústria, relatando que todos estão em greve pelo assassinato do operário Nelson Pereira de Jesus, que no dia 11 de outubro passado foi morto a tiros por um dos patrões, numa briga por questão salarial.

CIDADE DUTRA

A manifestação do Movimento do Custo de Vida na zona sul reuniu, ontem durante duas horas, mais de duas mil pessoas no salão da Igreja principal da Cidade Dutra. Ali, a Igreja, representada pelo Padre José, que falou em lugar de Dom Mauro Morelli, se definiu mais uma vez "pelo lado do oprimido". A Associação dos Profissionais de Assistência Social afirmou não pretender mais confundir o papel do assistente social com o da Polícia, ajudando a expulsar favelados de seus barracos. Um representante da oposição metalúrgica pediu apoio do Movimento à greve que começou ontem, à meia-noite. Todos arrancaram aplausos da multidão, enfeitada como em dias de festa.

Painéis vazias para o alto, um minuto de silêncio, palavras de ordem, marcaram o ritmo da assembléia contra a carestia. Um senhor, pai de dez filhos, que veio há muitos anos do campo para São Paulo, pediu a reforma agrária. Pediu terra para plantar arroz, feijão e milho, comida para os brasileiros. Sua fala veio a calhar e foi aproveitada pelo coordenador do Movimento, Aurélio Perez, que também é candidato a deputado federal pelo MDB. Ele lembrou em seguida que uma das sugestões do Movimento de Custo de Vida é a reforma agrária, o fim do latifúndio.

Aberta a palavra ao público, uma mulher falou em nome dos favelados, exigindo que sejam reconhecidos como cidadãos. Um moço clamou contra loteamentos clandestinos e uma senhora chamou as mulheres a ingressarem na política, a abandonarem "a posição de objeto de uso do homem e da sociedade", e a votar na legenda do MDB. "Não que no MDB só tenha gente boa, mas é ali que concentram alguns candidatos populares, chega de candidatos de patrões". Ela falava com mulheres "da periferia, com a mulher do povo, pobre, que tem que lutar para se emancipar. Não com as grã-finas de sociedade".

Estavam presentes representantes do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, da Comissão de Justiça e Paz, da Comissão Arquidiocesana dos

Marginalizados, da chapa 2 dos Professores, do Movimento Brasil Mulher. Todos insistiram no mesmo tema: painéis vazias, carestia, arrocho salarial.

"O Governo roubou do salário do povo o equivalente a uma pessoa que ganhasse sozinha na Loteria Esportiva durante 180 anos", parodiou o representante de Cupecê. A posição geral é de que o Governo diz que não aumenta os salários para conter a inflação, que continua subindo apesar do arrocho. E para quem fica o dinheiro? "Para os tubarões das empresas, principalmente das estrangeiras".

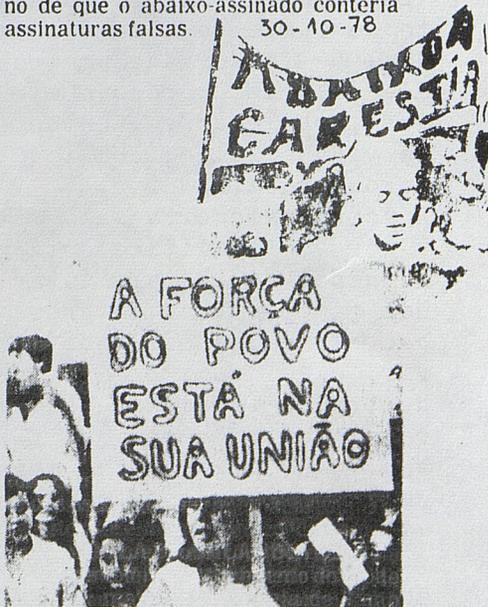
VILA BRASILÂNDIA

A assembléia do Movimento do Custo de Vida, realizada na Igreja de Santo Antonio, em Vila Brasilândia, reuniu 400 pessoas e manifestou seu apoio à greve geral dos metalúrgicos, decidida na sexta-feira última. Um membro da Oposição sindical solicitou que os participantes do Movimento prestassem solidariedade aos metalúrgicos, fundando comitês de apoio à greve nos diversos bairros da região.

Segundo o representante da Oposição Sindical Metalúrgica, "o Movimento do Custo de Vida" precisa se unificar com o dos trabalhadores quando estes fazem uma luta concreta contra as péssimas condições de vida. Só a união de todos os trabalhadores pode fazer frente ao arrocho salarial". Ao final da manifestação, reuniu-se um grupo que irá coordenar a formação dos comitês de apoio à greve metalúrgica.

MAUA

Com a presença de cerca de 500 pessoas, sem painéis vazias, a manifestação foi iniciada com a música "Peixe Vivo", cuja letra modificada dizia: "Como pode um presidente ofender tanta gente", referindo-se à afirmação do governo de que o abaixo-assinado continha assinaturas falsas. 30-10-78



Painéis vazias e cartazes nas assembléias.

CARTA-ABERTAA LUTA CONTRA A CARESTIA CONTINUA

(..) A resposta do Governo ao abaixo-assinado com um milhão e 300 mil/ assinaturas, à assembléia de 20 mil pessoas, às medidas propostas contra a carestia, aos trabalhadores e donas-de-casa que foram à Brasília, foi uma só: o Movimento do Custo de Vida é desonesto, as assinaturas são falsas, não façam propostas mágicas. Sobre as 3 reivindicações exigidas: nenhuma palavra.

Diante disto, novamente o povo se reúne para dizer um basta à carestia e dizer que continuará na luta, até que as 3 reivindicações sejam atendidas.

Dessa forma, a participação nas campanhas salariais de diversas / categorias de trabalhadores é uma forma concreta de exigirmos o aumento de salário. O Movimento do Custo de Vida se propõe a divulgar nos bairros essas reivindicações, estimulando na periferia, a participação dos trabalhadores e donas-de-casa nas campanhas salariais e sindicatos. Levaremos adiante a luta contra a carestia, exigindo o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, para que os aumentos de salários arrancados pelos trabalhadores, não sejam engolidos pelo aumento do custo de vida.

O alto do custo de vida e os baixos salários são problemas que atingem a grande maioria dos brasileiros. Por isso, o Movimento do Custo de Vida busca unir/ todos aqueles que não concordam com essa situação para que juntem as forças em todas as / lutas por melhores condições de vida. Os trabalhos que reindicam a solução de problemas // concretos dos bairros, como as lutas por água, transporte, legalização dos terrenos, saúde, creches, etc., precisam ser fortalecidos.

A união do povo já é uma realidade. O Movimento cresce em Goiás, Rio Grande do Sul, Belem do Pará, Bahia, Ceará e em outros pontos do país. Construiremos/ juntos, um Movimento Nacional Contra a Carestia.

Reafirmamos: é justo e possível o congelamento dos preços, o abono salarial sem desconto e o aumento dos salários acima do aumento do custo de vida.

O povo exige que as autoridades levem em conta as medidas concretas que propomos para diminuir nossos problemas.

O movimento contra a carestia continua com firmeza e persistência. A continuidade é uma exigência, é o compromisso que o povo assumiu.

POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO

MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA

ABAIXO A CARESTIA

29 de outubro de 1978.

DEPOIMENTO DE UM REPRESENTANTE OPERARIO DO SETOR DE CUPECE NA MANIFESTACAO DO MCV NA CIDADE DUTRA

"Em primeiro lugar, quero repudiar a atitude do governo, de dizer que o Movimento do Custo de Vida é um movimento falso. E o que é que a gente diz: que depois de 1964 foi criada uma política anti-povo, uma política anti-operária; por isso ele fala isso; porque ele não tem interesse em resolver os problemas do povo e dos trabalhadores; então é muito mais comodo ele dizer que o movimento do custo de vida é falso; dou todo repudio a esta atitude, a esse desinteresse pelo povo e pelos trabalhadores.

A nossa categoria vai entrar em greve amanhã, vista a situação que foi criada; e é por essa política anti-povo e anti-operária que os metalúrgicos e o povo estão reunidos aqui; para lutar contra essa situação.

Nós vamos entrar em greve amanhã, não porque échamos bonito; mas porque a situação não dá; a situação esta insuportável; porque os patrões não quiseram nos ouvir; eles nos imporam e estão nos impondo a toda hora a miséria e a injustiça dentro da fábricas; tentamos negociar de todas as formas; mas o que ele nos ofereceu foi 56%, mas que fosse descontado o que nós já conseguimos no princípio do ano; quer dizer, é um meio de desmoralizar o movimento e a categoria; nós não aceitamos: nem essa desmoralização nem essa desuniao que eles querem nos impor.

... a nossa luta, dos trabalhadores e donas de casa é a mesma luta; nessa luta de vemos nos unir; para isso estamos aqui; pedindo apoio ao MCV; porque sabemos que a nossa luta tem que se casar: a luta operária e a luta do povo para acabar com essa situação de miséria e de falta de liberdade!

Como o movimento do Custo de Vida pode ajudar? Nós temos uma proposta; nós achamos importante que o Movimento tire uma comissão de apoio aos metalúrgicos, que leve a divulgação dos 70%, a luta pelo piso salarial de 3 salários-mínimos, pelas comissões de fábricas, pela estabilidade; porque é importante a estabilidade? Porque a maioria dos companheiros que fizeram greve, no meio do ano, muitos foram embora. E o nosso emprego é um direito de todo ser humano.

Temos que ter direito - tanto o operário como o povo- a uma vida digna; uma vida que só vai ser vida no dia que todos nos se unir; no dia que todos os trabalhadores e o povo se derem os braços e caminharem juntos.

Eu acredito muito na sabedoria do povo e dos trabalhadores; eu acredito muito na união e na organização do povo; para isso, vamos dizer um basta a essa situação.

CONTINUAMOS FIRMES NAS NOSSAS REIVINDICAÇÕES

Hoje vamos lembrar algumas coisas que achamos importantes para mostrar porque nossas exigências são justas e possíveis. Em primeiro lugar vamos falar de uma questão que achamos a mais importante e decisiva para mostrar a justiça das três reivindicações.

Nós operários, trabalhadores da lavoura, donas de casa, comerciários, funcionários públicos, professores e estudantes, intelectuais profissionais liberais, pequenos comerciantes e demais trabalhadores somos e representamos os interesses do povo brasileiro, e a nação brasileira só existe e tem razão de ser por nossa causa. SOMOS NÓS QUE CRIAMOS AS RIQUEZAS, QUE PLANTAMOS E COLHEMOS OS ALIMENTOS, QUE TRANSPORTAMOS O QUE SE PRODUZ, QUE ENSINAMOS E QUE CUIDAMOS DO PROGRESSO DESTA NAÇÃO. SE NOS CRUZASSEMOS OS BRAÇOS, QUERIAMOS VER OS HOMENS DO GOVERNO, OS TUBARÕES E OS ESTRANGEIROS COMEREM E LUCRAREM NESTA TERRA. O BRASIL EXISTE COMO NAÇÃO POR NOSSA CAUSA, PELO TRABALHO DE SEU POVO. PORTANTO SE SOMOS NÓS QUE CRIAMOS TUDO QUE SE PRODUZ NESTE PAÍS, O QUE EXIGIMOS NÃO É NADA MAIS QUE OS NOSSOS LEGÍTIMOS DIREITOS. NÃO É NADA MAIS QUE A DEVOLUÇÃO DE PARTE DO QUE PRODUZIMOS COM NOSSO SUOR. Só por este motivo que é o mais forte de todos, é que o governo tem que atender as exigências do nosso abaixo assinado. (...)

Por tudo isso, nossas três reivindicações são cada vez mais justas e mais urgentes ainda.

Nós exigimos abono salarial imediato e aumento do salário acima do aumento do custo de vida.

O governo fala que não pode dar o aumento dos salários acima do aumento do custo de vida pois isso aumentaria a inflação. Mas o que acontece é que o nosso salário vem sendo archoado desde 1964, e a inflação não baixou e sim continua aumentando cada vez mais. (...)

Exigimos o abono, para que seja devolvido o dinheiro nosso que foi para outras mãos.

O que o governo devia controlar não é os nossos salários, mas sim os lucros das grandes indústrias, os juros dos banqueiros e as rendas dos grandes proprietários de terras, pois esses são os males que causam inflação.

Mas o governo em vez de atender essas exigências o que faz? Manda ocupar as fábricas com tropas militares e cachorros como esta fazendo na FIAT em Minas Gerais, faz isso porque os trabalhadores pacificamente fazem greve para conseguir aumento de salário, que é uma exigência do nosso abaixo assinado.

Nos exigimos congelamento dos preços dos produtos de primeira necessidade. Isso porque não adiantaria o aumento e o abono se os preços na mesma medida. Vimos em uma pesquisa feita no meio do povo que essa reivindicação é possível, desde que o governo tome algumas medidas de ajuda ao povo.

Uma delas é não cobrar impostos nos alimentos, e cobrar mais caro em produtos de luxo como carro, whisky, buate... Outra maneira que vemos de congelar os preços, é ser dado incentivo à plantação de alimentos básicos juntamente com subsídios ao arroz, à carne; ao óleo, ao feijão e ao leite pelo menos.

Essas idéias estavam no documento do MCV, mas o governo não nos atendeu e continua subsidiando os produtos de exportação. Mas para o lavrador plantar é preciso ter terra, terras que hoje estão nas mãos dos grandes latifundiários.

Como todo povo viu nós fomos à Brasília e o governo fechou a porta na nossa cara. Mas em compensação recebe a qualquer hora os representantes das empresas estrangeiras que vão ao palácio do Planalto com seus planos de roubar cada vez mais terra. Essa é a dura verdade que nós brasileiros entendemos de forma mais clara depois que fomos entregar as assinaturas às autoridades. Por tudo isso chegamos à

conclusão de que para o governo atender nossas tres reivindicações ele precisa fazer uma escolha. ESCOLHA ENTRE CONTINUAR PROTEGENDO OS TUBARÕES, PRINCIPALMENTE OS ESTRANGEIROS OU PASSAR A DEFENDER OS INTERESSES DO BRASIL E DO SEU POVO.

Mas sabemos que para impor esta escolha e para resolver todos os nossos problemas, nos precisamos é de liberdade. Só com liberdade é que poderemos participar livremente dos nossos destinos e dos destinos do Brasil.

ILUSTRAÇÃO DO TEXTO PREPARADO PELA COMISSÃO ORGANIZADORA DO ENCONTRO POR MELHORES CONDIÇÕES DE SAÚDE



MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA

BH também quer entrar na luta da carestia

JORNAL DOS BAIROS - out. 78

O alto custo de vida está, cada dia mais, obrigando a população trabalhadora a fazer grandes sacrifícios. Diante dessa situação alguns moradores aqui de BH vêm defendendo a ideia de que a única maneira de novo enfrentar a carestia é participando junto em um Movimento que tenha como principal objetivo a luta contra o custo de vida.

Esses moradores, que são principalmente operários e donos de casa, lembram que a região de Belo Horizonte apresenta a vida mais cara do país. E, ao contrário de outras cidades brasileiras, como São Paulo, Salvador, Belém do Pará, Goiânia e Porto Alegre, não existe na Grande BH nenhum Movimento

to Contra o Custo de Vida.

Para esses moradores a história do Movimento Custo de Vida de São Paulo, é um exemplo do que o povo pode conseguir quando se organiza para lutar por melhores condições de vida. O Movimento, surgido em 1973 por iniciativa dos Clubes de Mães dos bairros operários de São Paulo, foi pouco a pouco recebendo o firme apoio de todos os que se sentiam atingidos pela carestia, principalmente a classe trabalhadora. Foi essa participação geral que deu condições ao Movimento de São Paulo de apresentar, no dia 27 de agosto, um abaixo-assinado contra o custo de vida, contando mais de um milhão e trezentas mil assinaturas.

AS DEFICIÊNCIAS DO APARELHO RESPIRATORIO, DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO SEM PROTEÇÃO ADEQUADA, ISSO SEM CECAR, É CLARO A POLUIÇÃO AMBIENTAL

OS RICHOS DE PÉ RESULTAM DOS PREÇOS EXAGERADOS DOS PRODUTOS DE NECESSIDADE, CALÇADOS INCLUSIVELY.

EO QUE OSR RECEITA DR.?

VEJAMOS...

Um compromisso de Noralvira a cada 4 horas

20 bairros discutem as condições de saúde

EM TEMPO N° 39

«Estamos aqui reunidos para ver como está a saúde. Nossa região está contaminada de tifo, paralisia infantil, verminoses. Por que? Porque a saúde da Região Leste, de São Paulo, do Brasil, está esquecida pelas autoridades. Sabemos que existe fome. É quase metade da população desnutrida. E por isto que no Brasil a cada dez minutos morre uma criança de fome. Por que? O povo não sabe comer? Não, o povo não ganha o que da pra isto. No Brasil a cada meia hora morre um de tuberculose. 88% das casas da periferia são construídas pelos próprios moradores. Como ter saúde sem lazer, sem férias? E o que tem sido feito? As autoridades não tem feito nada. Não há medico ou santo que de saúde ao povo. É preciso que se reestruture as condições de vida e trabalho da população. As autoridades constroem hospitais para dar lucro, os que têm e os que não tem convênio com o INPS. O homem que constrói a Praça da Sé vem depois morar na periferia de São Paulo. So se valorizam os grandes».

Desta maneira o medico Júlio César abriu a I Reunião de Saúde da Zona Leste, na periferia de São Paulo. Pretendendo ser o primeiro encontro de uma serie anual quase setecentas pessoas estiveram na Igreja do Gangaiba para apresentar e discutir o trabalho pela melhoria da saúde, que se vem desenvolvendo há três anos.

A Zona Leste é muito concentrada, com 1,5 milhão de moradores, e, como toda periferia de São Paulo, possui péssimas condições de vida.

«Vila Aimoré e Itaim organizaram a assembleia com mais de 2 mil moradores e foi conseqüido o recolhimento do lixo das ruas»; iniciou-se assim, no palco, um verdadeiro desfile de representantes dos moradores portando cartazes e apresentando as vitórias dos diversos grupos de saúde já formados.

«Em Vila Coruça conseguimos água encanada»; «Em Itaquera e Vila Nordeste lutamos e conseguimos um Posto de Saúde e a eleição de sua diretoria»; «Em Vila Romana conseguimos mais ônibus»; prosseguiram e a assembleia aplaudia vibrante: «O povo unido jamais será vencido!».

«At esta a resposta do povo ao esquecimento das autoridades», concluiu Júlio César.

Se existe rico, é porque existe pobre

Falou o Padre Chico, da Vila Granada: «Milha gente, temos que conseguir com que as autoridades devolvam pra nos o que é nosso. Temos que conquistar nosso lugar tomar conta

de nossas vidas, tomar conta das fabricas, exigir assistência medica pra todos e as nossas terras. Se existe rico é porque existe pobre. O Brasil é o maior exportador de alimentos primarios: arroz, feijão e soja, e o povo morre de fome! Precisamos começar a gritar pra incomodar o ouvido das autoridades. Temos mais de 25 mil marcas de remédios, só de rótulos, e ainda somos cobaias das farmaceuticas. Vamos fazer do evangelho nossa espada. A igreja tem que cobrir suas portas, está abrindo e hoje cá estamos. Temos de denunciar com coragem o sistema capitalista que é opressor, o imperialismo. Temos que dizer basta. Vamos levantar e gritar juntos: Saúde para o povo! Basta de opressão! Abaixo a carestia!».

Na reunião foi ainda muito aplaudida e ouvia atentamente uma representante do Movimento do Custo de Vida, que fez um histórico ressaltando como se conseguiu unir tantas e tantas pessoas em torno as suas reivindicações.

Um representante da oposição sindical metalúrgica da região relembrou a recente greve salarial, denunciando a diretoria do sindicato que traiu a categoria quando encerrou a greve sem consultar os metalúrgicos. «Agora estão nos despedindo, as empresas estão mandando embora quem lutou. Mas isto só serve de incentivo, serve pra dar mais coragem pra continuar a luta». E concluiu: «Nos constatamos que só nossa união pode mudar tudo isso. Rico pensa como rico. Pobre tem que pensar com pobre, tem que se unir, dar as mãos. Eles podem fazer o que quiser, até tirar nossas vidas, mas não tiram o que tá na nossa cabeça, a nossa vontade e coragem. E ninguém nunca viu um ministro ir à feira com sacola na mão», e a plateia cai na risada.

Agora chegou o bispo D. Angélico Bernardino Saudado: «Gostaria de transformar a presença de todos nós aqui num compromisso, para que tudo que aplaudimos se transforme em realidade. Não é fácil o povo ter tudo aquilo que ele tem direito. Isto tudo iremos conquistando com muito trabalho e luta: Não sei se todos que estão aqui aplaudindo já estão num grupo de base. O povo não vai conseguir libertar-se se não tiver organizado na sua rua, no bairro, na vila, na fabrica. Vamos sair daqui com o compromisso de que quem não estiver engajado num destes grupos, que faça isto e venha conosco levar tarefas adiante».

Para animar a manifestação um conjunto musical e quatro garotas cantaram junto com todos os presentes o hino do Movimento do Custo

de Vida, o Peixe Vivo, e a música de Chico Buarque, só agora liberada. Apesar de Você.

O encerramento foi com uma divertida apresentação de uma peça teatral, onde se encenou a entrega dos abaixo assinados do MCV em Brasília. No corre-corre das autoridades no palácio, diante do que fazer com os representantes do MCV. Figueiredo entra cavalcando e arranca largas risadas da plateia. Um curta-metragem feito na região mostrou as péssimas condições de higiene, assistência médica e lazer local.

Um balanço, um impulso

«Foi um sucesso total», era o comentário do grupo dos médicos que estes anos todos trabalharam na região. De acordo com Júlio César, apesar da dificuldade de chegar até aqui, todos chegaram. Tivemos vinte bairros aqui presentes que tem trabalho de saúde na Zona Leste. Agora vamos continuar o trabalho iniciado há três anos, fazendo as reuniões por bairros, formando grupos de saúde. Esta foi uma grande reunião para fazer um balanço, dar um novo impulso. E cumpriu otimamente este papel. O movimento sempre foi setorial, hoje foi um salto, unificou, saiu somente da reivindicação imediata quando uniu com o Movimento do Custo de Vida, com o movimento sindical, quando discutiu a greve dos metalúrgicos, criando inclusive uma consciencia coletiva».

A I Reunião de Saúde foi organizada pela Pastoral de Saúde da Região Leste II. São doze médicos e dezenas de populares nos grupos de saúde por bairros. O médico Valtér Nascimento fala do trabalho do grupo de médicos: «A nossa preocupação é fazer um trabalho que cumpra dois objetivos: o primeiro é o de pegar a realidade da saúde no Brasil, em São Paulo, na região, e colocar para a população. Naturalmente, esta tarefa fica a cargo dos profissionais de saúde. Segundo, contribuir para a população se mobilize em torno desta realidade, ela própria construindo as melhorias de condições e crescendo na sua organização». Um exemplo deste trabalho foi quando há duas semanas a região de Arthur Alvim foi invadida pela enchente das fortes chuvas e cinco famílias ficaram desabrigadas. A Pastoral de Saúde conseguiu novas casas para elas. «Agora é continuar pressionando, pois a Cohab prometeu as casas e está enrolando. Mas eles foram obrigados a reconhecer a Pastoral. Estamos vendo que a união firme dos moradores é que vem dando esse poder de barganha», afirmou um dos moradores do local.

Samira Zaidon

CONGRESSO NACIONAL PELA ANISTIA NOVEMBRO 1978 SÃO PAULO

Congregar todas as entidades que lutam pela anistia no País, para tentar avançar na organização comum e estabelecer tarefas para uma campanha nacional pela anistia, é o objetivo principal do Congresso Nacional pela Anistia realizado em São Paulo, nos dias 2,3,4 e 5 de novembro.

Do Congresso participaram, além das 21 entidades brasileiras que defendem a imediata anistia ampla, geral e irrestrita, a Ordem dos Advogados do Brasil, Comissão de Justiça e Paz, Associação Brasileira pelo Progresso da Ciência, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Comissão Pro-UNE e MDB. Participaram também intelectuais brasileiros e personalidades internacionais.

começa campanha pela anistia

Realização de uma campanha nacional destinada a esclarecer a situação dos mortos e desaparecidos e publicação de um dossiê com todas as denúncias de violências praticadas contra presos políticos constituem as principais resoluções aprovadas pelo Congresso Nacional pela Anistia, encerrado domingo no Teatro Ruth Escobar. Durante a sessão, a que estavam presentes cerca de mil pessoas, também foram divulgados um "Manifesto à Nação" e uma "Carta de Princípios", documentos que pedem "o fim da legislação repressiva, o desmantelamento do aparelho de repressão política, o fim da tortura, liberdade de organização e manifestação e anistia ampla, geral e irrestrita".

A partir dos depoimentos prestados e das propostas aprovadas nas comissões de trabalho, o encontro tomou as seguintes resoluções:

1) Publicar um dossiê com todas as denúncias que foram trazidas ao congresso.

2) Rejeitar quaisquer reformas na Lei de Segurança Nacional em vigor, tendo em vista que ela deve ser revogada, assim como todos os demais atos e leis de exceção. Adotar como texto a Resolução da Comissão de Advogados e a tese do CBA do Rio de Janeiro.

3) Adotar resolução sobre os exilados, com base no relatório da Comissão de Exilados e Banidos.

4) Implementar uma campanha nacional em torno do esclarecimento da situação dos mortos e desaparecidos, com base no relatório da Comissão de Mortos e Desaparecidos e da Carta, bem como no dossiê pre-

parado pela Comissão.

5) Realizar Jornadas pela Anistia, a começar desde já, constando de uma série de programações nacionais, além de outras regionais e setoriais".

Entre as atividades nacionais, destacam-se:

"Mobilização contra o projeto de reformas da Lei de Segurança Nacional, inclusive indo a Brasília quando de sua votação. Realização de diversos atos religiosos, ecumênicos, públicos, etc., pela anistia, durante o próximo Natal. Comemorar o próximo dia 10 de dezembro, aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Mobilização em torno dos próximos julgamentos políticos. Mobilização de uma campanha de solidariedade face à situação dos exilados brasileiros Flávia Schilling, presa no Uruguai, e Flávio Kutzl, preso na Argentina. Mobilização em torno da situação de presos políticos, entre os quais destacamos os seguintes casos: a médica Selma Bandeira, presa no Recife e que não tem recebido o tratamento adequado em face da grave situação de saúde em que se encontra; exigir a libertação de Norma Sá Pereira, mantida presa com pena já cumprida; e exigir a transferência dos presos políticos de Linhares (Juz de Fora) para Belo Horizonte. Apoiar os esforços que Cândido Pinto fez para identificar criminalmente os responsáveis pelo metralhamento que sofreu em decorrência do qual ficou paraplégico, em 1969, no Recife. Pugnar pela formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigue todos os atentados contra os direitos humanos perpetrados em nosso País,

Durante o Congresso será feito um levantamento da situação de todos os brasileiros cassados, banidos, exilados, presos políticos, desaparecidos e mortos em circunstâncias não esclarecidas no País.

Rádios e TVs censuradas

Por determinação da Polícia Federal, através de telefonemas da "agente Maria Lúcia", as emissoras de rádio e televisão de São Paulo foram proibidas de divulgar, a partir das 19 horas de ontem, noticiário a respeito do Congresso Nacional pela Anistia. No entanto a rádio Bandeirantes, mesmo já sabendo da proibição, colocou no ar material jornalístico sobre a anistia, respeitando, assim, determinação do ministro das Comunicações, Euclides Quandt de Oli-

veira, segundo o qual só devem ser aceitas proibições enviadas previamente por ofício ou via telex, e nunca por telefonemas. As demais emissoras de rádio e TV, inclusive a TV-Bandeirantes, acataram a ordem e suprimiram do noticiário da noite amplas coberturas sobre o Congresso pela Anistia.

Ontem mesmo, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo divulgou nota de protesto, em que afirma que "a censura às rádios e TVs é mais um sintoma de que as promessas de abertura política dificilmente sobreviverão ao momento eleitoral". 3-11-78

bem como apoiar a campanha já em andamento de formação de uma CPI que apure os atentados terroristas. Pugnar pela formação de um Bloco Parlamentar pela Anistia, conforme a sugestão da Comissão de Parlamentares do Congresso. Concluir as jornadas com uma Semana Nacional pela Anistia que tenha o 18 de abril como Dia Nacional de Luta pela Anistia".

6) Incentivar e criar condições para implantação de núcleos setoriais e populares pela Anistia.

7) Denunciar coletivamente todas as violências e perseguições e se solidarizar com os atingidos.

8) Executar o levantamento e elaborar dossiês de todos os atingidos.

9) Homenagear os mortos vítimas da repressão do regime.

10) Elaborar um jornal nacional pela anistia.

11) Estabelecer trabalhos pela anistia junto às igrejas.

12) Dar assistência a todos os presos políticos e a seus familiares.

13) Popularizar a luta pela anistia através dos trabalhos setoriais, e pela elaboração e divulgação de instrumentos em linguagem popular, ressaltando-se os casos dos atingidos em cada setor ou região.

14) Criar um organismo nacional que coordene os Movimentos pela Anistia".

O "Manifesto à Nação", lido durante a sessão de encerramento do congresso, assinala que "o Brasil é hoje uma Nação dividida; há 14 anos tenta-se silenciar seu povo. O regime, imposto contra os interesses da maioria da população, outorgou-se o direito de legislar sobre tudo e sobre todos. A tudo e a

todos, por todos os meios, tentou impor sua vontade. Aqueles que contra ele se colocaram foram marcados pela perseguição política, sem defesa e sem direitos, como toda a Nação. Há 14 anos aprofunda-se a distância entre o regime e o povo. E o povo está saturado de arbítrio".

"Hoje — diz ainda o documento — A Nação reivindica seus direitos. Operários vão à greve a fim de recuperar seu poder aquisitivo arruinado e exigir sua legítima liberdade de organização e manifestação. Advogados, falando em nome da Nação indignada, repudiam firmemente a Lei de Segurança Nacional, instrumento de perpetuação da violência e do arbítrio. Estudantes reivindicam o papel construtivo que lhes cabe na condução dos destinos da Nação através de suas entidades livres e representativas. Os trabalhadores afirmam seu elemento direito de sindicatos livres e independentes. A Igreja solidariza-se com os marginalizados. O povo reage e é no próprio povo que crescem as forças capazes de construir uma Nação renovada e justa."

Por sua vez, a "Carta de Princípios" destaca que "a exploração econômica de todo o povo brasileiro, mais particularmente dos operários, dos trabalhadores assalariados e do homem do campo, tem a garantia de uma dominação política que se exprime na repressão policial. Contra essa exploração, essa dominação e essa repressão, os operários, os trabalhadores assalariados, os homens do campo e setores da sociedade civil têm-se erguido, timidamente a princípio e mais energeticamente nos últimos tempos". 7-11-78

FOLHA DE S. PAULO

congresso dos jornalistas (CB)

Os Sindicatos de Jornalistas de todo o País, reunidos em São Paulo, neste último fim de semana, durante a realização do Congresso Nacional dos Jornalistas pela Liberdade de Imprensa, divulgaram um documento, aprovado em plenário, no qual reivindicam, entre outros itens, a revogação da Lei de Segurança Nacional e a Lei de Imprensa, além da eliminação de qualquer tipo de censura à Imprensa.

Na íntegra, a Carta dos Jornalistas é a seguinte:

"Nós, jornalistas brasileiros, reunidos no Congresso Nacional pela Liberdade de Imprensa em São Paulo, protestamos contra a violação sistemática de um dos direitos fundamentais da sociedade: informar e ser informado, que é, em última análise, o direito de o povo decidir seu próprio

destino.

"O direito social à informação é uma conquista dos povos, que não pode ficar à mercê de interesses circunstanciais, nem do Arbitrio governamental ou privado.

"Nós não defendemos a liberdade de Imprensa como prerrogativa para os jornalistas, mas como um direito que toda a sociedade tem de informar e ser informada, de manifestar suas aspirações e de livremente debater suas opiniões.

"O exercício desse direito é indispensável para que o País marche rumo à construção de uma ordem verdadeiramente democrática, plasmada pela vontade da maioria e não como resultante das idéias de minorias privilegiadas que manipulem a opinião pública.

MOÇÃO CONTRA O TERRORISMO

As constantes violações da liberdade de imprensa no Brasil não se restringem à censura em suas diversas formas (censura prévia, censura patronal, auto-censura, apreensão de jornais e revistas, etc.) mas tomam, a cada dia, formas mais violentas ainda, como os atentados terroristas contra a vida e a segurança dos profissionais e órgãos de imprensa.

Tais fatos passaram a ocorrer sobretudo a partir de novembro de 1976, quando a sede do semanário OPINIÃO foi alvo de um atentado a bomba. No ano passado, uma violentíssima bomba foi colocada na sede da Associação Brasileira de Imprensa, destruindo com a explosão parte das instalações desta entidade. E mais recentemente, o jornal EM TEMPO sofreu nada menos que três atentados que atingiram suas sucursais em Curitiba (24/07/78) e Belo Horizonte (28/07/78 e 18/08/78). A sede do jornal mineiro DE FATO também foi vítima de um atentado em 2 de setembro último.

Estes atentados terroristas, cuja autoria é assumida por organismos que se intitulam GAC (Grupo Anti-Comunista), MAC (Movimento Anti-Comunista) e CCC (Comando de Caça dos Comunistas), também tem visado outras entidades brasileiras ou mesmo pessoas que defendem as liberdades democráticas, principalmente a Igreja Católica, as entidades estudantis, a Ordem dos Advogados do Brasil e o Movimento Feminino pela Anistia.

Embora muitos destes atentados tenham sido precedidos de ameaças por parte dos grupos terroristas e apesar das autoridades públicas terem sido notificadas destas ameaças, até o momento se desconhece qualquer medida que objetive por fim a este tipo de violência.

Diante desta permanente violência contra aqueles que defendem as liberdades democráticas neste país, e diante da absoluta impunidade com que tem agido estes grupos terroristas, nós jornalistas brasileiros manifestamos:

- Nossa irrestrita solidariedade àqueles que tem sido vítimas do terrorismo;

- Nosso veemente repúdio ao terrorismo e às autoridades que por sua omissão e indiferença tem permitido que tais crimes continuem sendo cometidos.

Congresso Nacional de Jornalistas pela Liberdade de Imprensa. São Paulo, de outubro de 1978.

anexo: relação dos atentados terroristas praticados pelo GAC,

MAC e CCC em Minas Gerais nos últimos dois anos.

CB: a relação consta de 24 atentados

"Nos últimos anos, no Brasil, a Imprensa sofreu toda espécie de violência. A censura impediu a denúncia de medidas que intensificaram a exploração econômica, a dominação política e a marginalização de segmentos majoritários da sociedade.

"Construiu-se, progressivamente, um sistema de censura, diversificado nas suas formas, mas unitário no seu propósito de restringir a participação popular na condução política da Nação: estruturou-se todo um arcabouço legal — espúrio e ilegítimo — que visa claramente impedir o acesso da população às informações básicas necessárias à compreensão e transformação da realidade.

"Estamos convencidos de que somente através da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livremente eleita, democrática e soberana, com a conquista de anistia ampla, geral e irrestrita, abolição de todas as formas de censura, o povo brasileiro poderá assumir a condução de seu processo histórico.

"Inspirados por esse propósito, nós, jornalistas, também reivindicamos:

"A revogação da Lei de Segurança Nacional e a rejeição do projeto que reforma esse diploma, ora no Congresso.

"A revogação da Lei de Imprensa.

"A eliminação imediata de qualquer forma de censura à Imprensa, notadamente ao rádio e a televisão e a todas as formas de comunicação social.

"A responsabilidade judicial dos autores de todo tipo de atentados contra a liberdade de expressão e contra os demais direitos humanos.

"A organização, nos locais de trabalho e nas entidades sindicais, de meios e instrumentos de luta contra a censura.

"A participação dos jornalistas na formulação da linha editorial das empresas em que trabalham.

"A participação, através de nossas entidades de classe, na elaboração de leis que afetem o direito à informação, a liberdade de expressão, a formação e o exercício profissionais.

"A criação de condições para o debate, nos locais de trabalho e nas entidades sindicais, dos problemas éticos relacionados com o exercício da profissão.

"A criação de condições para que a opinião pública possa avaliar corretamente as recomendações feitas da Unesco para a ruptura do monopólio da informação exercido pelas agências internacionais.

"A abolição de obstáculos ao surgimento e ao livre desenvolvimento da imprensa alternativa.

"O estímulo à constituição de cooperativas de jornalistas como forma de combater o monopólio da informação.

"A extinção da exigência do credenciamento oficial, atribuindo-se, quando necessário, às entidades sindicais a prerrogativa de concedê-lo.

"Nós, jornalistas, consideramo-nos como trabalhadores assalariados, identificados com os demais trabalhadores do País; e, como trabalhadores dos meios de comunicação, reconhecemos o papel estratégico que temos no processo de transformação social. Nessas condições proclamamos nossa disposição de lutar, intransigentemente, pela conquista dos princípios e reivindicações aqui expostos, para a construção de uma sociedade plenamente democrática, e que não haja lugar para o medo, para a discriminação, para o desemprego, para a fome, para o obscurantismo". 30-10

FOLHA DE S. PAULO

O ESTADO DE S. PAULO

O Quarto Encontro Nacional dos Estudantes

Universitários de 13 Estados ontem presentes ao 4.º Encontro Nacional de Estudantes (4.º ENE), no qual estavam representadas 153 Escolas com direito a voto, mais 16 participantes sem esse direito, decidiram votar nas próximas eleições, em candidatos do MDB que estejam comprometidos com programas voltados às necessidades e anseios básicos do povo brasileiro.

O 4.º ENE, realizado nas dependências da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAU), prosseguirá hoje, quando estão em pauta para discussão mais dois pontos: a reorganização da União Nacional de Estudantes (UNE) e as formas de luta a serem adotadas pelo movimento estudantil no futuro.

Treze Estados estiveram presentes ao 4.º ENE: Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina, Alagoas, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal, além de São Paulo. Estudantes do Amazonas participaram como ouvintes e debatedores, sem direito a voto.

Cada delegação tinha direito basicamente a, cinco votos, havendo variação dependendo do número de estudantes que cada uma estava representando. Essa relação foi proporcional numericamente. No total, compareceram ao Encontro 463 delegados, somando 862 votos globalmente.

Estudantes de PE denunciam invasão

RECIFE (Correspondente) — Em nota divulgada recentemente pelo Diretório Central dos Estudantes da Universidade Católica de Pernambuco, os estudantes denunciaram o arrombamento de sua sede. Trata-se da terceira invasão em menos de três meses, à sede do DCE. 29-10-78

O ESTADO DE S. PAULO

Confirmada denúncia contra UFBA

Os deputados Octacílio de Almeida, Fernando Coelho e João Pedro de Carvalho Neto, respectivamente presidente, relator e secretário da CPI do Ensino Superior da Câmara Federal, retornaram de Salvador convencidos de que as denúncias feitas pelos quatro estudantes baianos à comissão eram verdadeiras.

Uma das denúncias mais graves foi feita pelos Professores demissionários do colegiado de cursos da Faculdade de Medicina que asseguraram que a Maternidade Climério de Oliveira, da UFBA, está sendo utilizada exclusivamente para pesquisas da Ford Foundation, sobre métodos anticoncepcionais, proibidas nos Estados Unidos por apresentarem — segundo eles — perigo à saúde das pessoas utilizadas como "cobaias". 7/10

Participaram da Mesa que conduziu o início dos trabalhos do 4.º ENE, os seguintes representantes de entidades e políticos: Luis Eduardo Greenhalg, representando o Comitê Brasileiro pela Anistia/SP; Carlos Baldijão, da Associação dos Docentes da USP (Adusp); representante da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo; deputado federal Aírton Soares; e os candidatos a deputado estadual, Geraldo Siqueira Filho (Geraldinho), Marco Aurélio Ribello e João Paulo Naves; e o candidato a deputado federal, José Mentor.

ELEIÇÕES

Quanto às eleições, havia inicialmente sete propostas, quatro de votação e três de anulação de voto: voto em candidatos socialistas, em candidatos identificados com programas voltados ao operariado, em candidatos populares, na legenda do MDB; voto nulo pela Constituinte e por um partido operário, voto nulo por um partido trabalhador, voto nulo pela independência do movimento estudantil e pela organização independente (sem Constituinte).

Essas propostas foram posteriormente reduzidas a duas: voto em candidatos do MDB e voto nulo. Da votação resultou: 559 favoráveis à primeira alternativa, 168 em favor do voto nulo, e 135 abstenções (total 862 votos) 4/1

Arrombada sede do DCE de Minas Gerais

BELO HORIZONTE (Sucursal) — A sede do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais foi arrombada de madrugada e saqueada por seis pessoas, segundo depoimento de um lavador de carros que dormia no local. FSP - 3-10-78

O ESTADO DE S. PAULO

CENSURA

Ao contrário do que fazia habitualmente, comunicando a ordem de censura por telefone, a Polícia Federal distribuiu ontem telegrama, assinado pelo coronel Moacyr Coelho, diretor geral do Departamento, a todas as emissoras de rádio e televisão de São Paulo proibindo a divulgação de notícias ou comentários referentes ao IV Encontro Nacional de Estudantes.

Esse procedimento gerou protestos do Sindicato dos Jor-

nalistas Profissionais do Estado de São Paulo que distribuiu uma nota em que repudia a "nova medida arbitrária".

"A proibição, que se soma a dezenas de medidas semelhantes que nos últimos tempos vêm atingindo o rádio e a televisão, representa basicamente um atentado ao direito de informação, uma conquista inalienável da sociedade moderna, que não pode mais ficar a mercê do arbítrio da censura", diz o documento. 4-10-78

a reorganização da UNE

O ESTADO DE S. PAULO

O Congresso de Reconstrução da UNE será realizado nos dias 17 e 18 de maio de 1979, em Salvador, segundo decisão dos participantes do IV Encontro Nacional dos Estudantes, encerrado ontem na USP. Conjuntura nacional, reconstrução da UNE, estatuto mínimo e eleições da diretoria são os principais pontos a serem tratados nesse congresso.

Outros pontos definidos foram a proporção de delegados para o congresso (3 para 500

alunos); o critério de eleição dos representantes (por assembleia, congresso ou urna); votos proporcionais ao número de alunos e obrigatoriedade de presença de todos os delegados eleitos.

Sobre a declaração de Paulo Egydio — "se os estudantes tiverem capacidade e cabeça" para reorganizar a UNE "muito bem" — um membro da diretoria da UEE - São Paulo disse ser "uma conquista dos estudantes e do movimento popular e não uma benesse do regime". Segundo ele, "no ano passado esse

Nova legislação não vai tratar da política estudantil

A reforma da legislação que regula a associação estudantil, que já está com o presidente Geisel, constitui, em essência, um documento técnico, que define basicamente os processos eleitorais dentro das instituições de ensino para escolha de representantes dos alunos nos "órgãos decisórios, segundo revelou ontem, em Brasília, uma fonte do governo. Isso significa que tanto os estudos feitos pelo MEC como o projeto de lei que será enviado ao Congresso não dizem respeito à questão considerada essencial, a da "participação política" do estudante universitário, como era esperado.

Esse problema da "participação política", aliás, segundo a mesma autoridade, não deveria nem mesmo ter sido objeto de qualquer expectativa. Uma vez que é uma questão que de nenhuma forma pode constar de "legislação do ensino". Isso nunca esteve em cogitação e nem estará, limitando-se o governo, nesse projeto de lei, a legislar sobre a "participação estudantil nos órgãos decisórios das instituições de ensino".

"Ninguém está preocupado com a organização estudantil em níveis nacional ou regional" — afirmam as autoridades do governo, explicando suas razões: "A preocupação é normalizar os canais estudante-instituição, e para isso não tem sentido considerar entidades de nível nacional para defender os interesses dos estudantes junto à instituição de ensino. E, ainda, esse direito de associação em nível nacional ou em qualquer nível está regulado por legislação específica, não se vendo muito sentido também em considerá-lo numa legislação do ensino". 26-10-78

mesmo governador conestou com a ação criminosa da invasão da PUC". Sobre a tendência política da UNE, outro participante da mesa-diretora do IV ENE disse que todas as entidades de base dos estudantes "têm o direito de colocar as propostas livremente", portanto, "o que vai definir a posição da UNE, e do próprio movimento estudantil, vai ser o que a massa votar", acrescentando que "é por isso que se luta por maior liberdade de expressão e organização". 5-10-78

O ESTADO DE S. PAULO

má qualidade no setor saúde

Um encontro entre médicos e 600 representantes da população, a maior parte da periferia da cidade, realizado ontem na Fundação Getúlio Vargas, revelou que o atendimento de saúde a população mais carente é de péssima qualidade.

Os depoimentos prestados pelo povo,

durante o "Primeiro Encontro Por Melhores Condições de Saúde", mostraram que falta tudo aos bairros mais pobres de São Paulo: é elevada a mortalidade infantil, baixa a esperança de vida, faltam hospitais, prontos-socorros e postos de saúde e muitas crianças ainda estão morrendo.

30-10-78

Médicos em São Paulo têm aumento de 71,8%

SAO PAULO (O GLOBO) — Um reajuste de 71,8 por cento foi concedido a cerca de 300 médicos da Intermedica São Camilo, no primeiro acordo de trabalho entre médicos e uma empresa privada. Segundo o presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo, Agrimeron Cavalcanti da Costa, esta é a primeira negociação direta realizada em todo o Brasil e garantirá, além do aumento, o reconhecimento do vínculo empregatício, com todos os direitos decorrentes da CLT.

Em setembro último, o Sindicato dos Médicos de São Paulo realizou uma as-

sembleia preparatória para o dissídio, na qual foram aprovados 25 itens que englobavam as principais reivindicações da categoria. Entre elas destacava-se a convocação de assembleias setoriais para a negociação direta com as empresas, com o objetivo de se atingir 100 por cento de aumento nos salários, reconhecimento do vínculo empregatício e um piso de Cr\$ 15.600,00, por 20 horas de trabalho semanal. Para o encaminhamento dessas e outras reivindicações foi criada comissão de 6 a 10 médicos, que negociam junto a direção das diversas empresas. 7-11-78

Chapa 2 assume CRM

FOLHA DE S. PAULO

O Conselho Regional de Medicina, CRM, de São Paulo, está, desde ontem, sob nova direção. A chapa 2, vencedora das eleições de agosto, tomou posse às 21 horas, em sessão fechada na sede do Conselho.

Apesar de ter sido impugnada pelo Conselho Federal de Medicina, a chapa de oposição, que obteve 70% dos votos, dirigirá o Conselho com todos os direitos, até o julgamento definitivo do mérito da questão. Por enquanto, está garantida por liminar concedida pela Justiça Federal, no mesmo dia em que seus integrantes impetraram mandado de segurança, no final da semana passada.

Em mais de vinte anos de existência, com eleições a cada cinco anos, esta é a segunda vez que a oposição concorre à direção do Conselho, embora tenha sido a primeira vez a conseguir a vitória. Ontem mesmo, os 42 conselheiros empossados (21 efetivos e 21 suplentes) elegeram a diretoria, composta por integrantes da própria chapa.

NO RIO

"Um ato de prepotência e arbitrio"; a "ética médica está de férias no Rio". Assim reagiram Rodolfo Rocco e Carlos Gentile de Melo, presidente e vice-presidente eleitos para o Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro, ao encontrarem ontem a sede do

Conselho, na Cinelândia, fechada a cadeado e um comunicado afixado na porta, dando conta de que a entidade estava sob direção de uma junta interventora.

As tentativas do Conselho Federal de Medicina e de seu presidente, Murilo Belchior, para impedir que a chapa de oposição, vitoriosa nas eleições de 2 de agosto com 70% dos votos, tomasse posse no Conselho do Rio de Janeiro, atingiu seu clímax ontem. Ao meio-dia, cerca de 50 médicos compareceram na sede da entidade com o objetivo de realizar uma posse simbólica, já que estavam impedidos de assumir de fato o lugar a que tinham direito, apesar da gestão da diretoria anterior ter terminado na sexta-feira passada, como explicou Rodolfo Rocco:

"Sabíamos que o Conselho Federal não queria que assumíssemos, mas não imaginávamos que o órgão máximo da medicina brasileira pudesse assumir uma atitude de prepotência e arbitrio, como a de nomear uma junta interventora que teve como primeira decisão fechar a sede da entidade. Na verdade, tal atitude é a complementação de que o Conselho Federal de Medicina se propôs — impedir a posse da chapa vitoriosa."

Direito este que nos foi concedido por 10.526 médicos, dos 15 mil que compareceram às eleições" 5-10-78

Ministro da Saúde defende a privatização da Medicina

O ministro da Saúde, Paulo de Almeida Machado, defendeu, no Recife, a privatização da Medicina, dizendo que "o seu alto custo é um problema que preocupa até países desenvolvidos como Estados Unidos, Inglaterra e França". O ministro, que veio presidir anteontem as solenidades de abertura do VII Congresso Brasileiro de Cirurgia Pediátrica, afirmou que "no setor de saúde, o Brasil, ainda

hoje, luta contra problemas da época colonial".

"Todos sabemos que sem saneamento básico, com deficiências no setor habitacional e problemas de subnutrição, mesmo que se disponha de grandes progressos tecnológicos, como nós já dispomos, nada que se tente fazer no setor de saúde pública trará os resultados que poderíamos obter. E o Brasil tem graves problemas de sanea-

mento básico, como também ainda luta contra a subnutrição e por resolver deficiências no setor habitacional", disse Almeida Machado.

"Ninguém é subnutrido por opção própria, é porque não pode comprar alimento. Não pode, porque o alimento é caro. O alimento é caro, porque a produção é pequena. Por isso, é preciso aumentar a produção, concluiu o ministro." 24-10-78

O ESTADO DE S. PAULO

Sindicato denuncia empresa médica

"Os 70 médicos que trabalham na empresa Semic — Serviços Médicos à Indústria e Comércio — de Medicina de grupo, não têm carteira de trabalho assinada e, portanto, não têm direitos às leis trabalhistas. Recebem salários baixos e com atrasos sistemáticos, além de serem obrigados a trabalhar até 36 horas ininterruptas, colocando em risco a vida de seu paciente. A denúncia foi feita ontem pelo presidente do Sindicato dos Médicos, Agrimeron Cavalcanti da Costa, depois de tentar, sem êxito, um contato com a diretoria da empresa para discutir, em comum acordo, como resolver as irregularidades de contratação dos médicos.

Ontem pela manhã, o advogado, o tesoureiro e o presidente do Sindicato dos Médicos foram impedidos de entrar no prédio da diretoria e, quando faziam uma rápida reunião com os médicos empregados da Semic, "um dos proprietários da empresa, Juradir Amorim Baltazar, exigiu que os representantes da categoria se retirassem, ameaçando chamar a polícia", informou Agrimeron Cavalcanti.

Além disso, no final da tarde, o Sindicato dos Médicos foi comunicado de que o médico Ednário Alves — um dos colegas que acompanhou a comissão do Sindicato em visita à empresa — fora demitido "sem qualquer justificativa". As negociações diretas entre as empresas de medicina de grupo e o Sindicato dos Médicos tiveram início há dois meses e, segundo Agrimeron Cavalcanti, em várias empresas já efetivaram as discussões sobre as reivindicações da classe: piso de dez salários mínimos e a observância das leis trabalhistas, regulando o contrato de trabalho do médico assalariado.

No final da tarde de ontem, um dos proprietários da Semic, Juradir Amorim Baltazar, confirmou que tivesse ameaçado chamar a polícia para exigir a saída dos representantes do Sindicato, de sua empresa.

13-10-78

Nova L.S.N. para combater o movimento popular

Em janeiro do próximo ano, junto com as reformas políticas, entra em vigor a nova Lei de Segurança Nacional. Com as mudanças introduzidas, a ditadura adapta suas leis repressivas ao caráter de massa do movimento de oposição democrático e popular. São reforçados os parágrafos referentes aos movimentos amplos, como comitês, associações, ou grupos, como também é integrada à Constituição a censura à imprensa. Assim, a justiça da ditadura prepara-se para combater a "subversão de massa", institucionalizando seu aparato repressivo pela integração na Constituição, com a aprovação do Congresso Nacional, dos fundamentos ideológicos e das suas consequências na prática da teoria da "Segurança Nacional". Esta, segundo seus ideólogos, "é o estado de garantia proporcionado à Nação, para a consecução dos objetivos nacionais, dentro da ordem jurídica vigente" (art. 2º L.S.N.). E, para manter a "segurança nacional" é necessário se precaver contra a guerra revolucionária, conflito interno, "que visa a conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação" (art. 3º).

As reformas da L.S.N. não alteram no essencial a legislação repressiva outorgada em 1967 e endurecida pela junta militar em 1969, ainda que a ditadura tenha retirado da nova lei as penas superiores a 30 anos, suprimido a pena de morte e extinguido a prisão perpétua. Essas modificações permitirão a redução de penas de alguns presos políticos e, em alguns casos, a obtenção da liberdade condicional ou definitiva. Entretanto, salvo essa manobra diversionista, as reformas da lei foram feitas com o objetivo de intensificar as condenações e fazê-las mais abrangentes. Objetivo este declarado na própria exposição de motivos da lei, onde não se procurou esconder que com as mudanças "a lei ganha em aplicabilidade, pois é sabido que o rigor excessivo das penas inibe o juiz, explicando em muitos casos a absolvição como alternativa" (exposição de motivos que acompanha o projeto de lei, assinada pelo ministro da justiça e pelo secretário-geral do conselho de segurança nacional).

Os artigos da lei que foram modificados ou foram sobretudo visando aperfeiçoar a legislação repressiva às formas de organização política amplas e à propaganda política ou crítica ao governo em geral. O artigo 12º - "formar, integrar ou manter associação de qualquer título, comitê, entidades de classe ou agrupamento (...) que exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional" - pune a todos participantes de qualquer organismo amplo ou não, legal ou clandestino que ultrapasse os limites da "segurança nacional", estipulados pelos interesses da ditadura, com pena de reclusão de 1 a 5 anos. A reforma feita neste artigo aumenta, de 6 meses para 1 ano, a pena mínima.

A repressão a circulação e a divulgação de idéias fica reforçada pelo artigo 42º - "fazer propaganda subversiva: I-utilizando-se de quaisquer meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, periodicos, livros, boletins, pafletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva. II-aliciando pessoas nos locais de trabalho ou ensino; III-realizando comício, reunião pública, desfile ou passeata; IV-realizando greve proibida; V-injuriando, caluniando ou difamando quando o ofendido for órgão ou entidade que exerça autoridade pública, ou funcionário, em razão de suas atribuições; VI-manifestando solidariedade a qualquer dos atos previstos nos itens anteriores. - Pena, reclusão de 1 a 3 anos". A ditadura, de bom grado, não deixará passar impunemente o excepcional desenvolvimento de uma imprensa independente comprometida com o movimento de oposição democrático e popular. Já está em curso um processo contra o jornal Movimento que também teve uma de suas últimas edições apreendida.

Pelo artigo 50 o ministro da justiça tem poderes para determinar a apreensão de livro, jornal, revista, boletim, pampheto, filme, fotografia ou gravação de qualquer espécie. Este artigo se traduz na censura prévia, o que é expressamente vetado pelo artigo 153, parágrafo 8, da Constituição Federal. Os poderes de exceção que consagrava o AI-5 em relação à censura foram contrabandeados para a lei através deste artigo.

O projeto de reforma da LSN, no seu conjunto muito mais duro que a lei anterior, diminui a idade mínima imputável de 18 para 16 anos. A comunicação de uma prisão efetuada passa a ser feita de forma "reservada" ao juiz. Ou seja, pode-se manter uma pessoa presa durante 30 dias apenas tendo o encarregado do inquérito, geralmente um ma-

jor ou um delegado, feito a comunicação sigilosa da prisão à autoridade judiciária competente. Com a comunicação reservada fica na prática impossível de defender o preso e de impetrar o habeas-corpus já que não sera dada a confirmação da prisão nem seu fundamento. Como diz o Comitê Brasileiro pela Anistia do Rio de Janeiro: "é a forma pela qual o sistema consagra legalmente a prática já existente da prisão clandestina de Estado.

Várias foram as manifestações contrárias ao projeto de reforma da LSN. O conteúdo dos artigos foram discutidos nos seus pormenores e foram propostas modificações importantes ou foi exigida a extinção definitiva da LSN.

O Comitê Brasileiro pela Anistia do Rio de Janeiro, em documento preparado para o Congresso Nacional pela Anistia realizado no mes de novembro em São Paulo, analisa as reformas da LSN e conclui que "superada a fase histórica em que o regime teve que enfrentar diversas formas de oposição armada, o que se ve agora é a tentativa de iludir a sociedade, apresentando como um passo no sentido de uma efetiva abertura democratica a substituição de um instrumental repressivo, tornado obsoleto na atual conjuntura, por um outro muito mais flexível e aplicável. Tal projeto torna mais evidente que nunca o conteúdo anti-popular da legislação repressiva com que o Estado ameaça permanentemente a sociedade em nome da segurança desta. Nele estão contidas restrições tao amplas e tao claramente direcionadas contra todas as formas de oposição ao regime -sobretudo as formas organizadas de resistencia à ditadura- que da nova LSN pode-se, sem exagero, dizer que permite ao governo esvaziar as cadeias de alguns de seus opositores que la se encontram para nelas colocar boa parte dos que hoje, fora delas, lutam contra a permanencia do regime de exceção".

Os presos políticos do Rio de Janeiro, em documento tornado público, também denunciam a LSN. Sobre a supressão da pena de morte, os presos politicos do Rio declaram que esta supressão; "embora obtida sob a exigencia de amplos setores sociais, re veste-se de particular cinismo, já que a ditadura militar nunca precisou utilizar (ou não teve condições de arcar com o onus político) esta pena prevista na LSN para assassinar centenas de opositores nas suas camaras de tortura. E nao sera apenas a supressao jurídica deste instituto que evitará assassinatos e desaparecimentos, nem que esclarecera os que já ocorreram". Consideram que os remendos da LSN aprofundam ainda mais os seus objetivos repressivos, quais sejam abrir o leque de punições, de formas de intimididação e controle diante de toda oposição, crítica ou de descontentamento frente ao regime, e que a sua posição não poderia ser outra que a de negar e denunciar em bloco a LSN, os conceitos que lhe dão origem, assim como as tentativas de reformá-la, como algo que visa tão somente "legitimar" o arbítrio e preservar os velhos instrumentos de repressão política com nova roupagem.

As manifestações contrárias a LSN se estenderam por outros setores da população que veem nesta lei uma ameaça concreta à liberdade de organização e manifestação política. Um ato público exigindo a extinção da LSN foi convocado pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo.

Legislação repressiva que transforma cada reivindicação dos trabalhadores por melhores salários, por liberdade sindical e de organização, pelo direito de greve, como um atentado à "segurança". Legislação repressiva que pune e proibe toda organização e manifestação do movimento de oposição democrático e popular. Legalizando a repressão à toda manifestação de oposição, a LSN é um dos pilares fundamentais de sustentação do regime.

As reformas politicas, dentro delas a reforma da LSN, cumprem de um lado o papel de manobra política do regime militar diante do ascenso da luta de amplos setores sociais pelo fim desse regime, pela anistia, pelas liberdades democraticas. Pela retaguarda, a ditadura contra-ataca, fazendo ser aprovada pelo Congresso Nacional a base de referencia legal da repressão no mesmo momento em que no país se realiza importantes greves operarias, que os candidados populares recebem milhares de votos e que se realiza o primeiro Congresso Nacional pela Anistia.

-PELA DESTRUIÇÃO DO APARELHO REPRESSIVO DA DITADURA-
-PELO FIM DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL-

A íntegra da nova lei

A íntegra do projeto da nova Lei de Segurança Nacional, e a seguinte:

O Congresso Nacional decreta:

Capítulo I

Da aplicação da Lei de Segurança Nacional

Art. 1º — Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei.

Art. 2º — Segurança Nacional é o estado de garantia proporcionado à Nação, para a consecução dos seus objetivos nacionais, dentro da ordem jurídica vigente.

Parágrafo único — Constituem objetivos nacionais, especialmente: — Soberania nacional — Integridade territorial — Regime representativo e democrático — Paz social — Prosperidade nacional — Harmonia internacional

Art. 3º — A segurança nacional envolve medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.

Parágrafo 1º — A segurança interna, integrada na segurança nacional, corresponde às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no País.

Parágrafo 2º — A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contra-propaganda e de ações nos campos políticos, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.

Parágrafo 3º — A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxílio do Exterior, que vise a conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação.

Art. 4º — Na aplicação desta lei observar-se-á, no que couber o disposto na parte penal e, subsidiariamente, o disposto na parte especial do Código Penal Militar.

Art. 5º — Na aplicação desta lei o juiz, ou tribunal, deverá inspirar-se nos conceitos básicos da segurança nacional definidos nos artigos anteriores.

Capítulo II

Dos crimes e das penas

Art. 6º — Entrar em entendimento ou negociação com o governo estrangeiro ou seus agentes. A fim de provocar guerra ou atos de hostilidade contra o Brasil.

Penal: reclusão de 2 a 15 anos.

Parágrafo único — Se os atos de hostilidade forem desencadeados.

Penal: reclusão, de 8 a 30 anos.

Art. 7º — Tentar, com ou sem auxílio estrangeiro, submeter o território nacional, ou parte dele, ao domínio ou soberania de outro país, ou suprimir ou pôr em perigo a independência do Brasil.

Penal: reclusão, de 4 a 20 anos.

Parágrafo único — Se da tentativa, resultar lesão corporal grave ou morte.

Penal: reclusão, de 8 a 30 anos.

Art. 8º — Aliciar indivíduos

de outra nação para que invadam território brasileiro, seja qual for o motivo ou pretexto.

Penal: reclusão, de 4 a 20 anos.

Parágrafo único — Verificando-se a invasão.

Penal: reclusão de 6 a 30 anos.

Art. 9º — Comprometer a segurança nacional, sabotando quaisquer instalações militares, navios, aviões, material utilizável pelas Forças Armadas, ou, ainda, meios de comunicação e vias de transporte, estaleiros, portos e aeroportos, fábricas, depósitos ou outras instalações.

Penal: reclusão, de 4 a 15 anos.

Parágrafo 1º — Se em decorrência da sabotagem, verificar-se paralisação de serviço público ou atividade essencial.

Penal: reclusão de 6 a 20 anos.

Parágrafo 2º — Se, da sabotagem, resultar lesão corporal grave ou morte.

Penal: reclusão, de 8 a 30 anos.

Art. 10º — Apoderar-se ou exercer o controle, ilícitamente, de aeronave ou embarcação.

Penal: reclusão, de 1 a 8 anos.

Art. 11º — Redistribuir material ou fundos de propaganda de proveniência estrangeira, sob qualquer forma ou a qualquer título para a infiltração de doutrinas ou idéias incompatíveis com a Constituição.

Penal: reclusão, de 1 a 8 anos.

Art. 12º — Formar, integrar ou manter associação de qualquer título, comitê, entidades de classe ou agrupamento que, sob a orientação ou com o auxílio de governo estrangeiro ou organização internacional, exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional.

Penal: reclusão, de 1 a 5 anos.

Art. 13º — Promover ou manter, em território nacional serviço de espionagem ou proveito de país estrangeiro ou de organização subversiva.

Penal: reclusão, de 2 a 20 anos.

Parágrafo 1º — Obter ou procurar obter, para o fim de espionagem, notícia de fatos ou coisas que, no interesse do Estado, devam permanecer secretas, desde que o fato não constitua delito mais grave.

Penal: reclusão, de 2 a 12 anos.

Parágrafo 2º — Destruir, falsificar, subtrair, fornecer ou comunicar a potência estrangeira, organização subversiva ou a seus agentes ou, em geral, a pessoa não autorizada, documentos, planos ou instruções classificadas como sigilosas por interessarem a segurança nacional.

Penal: reclusão de 3 a 12 anos.

Parágrafo 3º — Entrar em relação com governo estrangeiro, organização subversiva ou seus agentes, para o fim de comunicar qualquer outro segredo concernente à segurança nacional.

Penal: reclusão de 2 a 8 anos.

Parágrafo 4º — Fazer ou reproduzir, para o fim de espionagem, fotografias, gravu-

res ou desenhos de instalações ou zonas militares e engenhos de guerra, de qualquer tipo; ingressar para o mesmo fim, clandestina ou fraudulentamente, nos referidos lugares, desenvolver atividades aerofotográficas, em qualquer parte do território nacional, sem autorização de autoridade competente.

Penal: reclusão, de 2 a 8 anos.

Parágrafo 5º — Dar asilo ou proteção a espíões, sabendo que o sejam.

Penal: reclusão de 3 a 15 anos.

Parágrafo 6º — Facilitar o funcionário público, culposamente o conhecimento de segredo concernente à segurança nacional.

Penal: detenção de 6 meses a 5 anos.

Art. 14º — Divulgar, por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituídas.

Penal: detenção, de 5 meses a 2 anos.

Parágrafo único — Se a divulgação provocar perturbação da ordem pública ou expuser a perigo o bom nome, a autoridade, o crédito ou o prestígio do Brasil.

Penal: detenção de 2 a 5 anos.

Art. 15º — Falsificar, suprimir, tornar irreconhecível, subtrair ou desviar de seu destino ou uso normal algum meio de prova relativo a fato de importância para o interesse nacional.

Penal: reclusão, de 1 a 6 anos.

Art. 16º — Violar imunidades diplomáticas, pessoais ou reais, ou de chefe ou representante, de nação estrangeira, ainda que de passagem pelo território nacional.

Penal: reclusão de 6 a 12 anos.

Art. 17º — Violar neutralidade assumida pelo Brasil em face de países beligerantes.

Penal: reclusão, de 2 a 4 anos.

Art. 18º — Destruir ou ultrajar bandeira, emblemas ou escudo de nação amiga, quando expostos em lugar público.

Penal: detenção, de 6 meses a 1 ano.

Art. 19º — Ofender publicamente, por palavras ou escrito, chefe de governo de nação estrangeira.

Penal: reclusão de 6 meses a 4 anos.

Art. 20º — Exercer violência de qualquer natureza, contra chefe de governo estrangeiro, quando em visita ao Brasil ou de passagem pelo território brasileiro.

Penal: reclusão de 2 a 15 anos.

Parágrafo único — Se da violência resultar lesão corporal grave ou morte.

Penal: reclusão, de 8 a 30 anos.

Art. 21º — Tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou indivíduo.

Penal: reclusão de 2 anos a 12 anos.

Art. 22º — Promover insurreição armada ou tentar incitar, por meio violento a

Constituição, no todo ou em parte, ou a forma de governo por ela adotada.

Penal: reclusão, de 3 a 15 anos.

Parágrafo único — Se da prática do ato resultar lesão corporal grave ou morte.

Penal: reclusão de 3 a 30 anos.

Art. 23º — Praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva.

Penal: reclusão, de 2 a 12 anos.

Parágrafo único — Se, em virtude deles, a guerra sobrevém.

Penal: reclusão de 8 a 30 anos.

Art. 24º — Impedir ou tentar impedir, por meio de violência ou ameaça de violência, o livre exercício de qualquer dos poderes da União ou dos Estados.

Penal: reclusão, de 2 a 6 anos.

Art. 25º — Favorecer ou permitir a utilização de meios de transporte a serviço de prática subversiva, para subtrair-se o autor de crime a ação de autoridade pública ou, ainda a utilização de meio de comunicação para efetivar qualquer crime contra a segurança nacional.

Penal: reclusão, de 2 a 12 anos.

Art. 26º — Devastar, saquear, assaltar, roubar, seqüestrar, incendiar, depreder ou praticar atentado pessoal, sabotagem ou terrorismo, com finalidades atentatórias à segurança nacional.

Penal: reclusão, de 2 a 12 anos.

Parágrafo único — se, da prática do ato, resultar lesão corporal grave ou morte.

Penal: reclusão, de 8 a 30 anos.

Art. 27º — Impedir ou dificultar o funcionamento de serviços essenciais, administrados pelo Estado ou executados mediante concessão, autorização ou permissão.

Penal: reclusão, de 2 a 12 anos.

Parágrafo único — Se, da prática do ato, resultar lesão corporal grave ou morte.

Penal: reclusão de 8 a 30 anos.

Art. 28º — Tentar desmembrar parte do território nacional, para constituir país independente.

Penal: reclusão, de 4 a 12 anos.

Art. 29º — Revelar segredo obtido em razão de cargo ou função pública, relativamente a ações ou operações militares ou qualquer plano contra revolucionários, insurretos ou rebeldes.

Penal: reclusão de 2 a 10 anos.

Art. 30º — Matar por motivo de facciosismo ou político-social, quem exerça autoridade ou estrangeiro que se encontrar no Brasil, a convite do governo brasileiro, a serviço de seu país ou em missão de estudo.

Penal: reclusão de 8 a 30 anos.

Art. 31º — Exercer violência, por motivo de facciosismo ou inconformismo político-social, contra quem exerça autoridade.

Penal: reclusão de 2 a 15 anos.

Parágrafo único — Se, da violência resultar lesão corporal grave ou morte

Pena: Reclusão de 8 a 30 anos.

Art. 32 — Atentar contra a liberdade pessoal do presidente ou do vice-presidente da República, dos presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados ou do Supremo Tribunal Federal, de ministros de Estado e de governadores de Estado, do Distrito Federal e de Territórios.

Pena: Reclusão, de 4 a 12 anos.

Art. 33 — Ofender a honra ou a dignidade do presidente ou do vice-presidente da República, dos presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados ou do Supremo Tribunal Federal, de ministros de Estado e de governadores de Estado, do Distrito Federal ou de Territórios.

Pena: reclusão de 1 a 4 anos.

Parágrafo único — Se o crime foi praticado por motivo de facciosismo ou inconformismo político-social.

Pena: reclusão de 2 a 5 anos.

Art. 34 — Exercer violência, por motivo de facciosismo ou inconformismo político-social, contra estrangeiro que se encontra no Brasil, a serviço de seu país em missão de Estado, ou a convite do governo brasileiro.

Pena: reclusão de 2 a 12 anos.

Parágrafo único — Se, da violência, resultar lesão corporal grave ou morte.

Pena: reclusão de 8 a 30 anos.

Art. 35 — Promover paralisação ou dificultação do ritmo normal de serviço público ou atividade essencial detida em lei, com o fim de coarçar qualquer dos poderes da República.

Pena: reclusão, de 1 a 3 anos.

Art. 36 — Incitar:

I — A guerra ou à subversão da ordem político-social;

II — A desobediência coletiva às leis;

III — A animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis;

IV — A luta pela violência entre as classes sociais;

V — A paralisação de serviços públicos, ou atividades essenciais;

VI — Ao ódio ou à discriminação racial. **Pena:** reclusão de 2 a 12 anos.

Parágrafo único — Se, do incitamento, decorrer lesão corporal grave ou morte.

Pena: reclusão de 8 a 30 anos.

Art. 37 — Cessarem funcionários públicos, coletivamente, no todo ou em parte, os serviços a seu cargo.

Pena: detenção, de 6 meses a 1 ano.

Parágrafo único — Incurrerá nas mesmas penas o funcionário público que, direta ou indiretamente, se solidarizar com os atos de cessação ou paralisação do serviço público ou que contribua para a não execução ou retardamento do mesmo.

Art. 38 — Perturbar mediante o emprego de vias de fato, ameaças, tumultos ou arruados, sessões legislativas, judiciárias ou conferências internacionais, realizadas no Brasil.

Pena: detenção de 6 meses a 2 anos.

Parágrafo único — Se, da ação, resultar lesão corporal grave ou morte.

Pena: reclusão de 8 a 30 anos.

Art. 39 — Constituir, integrar ou manter organização de tipo militar, de qualquer forma ou natureza, armada ou não, com ou sem fardamento, com finalidade combativa.

Pena: reclusão de 2 a 8 anos.

Art. 40 — Reorganizar ou tentar reorganizar, de fato ou de direito, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação, dissolvidos por força de disposição legal ou de decisão judicial, ou que exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional, ou fazê-lo funcionar, nas mesmas condições, quando legalmente suspenso.

Pena: reclusão, de 1 a 5 anos.

Art. 41 — Destruir ou ultrajar a Bandeira, emblemas ou símbolos nacionais, quando expostos em lugar público.

Pena: reclusão de 1 a 4 anos.

Art. 42 — Fazer propaganda subversiva:

I — Utilizando-se de quaisquer meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva;

II — Aliciando pessoas nos locais de trabalho ou ensino;

III — Realizando comício, reunião pública, desfile ou passeata;

IV — Realizando greve proibida;

V — Injuriando, calunhando ou difamando quando o ofendido for órgão ou entidade que exerça autoridade pública, ou funcionário, em razão de suas atribuições;

VI — Manifestando solidariedade a qualquer dos atos previstos nos itens anteriores.

Pena: reclusão de 1 a 3 anos.

Art. 43 — Importar, fabricar, ter em depósito ou sob sua guarda, comprar, vender, doar ou ceder, transportar ou trazer consigo armas de fogo ou engenhos privativos das Forças Armadas ou quaisquer instrumentos de destruição ou terror, sem permissão da autoridade competente.

Pena: reclusão, de 1 a 6 anos.

Art. 44 — Incitar à prática de qualquer dos crimes previstos neste capítulo, ou fazer-lhes a apologia ou a de seus autores, se o fato não constituir crime mais grave.

Pena: reclusão, de 1 a 5 anos.

Parágrafo único — A pena será aumentada de metade, se o incitamento, publicidade ou apologia for feito por meio de imprensa, radiodifusão ou televisão.

Art. 45 — Promover ou facilitar a fuga de pessoa legalmente presa, em decorrência da prática de crimes previstos nesta lei.

Pena: reclusão, de 2 a 8 anos.

Parágrafo único — Se, do crime, resultar lesão corporal grave ou morte.

Pena: reclusão, de 8 a 30 anos.

Art. 46 — São circunstâncias agravantes, quando não elementares do crime:

I — Ser o agente militar ou funcionário público, a este se equiparando o empregado de autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista.

II — Ter sido o crime praticado com a ajuda de qualquer espécie ou sob qualquer título, prestada por Estado ou organização internacional ou estrangeiro;

III — Ter, no caso de concurso de agentes, promovido ou organizado a cooperação no crime, ou dirigindo a atividade dos demais agentes.

Art. 47 — A tentativa de crime, previsto nesta lei, será punida com a pena cominada para o crime, reduzida de um a dois terços, se não houver cominação específica.

Art. 48 — Extingue-se a punibilidade dos crimes previstos nesta lei: A) Pela morte do autor; B) Pela prescrição da pena.

Art. 49 — Atendendo a gravidade do fato e suas consequências, quando o crime for praticado por meio de jornal, revista, rádio ou televisão, o juiz poderá, na sentença, decretar a suspensão por até sessenta dias da publicação ou do funcionamento da emissora de radiodifusão ou televisão.

Art. 50 — O ministro da Justiça poderá, sem prejuízo da ação penal, determinar a apreensão de livro, jornal, revista, boletim, panfleto, filme, fotografia ou gravação de qualquer espécie que constitua, ou possa vir a constituir, o meio de perpetração de crimes previstos nesta lei, bem como acotar outras providências necessárias para evitar a consumação de tais crimes ou seu exaurimento, como a suspensão de sua impressão, gravação, filmagem ou apresentação ou, ainda a proibição da circulação, distribuição ou venda daquele material.

Art. 51 — A responsabilidade penal pela propaganda subversiva independe da civil e não exclui as decorrentes de outros crimes, na forma desta lei ou de outras.

Capítulo III DO PROCESSO E JULGAMENTO

Art. 52 — O processo e julgamento dos crimes contra a segurança nacional são da competência exclusiva da Justiça Militar e reger-se-ão pelas disposições do Código de Processo Penal Militar, no que não contiverem com as disposições especiais desta lei.

Art. 53 — Durante as investigações, a autoridade responsável pelo inquérito poderá manter o indiciado preso ou sob custódia por até trinta dias, fazendo comunicação reservada a autoridade judiciária competente.

Parágrafo 1º — O responsável pelo inquérito poderá manter o indiciado incomunicável por até oito dias, observado o disposto neste artigo, se necessário a investigação.

Parágrafo 2º — Os prazos de prisão ou custódia fixadas

neste artigo poderão ser prorrogados uma vez, pelo mesmo período de tempo acima referido, mediante solicitação do encarregado do inquérito à autoridade judiciária competente, que decidirá ouvido o Ministério Público.

Parágrafo 3º — O preso ou custodiado deverá ser recolhido e mantido em lugar diverso do destinado aos presos por crime comum, observando-se, ainda, os artigos 239 a 241 do Código de Processo Penal Militar.

Parágrafo 4º — Em qualquer fase do inquérito a defesa poderá solicitar ao encarregado do inquérito que determine exame na pessoa do indiciado para verificação de sua integridade física, do laudo expedido pela autoridade médica será feita juntada aos autos do inquérito.

Parágrafo 5º — Esgotado o prazo de trinta dias de prisão ou custódia ou de sua eventual prorrogação, o indiciado será imediatamente libertado, salvo se decretada prisão preventiva, a requerimento do encarregado do inquérito ou do órgão do ministério público.

Parágrafo 6º — O tempo de prisão ou custódia será computado na execução da pena privativa de liberdade.

Art. 54 — O inquérito policial nos crimes contra a segurança nacional compete a Polícia Federal e será iniciado:

I — De ofício;

II — Mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo;

III — Mediante requisição de autoridade militar responsável, pela segurança interna instruída com as informações por esta colhidas sobre o fato.

Parágrafo 1º — Mediante convênio, a União poderá delegar ao Estado, ao Distrito Federal ou a Território a realização do inquérito de que trata este artigo, por órgão especializado da respectiva Polícia Judiciária.

Parágrafo 2º — A Polícia Federal, ou no caso de convênio, a Polícia do Estado, do Distrito Federal ou do Território, procederá em conformidade com a legislação processual penal militar, no que couber e não colidir com as disposições especiais desta lei, remetendo o inquérito ao órgão competente da justiça militar.

Parágrafo 3º — Será instaurado inquérito Policial-Militar se o agente for militar ou pessoa assemelhada, ou quando o crime:

I — Lesar patrimônio sob administração militar;

II — For praticado em lugar diretamente sujeito a administração militar ou contratamitar ou assemelhado, em serviço;

III — For praticado nas regiões atingidas pelas normas previstas nos artigos 155, 156 e 158 da Constituição Federal.

Art. 55 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as Decretos-leis nºs 23, de 29 de setembro de 1969 e 1975, de 20 de outubro de 1970, a Lei nº 5.788, de 27 de junho de 1972, e as demais disposições em contrário.

As rachaduras

Os metalúrgicos de São Paulo podem não ter alcançado o melhor acordo do mundo, mas a greve deles conseguiu provocar rachaduras irrecuperáveis entre nós, empresários." A conclusão é de um jovem industrial paulista à saída de uma reunião informal no começo da semana passada. Ele e alguns outros igualmente jovens industriais tinham analisado os efeitos das últimas negociações diretas entre empregados e empregadores do setor metalúrgico. Para esse empresário, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) demonstrara, no episódio, "um comportamento retrógrado, incompatível com a nova realidade industrial do país". (...) "A Federação apareceu no primeiro encontro com os trabalhadores com um prato pronto, com uma comissão de salários pronta e com a tradicional disposição fiespiana de não aceitar nenhuma reivindicação, a fim de que tudo fosse decidido pela Justiça, de acordo com os índices oficiais", dizia um empresário. "A intenção era não deixar acontecer nada de novo em relação às antigas mesas-redondas da Delegacia Regional do Trabalho, onde não se chegava a um acordo algum."

MESA VIRADA — Essas mesmas áreas contam que conseguiram introduzir "gente nova" na comissão logo no primeiro dia das negociações, como Paulo Francini, do sindicato da indústria de refrigeração, Mauro Marcondes Machado, da indústria automobilística, e Walter Sacca, do sindicato da indústria de máquinas do Estado de São Paulo. Mas os representantes da diretoria da FIESP só seriam neutralizados quando Luís Eulálio Bueno Vidigal Filho, presidente do sindicato da indústria de autopeças, Marcondes Machado e mais oitenta empresários de grandes indústrias ameaçaram negociar em separado com os trabalhadores, se a entidade persistisse em sua posição de fincar o pé contra concessões aos operários. (...) A partir de então, mesmo com a greve geral decretada pelos sindicatos operários — que a maioria do patronato "liberal" diz respeitar, considerando-a, porém, "inoportuna, pouco inteligente ou, no mínimo, precipitada" —, os empresários teriam firmado entre si o princípio de chegar a um acordo com seus empregados "qualquer que fosse a decisão da Justiça".

NO LIMITE — Poderiam os trabalhadores tirar partido desses conflitos patronais sustentando a greve até alcançar os 70% de aumento pleiteados? Paulo Francini acredita que não: "Talvez pudesse variar um pouco, digamos 0,5% mais que os 58% concedidos. Não mais, porque realmente estávamos no limite que a média das empresas poderia conceder". "Além disso", acrescenta ele, "todos sabemos que, atualmente, uma greve operária só consegue

se manter por três, cinco dias no máximo. Depois se enfraquece."

Os empresários "liberais" tendem, de outro lado, a atribuir aos próprios trabalhadores algumas das posições retrógradas da FIESP. Para o industrial Cláudio Bardella, por exemplo, "é preciso haver maior responsabilidade de na negociação direta". "Pedir 70% tira a seriedade do movimento", adverte ele, proclamando que "não se consegue tudo de uma só talagada". José Mindlin, da Metal Leve, por sua vez, acha que as reivindicações deveriam ser "compatíveis com os programas de controle inflacionário".

DOS LUCROS — Um bom número de empresários admite que a redistribuição da renda possa ser feita mediante aumentos salariais e a partir de seus próprios lucros. Ponderam, entretanto, que

a taxa de juros que pagam aos bancos deveria ser controlada pelo governo, (...) cresce nos meios empresariais a idéia da redução dos encargos sociais pagos pelos patrões (INPS, PIS, fundo de garantia). Segundo essa proposta, os salários diretos seriam aumentados de acordo com percentuais negociados entre empregados e empregadores, enquanto as contribuições sociais sofreriam reajustes pelos índices oficiais. (...) "Assim como os operários, nós também precisamos dos sindicatos e federações autênticos para enfrentar com inteligência as novas questões colocadas por nossa sociedade industrial", dizem eles, admitindo seu apoio à candidatura de Luís Eulálio Bueno Vidigal Filho à Presidência da Federação das Indústrias, no ano que vem. (...) SÉRGIO SISTER

VEJA, 22 DE NOVEMBRO, 1978

Para Vidigal, as comissões de fábrica são prematuras e as intersindicais, desnecessárias

(...)VEJA — Por que os empresários não aceitaram as comissões de fábrica?

VIDIGAL — Acho que nem eles nem nós estamos preparados para isso. Em minha empresa, não haveria problemas. Já tenho meia dúzia de funcionários que são dirigentes sindicais. A Cimaf, por exemplo, que tem comissão de fábrica, nunca entrou em greve. Contudo, haveria problemas para as pequenas e médias empresas, e nós negociamos em nome de 7 000 empresas, que reúnem 500 000 empregados. Não adianta liberar por cima se a coisa pode arrebentar embaixo. Uma comissão de cinco pessoas, numa empresa de 100 empregados, representa 5% de seu pessoal.

VEJA — A dificuldade para se aceitar a comissão de fábrica é uma questão de estatutos ou de postura política?

VIDIGAL — Havia uma posição firmada, naquele momento específico, contrária às comissões. Mas acho que a questão pode ser revista. Tem gente que confunde comissão de fábrica com co-gestão, faz confusões até piores. De modo que não adianta discutir agora. Eu, pessoalmente, sou contra porque a comissão de fábrica desvirtua. Para chegar a ela seria preciso discutir muito. Seria preciso tomar certos cuidados, como, por exemplo, evitar que determinados elementos se tornem profissionais das comissões. Deve-se estudar um código, um estatuto. Considero importante aceitar a idéia e discuti-la. Quanto à sua implantação, acho prematura. Digo isso porque tivemos um problema muito sério, em 1968, aqui na Cobrasma, quando funcionava uma comissão de fábrica. As comissões foram infiltradas pelos comunistas, pelos agitadores. E era fácil a infiltração.

VEJA — O senhor ainda identifica infiltrações no movimento sindical?

VIDIGAL — Não se pode falar em infiltração nas diretorias dos sindicatos dos metalúrgicos com quem temos ne-

gociado. Tanto que o movimento iniciado pelos trabalhadores foi ordeiro e pacífico. O problema começa quando padres e estudantes se intrometem. A preparação das comissões de greve, por exemplo, foi feita nas igrejas porque há uma igreja em cada bairro. Condono essas interferências porque as greves passam a ter outro caráter que não o exclusivamente reivindicatório.

VEJA — A lei de greve deve ser modificada?

VIDIGAL — Sem dúvida. E até o governo está convencido de que a lei, como está, precisa cair. Na verdade, penso que não se pode impedir as greves, exceto em atividades declaradas essenciais ou de interesse público, como reza o preceito constitucional. Decretos não podem se sobrepor a normas constitucionais. Por isso acho que está faltando apenas regulamentar o direito de greve. Regulamentando, estaríamos ampliando o direito de greve, que não pode ser restrito.

VEJA — Que tipo de regulamentação o senhor proporia?

VIDIGAL — Nas greves reivindicatórias, poderíamos estabelecer prazos de negociação, prazos de greve e prazos para recomeçar as negociações. O governo só interviria em última instância.

VEJA — O senhor teme a formação de comissões intersindicais?

VIDIGAL — Não vejo necessidade. Se o problema é de representatividade nas federações e confederações, os que pregam a comissão intersindical devem concentrar suas forças para ganhá-las. Se o problema é vencer a máquina, tenho uma sugestão: mudar o sistema de representatividade. Minha tese é a de que o voto deveria ser proporcional ao número de empregados que o sindicato ou federação representam. E isso tanto para os organismos patronais como os de trabalhadores. VEJA, 22 DE NOV,

A tática da Fiesp para repassar os aumentos EXAME, 6-12-78

A idéia é fazer o governo assumir parte dos custos pagos pelos empresários

A idéia inicial dos empresários paulistas de reivindicar ao governo a complacência do Conselho Interministerial de Preços (CIP) para repassarem aos consumidores os aumentos de custos decorrentes dos reajustes salariais superiores aos índices oficiais transfigurou-se repentinamente. Numa envolvente manobra a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) concebeu um elenco de sugestões — e encaminhou-as de imediato a Brasília — para, a um só tempo, anular o impacto das greves sobre as folhas de pagamento e resguardar as empresas contra os esperados efeitos do “pacote de novembro” (divulgado oficialmente a 22 de novembro, um dia depois que os empresários remeteram seu memorial às autoridades).

A grosso modo, o antídoto descoberto pelos economistas da Fiesp misturava fórmulas que iam desde a dilatação dos prazos de recolhimento de encargos tributários e sociais (ICM, INPS) — já descartada pelo ministro da Fazenda — até a redução, de 100 para 70%, do depósito compulsório sobre as importações de matérias-primas essenciais — aparentemente bem recebida por Simonsen. O ponto fundamental, contudo, é o de que os empresários possam incluir as despesas financeiras na planilha de custos apresentada ao CIP para repasse aos preços finais.

Rentabilidade maior — A aprovação das propostas, se consumada, carrearía para as empresas um acréscimo de rentabilidade de 5,2%, que, descontados os 3% de aumentos salariais não repassáveis, resultaria num ganho real de 2,2% (os cálculos da Fiesp tomam por base o diferencial entre o índice ofi-

cial de 43% e o teto máximo de 58% dos aumentos salariais concedidos, aplicado sobre uma folha de pagamento estimada que representa 30% do valor do preço de venda).

“Isto comprova que serão anulados quaisquer efeitos sobre os custos das empresas dos aumentos salariais concedidos”, observa o economista Walter Barelli, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese). O próprio Barelli, embora não cite dados para comprovar suas alegações, discorda de que os salários representem cerca de 30% na composição do preço final das mercadorias. Ele julga que o peso é significativamente menor — o que faria com que a elevação da rentabilidade fosse superior à prevista pela Fiesp.

Com efeito, a análise de alguns dados divulgados pela entidade patronal revela uma participação decrescente dos salários no valor da produção da indústria de transformação, como se vê na tabela desta página. Mais que isso, esta queda se verifica igualmente em relação ao valor das vendas, inclusive nos meses imediatamente posteriores à concessão dos aumentos salariais pós-greve, quando o preço da mão-de-obra no faturamento deveria crescer. A título de ilustração, vale lembrar que esta relação na indústria metalúrgica paulista caiu de 14,66%, em julho deste ano, para 14,02% em agosto, e que na área de material de transporte (que inclui fabricantes de autopeças e de automóveis), a queda foi de 12,43% para 11,6%, no mesmo período de comparação.

Divergências — Ainda que a mudança de tática ensaiada pela Fiesp venha a ser bem-sucedida, notam-se fissuras entre alguns de seus associados, partidários da linha anterior de reclamar tão-somente a autorização para repassar os aumentos pagos aos trabalhadores.

Sem ser tão incisivo, Eduardo Pereira de Magalhães, presidente da Eletro-

parts, uma empresa de porte médio do setor eletroeletrônico, acha que as solicitações da entidade foram feitas em momento inoportuno e que não poderão ser viabilizadas a curto prazo. “O Estado não tem como ficar sem receber o ICM e o INPS no prazo fixado”, afirma ele, acrescentando a seguir: “O repasse dos custos financeiros, apesar de altamente vantajoso para os empresários, é inflacionário.” Outra, porém, é a opinião de Oswaldo Palma, vice-presidente da Fiesp e diretor de seu Departamento Econômico: “Os aumentos dos preços finais dos produtos — mais especificamente os bens de consumo duráveis e não-duráveis —, em função dos repasses das despesas financeiras, deverão influir muito de leve na alta dos preços”.

Operações conjuntas — A pretensão de repassar as despesas financeiras, contudo, não é bem vista por José Vicente Messiano, gerente de controladoria da Bicycletas Caloi. Sobretudo porque, já a partir do anúncio do pacote antiinflacionário, as taxas de juros voltaram a subir. “A medida favorece o sistema financeiro, que não encontrará empecilhos para vender o dinheiro a taxas mais elevadas, uma vez que os empresários, podendo repassar as despesas financeiras, não pressionarão por taxas mais baixas”, argumenta ele. Messiano acredita também que a sugestão da Fiesp abre campo para as empresas realizarem operações conjuntas com os bancos em aplicações financeiras no mercado, “utilizando a margem entre o custo real do dinheiro e a taxa apresentada ao CIP para repasse”. Es-

A retração das folhas de pagamento

(a partir de 1966, nota-se uma queda gradativa e constante da participação dos salários no valor total da produção, à exceção de 1970, quando ocorreu uma ligeira recuperação; em porcentagens)

Setores	1962	1964	1966	1968	1970	1972	1973	1974	1975
Minerais não-metálicos	21,45	19,59	16,23	15,81	17,01	17,32	15,89	14,87	14,23
Metalurgia	16,37	17,56	26,91	14,76	15,38	12,91	11,16	9,79	9,16
Material de transporte	12,45	12,96	14,71	13,84	15,04	12,91	10,48	7,23	6,65
Papel e papelão	11,80	13,32	10,50	10,29	11,94	13,16	10,09	7,94	7,73
Química	9,32	7,47	7,16	7,98	9,35	8,36	6,26	4,19	3,88
Prods. mat. plásticas	13,50	14,67	16,07	12,16	12,75	14,22	11,79	11,26	10,43
Têxtil	12,93	13,64	12,44	12,05	13,74	12,69	10,01	9,72	8,61
Alimentação	6,41	6,18	6,27	5,23	5,71	5,55	4,88	4,86	4,59
Total da indústria de transformação	12,82	12,45	12,83	11,66	12,89	12,50	10,67	9,55	9,01

Fonte dos dados brutos: Fiesp

tes desvios só poderão ser corrigidos, no seu entender, "se o CIP tiver condições efetivas de fiscalizar o custo real do dinheiro" — o que parece improvável.

Finalmente, Messiano lembra que a Caloi, assim como outras indústrias, vende para consumidores de baixo poder aquisitivo, sem condições, portanto, de assimilar os aumentos de preços resultantes do repasse dos custos financeiros. "A consequência seria, seguramente, uma redução das nossas vendas", prevê ele.

Pressão de cima — Dificuldades semelhantes para repassar despesas financeiras — ainda que autorizadas pelo governo — são vividas pela Brasinca e suas congêneres do setor de autopeças. "A indústria automobilística, nossa cliente e concorrente em potencial (devido a seus planos de verticalização) é quem controla nossos preços", diz Paulo Afonseca de Barros Faria, diretor da Brasinca e do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças). Isto porque, explica ele, "como conheço todos os custos dos produtos do setor e como pode vir a fabricá-los a qualquer momento, ela pode dificultar o repasse dos acréscimos de despesas financeiras". Diante deste quadro, a alternativa — que de resto é a de quase todas as pequenas empresas — continua sendo, na visão de Faria, operar com estreitas margens de rentabilidade e perseguir sempre os aumentos de produtividade.

Solidariedade — Se a proposta de repassar os custos financeiros é a que mais polêmicas provocou, a dilatação de prazos para o recolhimento do ICM e do INPS — capaz de permitir um acúmulo no *cash flow* das empresas — foi a sugestão que mais adeptos reuniu. Mesmo Magalhães, da Eletroparts, que duvida que o governo venha a aceitá-la, vê nesta providência uma vantagem a ser, inicialmente, concedida apenas à

pequena empresa. Posteriormente, ele concorda que a regalia seja estendida às médias, continuando as grandes empresas a cumprirem seus encargos nos prazos normais.

Para a Caloi, a ampliação do prazo (de 30 dias para o ICM e de 75 dias para o INPS) representaria a possibilidade de baratear seus produtos, aumentando as vendas. Porém, o que surtiria mais efeito, no entender de Messiano, seria "a redução do IPI, que não consta das propostas da Fiesp".

O debate em torno de modificações na legislação fiscal

evidencia a intenção dos empresários de transferirem para o Estado pelo menos uma parcela dos encargos decorrentes de aumentos salariais mais generosos. "Afim", justifica um destacado empresário paulista, "só concordamos com os aumentos para atenuar um problema social. Daí, é justo que o governo arque com uma parte desse reajuste".

Carga tributária — Como uma resposta preliminar a este anseio, as autoridades econômicas mostram-se propensas a oficializar pelo menos duas das reivindicações da Fiesp: a depreciação acelerada, para fins de tributação, dos investimentos em equipamentos antipoluentes e a das aplicações realizadas nas fábricas para substituir o óleo combustível e seus derivados. No primeiro caso, o prazo de depreciação cairia de dez para dois anos e, no segundo, o prazo seria de quatro anos. O que não ficou claro ainda é a que fontes as autoridades recorreriam para recompor as perdas de arrecadação que esta benevolência acarretaria.

Por mais que o governo possa mostrar-se receptivo, as soluções não parecem apontar, por exemplo, para um dos males crônicos da maioria das empresas afetadas pelo problema do repasse de aumentos salariais ou de custos financeiros: o endividamento, que, presumivelmente, será agravado pelo "pacote de novembro"

Na realidade, os indicadores da Fiesp mostram que, se a participa-

Aumento da produtividade, o caminho mais natural

ção dos salários no valor da produção vem baixando gradualmente — pelo menos até 1975, o último período com dados disponíveis —, as despesas financeiras sobre vendas, tidas como custo improdutivo, seguem o caminho inverso.

Não é por outra razão que Walter Stobel, presidente da Mecano Fabril, indústria de porte médio do setor de autopeças, assegura que "com uma redução significativa dos custos financeiros poderíamos tranquilamente absorver os aumentos salariais concedidos aos metalúrgicos". Uma hipótese cada vez menos viável na atual conjuntura, a menos que o governo acolhesse todas as recomendações da Fiesp destinadas a promover, na prática, a transferência, para os consumidores, da majoração dos custos salariais.

Tendência irresistível — Entretanto, a julgar pelas observações de Kurt Weil, chefe do Departamento de Administração da Produção da FGV, em São Paulo, as empresas repassarão os aumentos, quer por meio de medidas oficiais, quer através do aumento da produtividade da mão-de-obra — o que pode ser alcançado com incentivos ou pelos cortes de pessoal.

A segunda possibilidade, porém, parece encontrar limites objetivos e intransponíveis. Primeiro, porque o próprio governo, consciente da gravidade das tensões sociais que é obrigado a apaziguar, não tem interesse na ampliação desmesurada das taxas de desemprego. Segundo, porque o despertar recente do movimento sindical, responsável pela elevação do nível de organização dos trabalhadores das grandes cidades, dificulta uma política de alta rotatividade — que, por sinal, não interessa à maioria do empresariado. ■

Dieese diz que custo de vida aumentou

O ESTADO DE S. PAULO
26.10.78

De janeiro a setembro, os preços aumentaram 31,43%; de outubro de 1977 a setembro de 1978, a alta foi de 39,69%.

Os maiores aumentos foram registrados nos itens Saúde (3,08%), Higiene Pessoal (2,13%) e Equipamento Doméstico (2,11%), no mês passado. O item Alimentação cresceu 1,38%, destacando-se o encarecimento de frutas (7,79%), carnes e derivados (7,33%), peixes (4,26%) e ovos e enlatados (2,77%). Os preços das hortaliças caíram 9,19%; as de gorduras e condimentos, 6,79%.

Em setembro de 1977, segundo cálculo do Dieese, eram necessárias 126 horas e 22 minutos de trabalho (remunerado com salário mínimo) para compra da ração essencial (quantidade mínima indispensável para um trabalhador viver, definida pelo decreto-lei 339, de 30/4/38). Em setembro de 1978, foram necessárias 138 horas e 3 minutos. O custo da ração correspondia, em setembro do ano passado, a 56% do salário mínimo; em setembro deste ano, a 58%.

Os salários mínimos, postos em vigor em 1º de maio, tinham em setembro, de acordo com o

Dieese, os seguintes valores nominais e reais: Nordeste 1, Cr\$ 1.111,20 e 991,18; Centro-Oeste, Nordeste 2 e Norte, Cr\$ 1.226,40 e 1.093,93; Sul e Espírito Santo, Cr\$ 1.449,60 e 1.293,03; Sudeste, Cr\$ 1.560,00 e 1.391,50.

De outubro de 1977 a setembro de 1978, os preços que mais subiram foram: Educação e Cultura, 47,25; Alimentação, 43,56%; Higiene Pessoal, 42,60%. Na Alimentação, os maiores aumentos foram: carnes e derivados, 68,77%; hortaliças, 66,54%; frutas, 47,40%; gorduras e condimentos, 45,59%.

O Dieese divulgou, ainda,

um gráfico descritivo das emissões de carteiras profissionais no município de São Paulo, de 1974 a julho de 1978. Uma nota assinala o aumento das mulheres dispostas a ingressar no mercado de trabalho formal. "Isto — diz a nota — está provavelmente ligado à necessidade de participação de um maior número de pessoas da família na formação dos ganhos, em decorrência dos baixos salários e do conseqüente baixo poder aquisitivo." Não se fornece explicação, no entanto, para o nível declinante (ver gráfico) de carteiras expedidas para homens.

O GLOBO

Brasil vende aço à China: US\$ 500 milhões

O Conselho de Não Ferrosos e de Siderurgia (Consider) e a Siderbrás assinaram ontem, com a Corporação Nacional da China, protocolo de intenções para a venda de produtos siderúrgicos brasileiros ao mercado chinês, nos próximos cinco anos. O documento prevê a exportação de 1,5 milhão de toneladas de aço, no valor de US\$ 500 milhões, nos três primeiros anos. O primeiro embarque será feito ainda no primeiro trimestre de 1979, quando o Brasil exportará 500 mil toneladas, o mesmo acontecendo nos dois anos seguintes.

2-11-78

Crimmins: Brasil quer hegemonia

O ESTADO DE S. PAULO 24-9-78

Washington — O ex-embaixador dos Estados Unidos no Brasil, John Crimmins, afirmou ontem, que o Brasil se opõe a uma política de interdependência com as demais nações. Crimmins disse que o governo brasileiro não adota esse critério

porque tem fortes pretensões hegemônicas no Continente.

A afirmativa do ex-embaixador foi feita ontem, durante conferência por ele pronunciada no Woodrow Wilson International Center For Scholars o mesmo onde o chanceler

Azeredo da Silveira falou anteriormente. O ministro das relações exteriores do Brasil não estava presente quando Crimmins pronunciou a palestra. O ex-diplomata proibiu a divulgação de seus conceitos, mas alguns dos participantes fizeram um resumo sumário aos jornalistas.

72 bilhões em 7 anos? balança com novo déficit

A dívida externa brasileira, de 40 bilhões de dólares em 1978, numa hipótese otimista poderá permanecer em 43 bilhões de dólares em 1985 ou, se prevalecerem situações adversas, nos próximos sete anos chegará a 72 bilhões de dólares. O crescimento da dívida em proporções mais razoáveis ou alarmantes estará condicionado à evolução do mercado internacional e da economia brasileira. Numa situação intermediária, a dívida externa em 1985 seria de 46 bilhões de dólares.

Estas projeções foram feitas pelo economista Antonio Carrasco, pós-graduado no Graduate Institute of International Studies de Genebra, que preparou um estudo de projeções do setor externo da economia brasileira para ser apresentado na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

J.B. - 16-11-78

O déficit acumulado da balança comercial brasileira nos 10 primeiros meses do ano já é de 783.958 mil dólares, depois dos resultados de outubro, quando as importações superaram as exportações em 109.929 mil dólares (o Brasil exportou 1.207.350 mil dólares e importou 1.317.279 mil). Segundo o ministro da Fazenda, o total de compras no Exterior foi alto por causa do petróleo, trigo, máquinas e bens de capital. O principal produto exportado foi o café, com 252 milhões de dólares. Apesar desse resultado, o ministro acredita que, em todo o ano, o saldo negativo da balança ficará em torno de 800 milhões de dólares.

ISTOÉ 06/12/1978

Ter televisão em casa é sinal de riqueza?

A abertura do II Congresso Brasileiro da Indústria Elétrica e Eletrônica, no dia 28 de novembro, em São Paulo, reservou uma surpresa aos congressistas: o veemente discurso em que o convidado especial, presidente Ernesto Geisel, garantiu que o desenvolvimento industrial não concentrou demasiadamente a renda do país. É verdade que ele reconheceu a existência de pobreza: "Existem problemas de rendimento familiar, grande parte das famílias é pobre, parte é muito pobre, mas a distribuição de renda, no país, não é tão precária quanto se alardeia por aí", disse o presidente.

Para demonstrar sua tese, Geisel utilizou os dados ideais para sensibilizar uma platéia de empresários do setor eletroeletrônico: o crescimento das vendas de aparelhos eletrodomésticos nos últimos anos. Primeiro, Geisel lembrou que de 1966 a 1977 a população brasileira cresceu 35,8%, enquanto a renda *per capita* aumentou em 96,4% (será preciso repetir que a renda *per capita* não é índice que mostre a distribuição da renda no país?). Depois, lembrou que o crescimento da venda de aparelhos elétricos no mesmo período foi muito maior,

323%, assim como o de eletrodomésticos, 338% (o que inclui até TVs a cores). Para Geisel, esses números seriam demonstrativos de que a distribuição de renda no Brasil é razoável. "... A população dispõe de recursos e de renda para a aquisição desses aparelhos e passou, desde então, a usufruir um melhor bem-estar", disse o presidente

Democracia. No decorrer do congresso, realizado nas luxuosas instalações da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, os próprios empresários discordavam das conclusões de Geisel, lembrando que a venda de eletrodomésticos não permite medir a distribuição de renda. É nunca é demais lembrar que a estratégia de fortalecimento da indústria de bens de consumo duráveis, seguida principalmente na época do ministro Delfim Netto, foi a de concentrar a renda no patamar superior da população, visando um maior volume de venda de seus produtos.

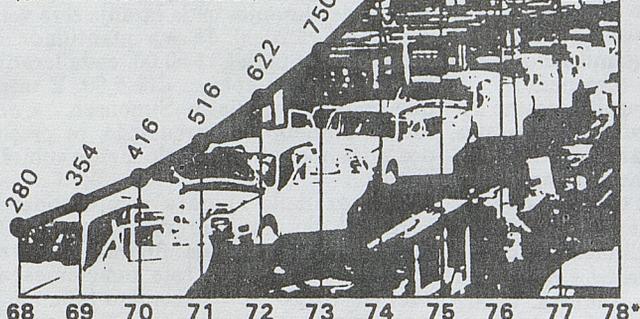
Mas se os empresários foram cautelosos para rebater as teses de Geisel, parecia que não tinham receio de apontar a necessidade de se consolidar a abertura democrática e procurar resolver os desequilíbrios sociais do país. "O momento é extremamente oportuno para a materialização dos objetivos da Revolução de 64, de devolver o país à plena vigência do regime democrático. Hoje, o empresário sente que a abertura democrática é oportuna e deve ter continuidade, de maneira gradativa e com a

graduação adequada, em bases firmes e contínuas", afirmou o coordenador geral do congresso, Eduardo Pimentel, ao relatar antecipadamente à imprensa os termos do documento final da reunião. Essa posição, no fundo, reflete o pragmatismo com o que os empresários do setor encaram a evolução política do país: "A abertura democrática traz, no varejo, vantagens e desvantagens para o empresário, mas, no balanço geral, o prato pende extremamente para o lado das vantagens", acrescentou Pimentel, aproveitando, em seguida, para fazer uma profissão de fé no sucesso das negociações diretas entre patrões e empregados. Estranhamente, porém, essa profissão de fé democrática não constou do documento final, como se esperava. Um mal-entendido? De qualquer forma, Pimentel garantia que ela estava implícita no espírito do documento.

Não faltou, também, o velho tema da criação de estímulos para a formação de empresas nacionais privadas de grande porte, para que elas possam ocupar "espaços vazios, impedindo o avanço da estatização e a desnacionalização da atividade econômica". Sugeriu-se até a formação de um Fundo Nacional de Participação, que poderia fornecer recursos financeiros no valor de até 70% do empreendimento. Essa proposta provocou uma forte polêmica entre os empresários, uns favoráveis a que esse fundo fosse controlado pelo governo, outros querendo que o governo ficasse fora da jogada, posição que prevaleceu.

O ritmo de produção

(em milhares de veículos)



*Até o final de outubro, haviam sido produzidos 876 000 veículos, 124 000 a mais que a produção em igual período de 1977.

Fonte: Anfavea.

VEJA, 15 DE NOVEMBRO, 1978

Demanda de equipamentos declina

JORNAL DO BRASIL

14-10-78

A indústria de bens de capital continua operando em situação abaixo de razoável. Levantamento realizado pela Embramec revelou que a situação no terceiro trimestre do ano 'ot ainda pior que a registrada no segundo, com expressivas quedas nas produções de equipamentos caldeirados, de tratores e equipamentos de escavo-terraplenagem e na construção naval.

Numa escala variável de 1 (muito má) a 9 (muito boa), o estudo da Embramec mostrou que no terçei-

ro trimestre do ano a indústria de equipamentos situou-se em 4,2. No segundo trimestre fora registrado um índice 4,3. A projeção para o último trimestre do ano, também com base nas informações dos setores industriais e das principais entidades de financiamento, revela melhoria, com o índice situando-se em 4,5. Também foram feitas projeções de melhoria para o terceiro trimestre, o que acabou não se confirmando.

Os setores de eletroeletrônicos e de ferramentas e instrumentos, continuam a ser os de melhor conjuntura, sem problemas significativos. Com os índices mais baixos continuam os segmentos da área de equipamentos agrícolas, embora tenha sido registrada franca melhoria no trimestre.

POSIÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS

"Todos nós concordamos que é válida a tese de que se precisa aumentar a participação do empresariado nas decisões governamentais sobretudo naquelas que afetam o campo econômico. No entanto, se enfatizássemos essa participação, teríamos de caminhar para um estado corporativo, que não é o regime político que adotamos nem aquele que desejamos." A afirmação — do presidente da Associação das Empresas de Crédito, Financiamento e Investimento de São Paulo (Acrefi) Américo Oswaldo Campiglia —, sintetizou um importante ponto de vista de vasto seguimento do empresariado, mas

FOLHA DE S. PAULO

Garnero quer empresários na política

O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Mario Garnero, propôs ontem, em São Paulo, a participação dos empresários no processo político brasileiro para reduzir a influência de camadas consideradas "excecráveis", como a dos tecnocratas. "Cabe a nós, através da representação política, estabelecer os parâmetros da sociedade e o papel dos técnicos", afirmou Garnero.

O presidente da Anfavea participou ontem do debate realizado na Federação do Comércio do Estado de São Paulo sobre "Que contribuição o empresariado pode oferecer ao governo". E sugeriu a participação empresarial nos novos partidos políticos em formação para que "haja vivência dos temas políticos". Garnero colocou-se contra a formação de "um partido só de empresários como não acredito num partido só de trabalhadores". E referiu-se à existência de "4 ou 5 grandes correntes ideológicas nacionais".

pouco atendido ultimamente, inclusive, ontem, na Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo, quando alguns empresários se reuniram para discutir o aumento de sua participação nos diversos órgãos de decisão do governo.

Pouco antes, o ex-presidente da Vasp e do Sindipecas, Luiz Rodovil Rossi — o escolhido pela Federação do Comércio para falar sobre o tema — defendeu posição de que "os empresários têm de participar dos órgãos de decisão governamentais, influenciando diretamente nas decisões e não, apenas, apresentando sugestões". E, indo mais além, propôs a

"redução da participação do Estado na economia", e, em contrapartida, o "aumento da participação do empresariado no Estado".

Sem discordar completamente dessas posições, Campiglia ponderou que "o grande problema está em se determinar a forma de o empresariado participar das decisões governamentais, ou seja, por quais os meios que ele pode fazer valer sua opinião". Nesse sentido, afirmou que o Congresso seria o terreno ideal para o empresariado defender seus pontos de vista. "Se isso não ocorre hoje, é por causa das particularidades do regime, mas diante da pró-

Mario Garnero considerou ainda que a atual lei de greve está ultrapassada, bem como a estrutura sindical, em virtude do novo estágio econômico em que se encontra o País. E defendeu a participação e o trabalho voluntário como molas e essências da democracia.

ATUAR UNIDOS

O presidente da Anfavea fez todas essas declarações durante o debate que se seguiu ao discurso por ele mesmo proferido de 18 laudas. Nele, Garnero advertiu os trabalhadores sobre o efeito recessivo de reivindicações de aumentos salariais irrealistas, para afirmar: "Delineam-se os métodos de ação que compete às lideranças trabalhistas. Que se convençam elas de que podemos atuar unidos, orientados pelo senso do bem comum que a sociedade requer de todos nós". E continuou: "Enganam-se os que pensam poder isolar os trabalhadores do processo de decisão. Por outro lado, é preciso que os trabalhadores se conscientizem de sua importância no processo produtivo, mediante atitudes consentâneas com a realidade que os cerca os envolve e pode fazer deles beneficiários e vítimas".

Mario Garnero também falou que a "iniciativa privada brasileira se ressentida da falta de uma doutrina capaz de lhe orientar a ação prática". Segundo ele, essa carência "tem levado, inexplicavelmente, a um excesso de teorias em torno da presença e da participação do empresariado no cenário político-

institucional do País". E acrescentou: "Pode parecer absurdo, mas a verdade é que hoje nenhuma das explicações, dos estudos, teses e doutoramentos acerca da atuação empresarial no panorama político, especialmente a partir de 1964, guarda consistência com a verdade dos fatos. Fala-se, por exemplo, de uma pretensa aliança tecno-burocrático-militar e empresarial com aspirações hegemônicas sobre a sociedade, agindo de acordo com planos estratégicos..."

Mario Garnero desconhece a existência desses planos e constata, a cada dia, a ocorrência de omissões, "de atos falhos, de intervenções tumultuadas, que desmentem a eficácia de tal pacto político-ideológico". No seu entender, assim "parece destinado aos empresários um papel distinguido no atual cenário de transição, porquanto economia e política vão atuar, daqui para a frente, de forma ainda mais interligada".

Além disso, Garnero disse não concordar com "o que se diz, ahures, que o mundo caminha para o socialismo". Para ele, erradicar a miséria e o analfabetismo, gerar riquezas e promover o bem-estar não são tarefas "exclusivas do socialismo, pois nós somos mais que capazes de fazê-las". E acrescentou: "De tempos para cá se vem sofisticando essa mesma teoria, mediante a criação de neologismos do tipo socialismo democrático. Por que não falarmos de um capitalismo democrático".

1-11-78

A bomba não passou de traque

MOVIMENTO 27/11 a 3/12/78

O "pacotão" contra a inflação, como outras criações do ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, chegou a ser apresentado como uma bomba; e não passa de um mirrado fogo de artifício. Alguns empresários chegaram a ir a Brasília e, em encontros com o ministro, pediram clemência. Já os trabalhadores, como sempre, não foram ouvidos, embora sejam os que mais sofrem com a inflação.

O que é o "pacotão" aprovado pelo Conselho Monetário Nacional? Vamos ver, ponto por ponto:

1) A liberação dos dólares atualmente congelados no Banco Central será feita pouco a pouco, e não de uma vez. Assim, até o fim do ano serão liberados apenas US\$ 400 milhões e não US\$ 1,4 bilhão, como estava previsto. O que as autoridades monetárias desejam, ao manter congelado US\$ 1 bilhão, é tentar manter sob controle a quantidade de cruzeiros em circulação na economia.

2) Ampliação do prazo mínimo dos empréstimos externos de 8 para 10 anos. Através dessa medida, o governo espera que as empresas privadas tenham mais dificuldades em obter empréstimos lá fora. O objetivo, assim, é barrar a entrada de dólares (e evitar que sejam depois transformados em cruzeiros).

3) Controle do acesso ao mercado internacional de dinheiro, ou seja, o governo pretende limitar em cerca de US\$ 300 milhões por mês a entrada de recursos externos (que em alguns meses chegou a US\$ 1 bilhão). Atualmente, graças à enorme "sobra" de dólares no mercado internacional, há uma enxurrada de dinheiro entrando no País. A prova disso é que as reservas cambiais, ou seja, os dólares que o Brasil tem, estocados, aumentaram nada menos que US\$ 3 bilhões este ano, passando para US\$ 11 bilhões. Ao barrar essa enxurrada de dólares, o governo pretende não só controlar a quantidade de dinheiro em circulação como golpear a especulação financeira. Sim, porque uma boa parte dos dólares não estava sendo utilizada pelas empresas em atividades produtivas (compra de máquinas, ampliação das instalações, etc.). Para onde iam esses dólares? Ora, para a especulação no mercado financeiro, pois os empréstimos externos custam às empresas cerca de 43% ao ano e rendem em aplicações aqui dentro mais de 50%. Um maná!

Além disso, a entrada desses dólares estava colocando o governo numa verdadeira roda viva. Para tentar "enxugar" o excesso de dinheiro, o governo vende letras do Tesouro Nacional (LTN), a taxas de juros cada vez mais elevadas e o dinheiro recolhido através dessas vendas é guardado nos cofres do Banco Central. Com isso ajuda a inflação, pois provoca uma alta geral das taxas de juros no mercado financeiro e encarece o custo do dinheiro para as empresas. Estas, por sua vez, ao obter dinheiro a juros muito altos, aumentam os preços de seus produtos. Logo, a inflação dispara. Conclusão: o governo, em vez de combater a inflação, estava empurrando-a para o alto.

4) Corte de 50% nas aplicações do Banco do Brasil até o final do ano, pois estas ao ritmo atual deveriam ultrapassar em alguns bilhões o nível determinado pelo governo no início do ano (Cr\$ 443 bilhões). O BB emprestará menos à indústria e ao comércio e apertará os descontos

de duplicatas. O único setor que ficou fora do laço foi o crédito de custeio (ou seja, crédito para plantio) para a agricultura, embora este também vá ultrapassar em muito as previsões oficiais. Aqui também o objetivo é controlar a quantidade de dinheiro em circulação na economia.

Mas o "pacotão" conseguirá mesmo diminuir a inflação? Alguns empresários acham que sim e chegaram a falar em recessão, falência em massa e desemprego. O que esses empresários desejam na verdade, ao procurar semear o pânico, é continuar tendo acesso ao dinheiro oficial.

A choradeira dos empresários tem, também, outro objetivo, nas sombras. Qual? Ao apontar o fantasma do desemprego e da recessão, os empresários pretendem aplastar as reivindicações dos trabalhadores por salários mais elevados sob a alegação de que as empresas estarão em má situação.

O banho-maria

Apenas dois exemplos servem para mostrar a mistificação da recessão:

1) Os empresários afirmam que as empresas estatais ficarão em aperto com o congelamento dos dólares, pois terão poucos recursos para investir. É isso significará desemprego. Mentira. Há dados de sobra mostrando que as empresas estatais apanharam lá fora, este ano, muito mais dólares do que precisavam para investir. As empresas estatais estão com muito dinheiro em caixa e poderão continuar levando avante seus investimentos, sem sobressaltos.

2) Espalhou-se a balela, também, de que a indústria e o comércio serão arrasados com os cortes nos empréstimos do Banco do Brasil. É mesmo? Os empresários parece que ignoram que estamos no final do ano, e que tudo indica que as vendas da indústria e o comércio serão elevadíssimas. Vendas elevadas significam lucros altos. E lucros altos significam que os empresários não precisarão muito dos empréstimos bancários.

O máximo que o "pacotão" conseguirá é manter a economia em banho-maria, ou seja, crescendo na base de 5 ou 6% ao ano. Recessão é algo muito diferente. Recessão é crescimento de 1 ou 2% ou até recuo na produção. Dizer que um "pacotão" tão pífio vai provocar recessão é piada de mau gosto, com objetivos políticos, que neste momento só beneficiam os empresários.

A especulação

O ministro Simonsen insiste em que o objetivo das medidas é "conter a expansão dos meios de pagamentos". O que é isso?

Bem, os meios de pagamentos são formados pelo dinheiro em poder do público, mais os depósitos à vista nos bancos comerciais. Em português claro, o dinheiro em circulação na economia. Com o "pacotão" o ministro Simonsen espera retirar Cr\$ 35 bilhões de circulação. E com menos dinheiro em circulação, espera que a inflação caia.

É o que diz, pelo menos, a teoria monetarista na qual o ministro da Fazenda acredita. Um exemplo muito simples: suponhamos uma economia em que haja 10 laranjas de um lado e Cr\$ 100,00 do outro.

Logo, cada laranja será vendida por Cr\$ 10,00. Mas, se a quantidade de dinheiro aumentar para Cr\$ 200,00 e permanecerem as dez laranjas cada laranja será vendida por Cr\$ 20,00. Já se a quantidade de dinheiro cair para Cr\$ 50,00, cada laranja passará a valer apenas Cr\$ 5,00. É nisso que confia o ministro Simonsen. Com menos dinheiro em circulação, os preços dos produtos cairão ou pelo menos subirão menos.

Esse exemplo ajuda a compreender o "drama" do ministro da Fazenda. Os meios de pagamentos fugiram inteiramente ao seu controle este ano e ameaçavam crescer 60% até dezembro (quando a meta oficial era de apenas 25%). Assim a economia estaria "inundada" de dinheiro e a inflação poderia alcançar a casa dos 50%. Sim, 50% este ano, e repetir a dose no ano que vem (pois nos primeiros meses do ano haveria dinheiro à balda).

O governo Figueiredo receberia, portanto, uma herança trágica. Basta lembrar que logo depois que o general Figueiredo assumiu, milhões de trabalhadores estarão negociando seus reajustes salariais, e uma inflação em disparada colocará o governo em situação política muito delicada, tanto Simonsen como Reis Veloso admitiram isso abertamente, pois sabem que o atual governo já perdeu definitivamente a batalha contra os preços.

Ainda resta uma questão, talvez a mais importante: o "pacotão" dará resultado contra a inflação? Há uma série de motivos (fortes) para duvidar da eficácia das medidas.

1) **Aquecimento da economia no final do ano, com as vendas natalinas.** Nessa época do ano, em função da demanda elevada, o comércio sempre se aproveita para elevar preços. Apesar do "pacotão" o governo não está livre de amargar uma inflação próxima dos 50%.

2) **Aumentos violentos de preços no início do ano, que terão que ser autorizados pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP), em janeiro e fevereiro.** Logo, os primeiros meses do ano serão carregados de aumentos e o "pacotão" de nada serve contra isso.

3) **O "pacotão" é apenas monetarista e deixa intocadas algumas das principais causas da inflação brasileira.** Uma delas é a violenta especulação com gêneros alimentícios (que vêm liderando as altas de preços). Graças à especulação, o produtor recebe 1 ou 2 cruzeiros por quilo de cebola e o consumidor paga 20 ou 30 cruzeiros. Isso nada tem a ver com a quantidade de dinheiro em circulação na economia, o que mostra como a teoria monetarista (no nosso caso a "teoria das laranjas") é em muitos casos furada.

4) **O congelamento dos dólares é apenas um paliativo, pois os dólares congelados em novembro e dezembro entrarão em circulação em janeiro e fevereiro.** Assim, nos dois primeiros meses do ano entrarão em circulação nada menos que US\$ 1 bilhão (cerca de Cr\$ 20 bilhões). É evidente que os meios de pagamentos vão inchar com a entrada desse dinheiro em circulação, abrindo a possibilidade de novo avanço da inflação.

5) **O governo pouco tocou na especulação financeira, pois não modificou os mecanismos de funcionamento do "open market" (mercado aberto).** O governo procurou apenas deter o fluxo de dinheiro

que vai para o "open", ao barrar parcialmente a entrada de dólares. O que acontecerá? Num primeiro momento falta de dinheiro para a especulação ("aperto de liquidez", dizem os economistas). As taxas de juros no "open" subirão, para lá correrão outros recursos existentes na economia (que nada têm a ver com os dólares congelados). De onde sairão esses recursos? Das cadernetas de poupança, das bolsas de valores e das próprias empresas, que adiarão investimentos para ganhar alguns bilhões de cruzeiros em operações de curto prazo no "open".

Mesmo com o congelamento dos dólares, a orgia especulativa continuará. De vento em popa (V. "open").

REAÇÕES (CB)

Empresários industriais e agrícolas receberam desfavoravelmente as medidas antiinflacionárias contidas no pacote aprovado ontem pelo Conselho Monetário, prevenindo dificuldades de crédito principalmente para pequenas e médias empresas, além de um efeito depressivo sobre a indústria de bens de capital, com a diminuição das encomendas das empresas estatais.

Para alguns banqueiros, porém, as providências governamentais repercutiram favoravelmente, diante da necessidade de combater a inflação. JB-23-11-78

AGRICULTURA

VEJA, 25 DE OUTUBRO, 1978

Um balão de ensaio

Pode haver escassez de carne e feijão

O ESTADO DE S. PAULO 4-10-78

Geisel pede 'lucro honesto'

Do *Estado de Brasília*

O presidente Geisel disse ontem a empresários do setor pesqueiro que o saneamento do setor — "me desculpem a franqueza" — é fundamental, e pediu seriedade no trato desse problema. Os lucros são essenciais para a sustentabilidade do setor, afirmou o presidente — que recebeu dos empresários, representantes de empresas e cooperativas de pesca, um documento de 27 páginas contendo uma análise dos problemas do setor e recomendações — "mas têm que ser honestos". "Os incentivos que o governo proporciona à pesca tem que ser aplicados honesta e devidamente no setor."

Geisel referiu-se ao inquérito realizado na Su-

depe (sem citar o nome do órgão) e lembrou que o governo tem continuado com o sistema de incentivos fiscais, procurando "morar" no setor, detectar dentro do setor fraudes, negociações, ações indevidas que se tenham realizado irregularmente". O Brasil, no campo da pesca, "ainda é primário", disse o presidente, que apelou à expansão do setor para atender à expansão do consumo, porque, "embora muitos o neguem, o nível econômico da população se elevou."

Além de LTNs são negociados diariamente no "open" letras de câmbio, certificados de depósito bancário e uma série de outros papéis, que mudam de mão com uma velocidade incrível. O mecanismo é simples: uma empresa com dinheiro sobrando na caixa, compra um desses títulos por alguns dias, de uma instituição financeira. Ao final desse prazo, devolve o título a essa instituição e recebe seu dinheiro de volta acrescido de juros. Assim, as empresas lucram bilhões de cruzeiros em poucos dias!

Quais as consequências disso? Ora, esses títulos (que deveriam ser negociados em 91 dias e 182 dias, como as LTN) se transformam na prática em dinheiro vivo, contribuindo para engrossar os meios de pagamentos e alimentar a inflação. Além disso, a velocidade com que o dinheiro circula no "open" também reforça a escalada da inflação. Basta dizer que no "open" há, em dinheiro, sendo negociado diariamente, cerca de Cr\$ 20 bilhões. Ora, se esses 20 bilhões mudam de mãos duas vezes por dia, eles engrossam os meios de pagamentos em 40 bilhões. E se mudam de mãos 4 vezes por dia, se transformam em 80 bilhões. É o que acontece no "open", que já chegou a negociar Cr\$ 90 bilhões!

Essas e outras distorções provocadas pelo "open" (elevação das taxas de juros, injeções de dinheiro do Banco Central para salvar instituições financeiras em dificuldades, etc.), não foram nem de leve tocadas pelo "pacote".

Com o "pacote" do CMN, juros acima de 65% ao ano . . .

EXAME, 6-12-78

O recente "pacote" de medidas baixado pelo Conselho Monetário Nacional — visando, entre outros objetivos, conter um acentuado "estouro" dos meios de pagamento (ver matéria nesta edição) — está sendo considerado por técnicos em administração financeira como um instrumento a mais para a elevação do preço do dinheiro. Com a expectativa criada em torno das restrições, a reação imediata dos bancos de investimento foi elevar os juros por antecipação. Ou seja, as operações de empréstimo que vinham se situando en-

tre 55% e 60% ao ano já tinham atingido a faixa dos 60% a 63% ao ano um dia antes da divulgação do "pacote". E, na semana seguinte, algumas empresas já estavam pagando 66% em suas operações.

Como recordam técnicos do mercado financeiro, há várias semanas se registrava uma tendência para elevação dos juros, acentuada a partir de outubro, período em que aumenta consideravelmente a procura de recursos por parte das empresas junto aos bancos. Assim, a tendência de alta das taxas fortaleceu-se após as medidas decretadas pelo CMN.

Os empresários rurais se reúnem e sugerem até a formação de um Conselho Agrícola

4 e 5 de novembro de 1978

Resende admite aumentos de até 45% para a carne

Brasil já importou 15 000 t de arroz boliviano de má qualidade
O GLOBO 4-11-78

Senhores, a questão agrária está de volta

ISTOÉ 02/11/1978

Sua resolução, como tantas, também passa pela decisão política

CRISE: FOLHA DA TARDE
17-10-1978

**BRASIL PODE COMPRAR
GADO VIVO NO EXTERIOR**

Após 14 anos de concentração de renda, à base de arrochos salariais asfixiando a classe trabalhadora, órgãos do Governo, como o IPEA e o BNDE, falam em política reformista de descompressão de salários para possibilitar a aquisição de feijão e arroz de cada dia ... (CB)

Finalmente, feijão e arroz para todos

O BNDE mostra como custa pouco distribuir a renda

O presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), Marcos Vianna, foi a única autoridade de alto escalão a apoiar publicamente o relatório do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) em defesa da distribuição de renda. Aquela altura — início de 1978

o BNDE concluía o seu Plano de Ação para 1978/81, o qual iria situar Vianna dentro do grupo de homens de governo que propõem alterações no modelo econômico brasileiro. O plano de ação do banco, divulgado semanas após o apoio de Vianna ao IPEA, como previsto, chamou a atenção pela sua linha de defesa da redistribuição de renda e apoio ao mercado interno. Caminho proposto pelo banco: ajuda às indústrias de bens de consumo de massa, para que reduzam, em termos reais, o preço de seus produtos, e investimentos na infraestrutura de transporte e abastecimento urbanos, com o objetivo de diminuir o peso dos gastos em condução e alimentos nas contas de fim de mês das pessoas de baixa renda. Com roupas, calçados, alimentos, ônibus e trem mais baratos, o poder aquisitivo da maioria da população aumentará.

Entretanto, uma política como essa tem suas limitações, na medida em que atua numa ponta, pressionando para baixo os custos do transporte, os preços dos bens de consumo e alimentos, e espera que, em decorrência disso, as coisas melhorem no final da linha, ou seja, nos salários. Lenta e gradualmente.

Técnicos do BNDE admitem essa limitação e reconhecem que um programa amplo de redistribuição da renda e combate à pobreza absoluta requer mudanças tanto no lado da produção dos bens e serviço quanto no lado do mercado para esses bens de serviço. Quer dizer: produzir mais e a preços baixos, mas também ajudar no aumento do consumo. Caso contrário, há sempre o risco de prateleiras cheias e pouca gente dentro das lojas, o que, mais cedo ou mais tarde, termina desestimulando as fábricas.

O prato do dia. Mas as propostas do BNDE para redistribuir a renda e reduzir o nível da pobreza não se esgotaram no seu plano de ação. Nas últimas semanas, através do ministro do Planejamento, Reis Velloso, o banco fez chegar às mãos do presidente Geisel um estudo de 82 páginas, intitulado *Estratégia de Ação Visando Intensificar a Produção e o Consumo de Alimentos Básicos*. A maior instituição financeira do país de apoio ao setor industrial entra, assim, no prato do dia: a discussão da política agrícola. E, desta vez, une a ponta da produção com a ponta do consumo. Em outras palavras, mostra como aumentar a produção agrícola e como aproximar os alimentos básicos do estômago do consumidor.

As propostas do banco partem da constatação de que os gastos com alimentos abocanham 70% dos salários das pessoas de baixa renda, 70 milhões de brasileiros (ou 60% da população) que ganham menos de dois salários mínimos mensais.

"As políticas adotadas de incentivo à exportação, em consequência da maior internacionalização da economia brasileira, beneficiaram com maior intensidade as culturas típicas de exportação, gerando, por vezes, substituição de culturas voltadas para o atendimento do mercado interno", diz o estudo-proposta do BNDE.

"Acrescente-se a isso a inadequação da política de crédito agrícola às reais necessidades das regiões e setores produtores de alimentos. Enquanto em 1966 os pequenos produtores tinham 90% dos contratos de crédito e 34% do valor, em 1976 estes números caíram para 73,7% e 11%, respectivamente. Entretanto, os grandes produtores, no mesmo período, passavam de 0,44% dos contratos e 20% do valor para 3% dos contratos e 53% do valor", acrescenta o documento. Ainda segundo o BNDE, "igual concentração se verifica em termos regionais, notadamente no Nordeste, que, contribuindo em média com cerca de 20% do produto agrícola, absorve cerca de 12% do crédito".

Conclusão do banco: "Analisando-se o comportamento da renda interna do setor primário em confronto com o volume de recursos concedidos de

69 a 75, conclui-se que a produtividade desses recursos é decrescente, visto que, enquanto o produto interno líquido do setor primário cresceu 612%, o aumento do crédito foi de 1.386%".

Se o ministro reclamar... As propostas do BNDE de "descomprimir a demanda de alimentos básicos de seus níveis atuais" passam pela "indução voluntária ao consumo mais intenso de alimentos — política de redução do preço final para o consumidor" e pela "ampliação da demanda institucional" (leia-se: programas para gestantes, crianças etc.). Com isso, o banco acha que seriam aumentadas a produção de alimentos e a renda do pequeno e médio produtores, combatendo-se os focos de pobreza.

A primeira sugestão do BNDE visa reduzir os preços do arroz e feijão, que pesam com 13% nos gastos com alimentação da população brasileira e são responsáveis por mais de 30% das calorias e proteínas ingeridas. O que o banco defende é a concessão de incentivos fiscais a esses dois produtos, o que não deve horrorizar ninguém, pois de subsídios as exportações estão repletas. Ainda por cima, subsídios a produtos destinados aos bem-nutridos consumidores norte-americanos e europeus.

O crédito fiscal subsidiaria 30% do preço do arroz e feijão, enquanto seriam tabeladas as margens de comercialização dos produtos no atacado e no varejo. O crédito sairia do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), sendo que o governo federal repassaria para os Estados pobres — Estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e o Espírito Santo — o que eles deixariam de arrecadar devido a esse subsídio. Esse crédito, ressalte-se, não ultrapassaria mais do que 7,2% do ICM de todos os Estados, sendo que desfalcaria em apenas 6,3% a arrecadação dos Estados ricos (ver tabela).

Para o governo federal, por sua vez, o problema implicaria um gasto anual de 3,9 bilhões de cruzeiros a preços atuais, uma bagatela diante do dinheiro retirado dos cofres públicos para sustentar instituições financeiras falidas.

Mas admitamos que o ministro da Fazenda reclame dessa enorme sangria no Tesouro Nacional. Afinal, ar-

roz e feijão não parecem ser objetivos prioritários do governo. Talvez por isso o BNDE apresente uma engenhosa alternativa: buscar esse dinheiro no aumento de 14% no Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre o cigarro, mantendo as margens de lucro dos fabricantes e varejistas.

Fechando o circuito. Ao lado do incentivo ao consumo do arroz e do feijão, o BNDE está aconselhando o governo a reformular e ampliar planos de nutrição já existentes (a chamada *demandas institucionais*), como o Programa Nacional de Nutrição e Saúde (PNNS), do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), destinado a gestantes, mães em fase de amamentação e crianças de até seis anos de famílias de baixa renda; o Programa de Nutrição Escolar (PNE), ou "Merenda Escolar", do Ministério da Educação e Cultura; e o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), pelo qual o Ministério do Trabalho dá incentivos às empresas que fornecem refeições aos seus empregados.

Esse último programa — para dar um exemplo das propostas do banco — passaria a atender também os bóias-frias, trabalhadores na construção civil e no setor de serviços, cobrindo

20% dos trabalhadores com rendimentos de até cinco salários mínimos. Para atingir esse objetivo, seria criado um sistema nacional de cozinhas e refeitórios nas cidades e no campo.

Assim, estaria sendo ampliado o mercado interno para produtos agrícolas básicos. E a produção para atender este mercado? Para isso existem o programa de aquisição de alimentos básicos em áreas de baixa renda (já implantado em algumas regiões do Nordeste) e o programa de abastecimento de alimentos nessas mesmas regiões, cujo início está pre-

visto ainda para este ano em Recife. Ampliados e reformulados todos esses planos, com o apoio financeiro do BNDE, teríamos uma política de combate à pobreza e de aumento da renda real de uma boa parcela dos brasileiros marginalizados pelo *milagre* dos últimos anos. Tudo dentro de uma "consistência aritmética", fechando o circuito, como exige o ministro Simonsen, pois estariam lado a lado estímulos ao consumo e à produção.

Aluizio Maranhão

ISTOÉ 15/11/1978

O Brasil importa 15000 t. de arroz boliviano

BRASÍLIA (O GLOBO) — Embora os técnicos do Ministério da Agricultura informem que somente a partir de janeiro o Governo poderá vir a importar arroz, os problemas com a alta nos preços do produto já levaram à realização de uma negociação desas-

trosa com a Bolívia, de onde foram adquiridas 15 mil toneladas, segundo informações da área governamental. A importação não foi divulgada e nem o arroz entrou no mercado porque era de péssima qualidade.

A importação da Bolívia não é comentada, e a maioria dos especialis-

O GLOBO - 4-11-78

tas em arroz, considera que o momento é inoportuno para se falar em importar, porque pode prejudicar as intenções de plantio dos produtores, que só terminam o período de semeadura da nova safra, na segunda quinzena de novembro.

US\$ 100 milhões em importação de carne

A importação de 75.556 toneladas de carne, de janeiro a agosto, custou ao Brasil (preço FOB) 57.776 mil dólares. Até o final de agosto, já haviam sido emitidas guias de importação de 138 mil toneladas do produto. Se todas essas negociações forem efetivadas, a carne adquirida no Exterior custará ao País, pelo câmbio atual, aproximadamente 100 milhões de dólares sem contar as despesas de transportes e serviços auxiliares, como embarque e desembarque, armazenamento, e emissão de guias.

Os números e valores sobre importação de carne fo-

ram fornecidos, ontem, pelo chefe da assessoria econômica do ministério da Fazenda. Marcos Amorim Netto, com base em dados

liberados pela CACEX. Marcos Amorim forneceu as informações para contestar a afirmação do presidente da Associação dos Criadores de Gado Nelore do Brasil, José Mário Junqueira, de que o governo estaria manipulando os dados sobre a importação, para forçar a queda do preço do boi em pé no mercado nacional. Segundo Junqueira, até o momento, teriam sido importadas apenas 6.500 toneladas de carne.

Ao anunciar a importação efetiva até agosto é o montante das guias já emitidas, o chefe da Assessoria Econômica do Ministério admitiu que está havendo alguns problemas com o abastecimento interno de carne, atribuindo-os a uma "onda especulativa, com o objetivo claro de sustentar o preço do boi, que já está muito alto, cerca de 500 cruzeiros a arroba".

Marcos Amorim explicou que os "próprios frigoríficos já começaram a refugar o preço alto" e o governo autorizará a importação de quantas toneladas forem necessárias para evitar "os pre-

ços absurdos e normalizar o abastecimento interno." Se for acertada a importação de carne da Austrália, ela será feita através de frigoríficos, segundo Marcos Amorim, que disse não poder adiantar ainda quais os grupos importadores. A compra do produto australiano está sendo discutida pelo governo, diante das dificuldades encontradas para comprar carne no Uruguai e na Argentina.

O ESTADO DE S. PAULO

15-10-78

Os novos subsídios

O esquema proposto para o arroz e feijão - em milhões de cruzeiros

	Estados Ricos	Estados Pobres(1)	TOTAL
Aquisições de arroz e feijão (2)	36183	13114	49297
Subsídio proposto	10854	3934	14798
Arrecadação do ICM previsto p/ 1978	172050	34396	206446
Subsídio/arrecadação	6,3%	11,4%	7,2%

(1) Foram considerados Estados pobres: os da região Norte, Nordeste, Centro-Oeste e o Espírito Santo

(2) Os dados não consideram o autoconsumo

Os preços tomados são os do mercado varejista do Rio de Janeiro, em setembro de 1978

Fonte: BNDE

Questão agrária

Ao todo foram mais de vinte horas de debates. Eles se estenderam por três dias, durante os quais duas dezenas de especialistas e estudiosos do campo brasileiro expuseram as suas opiniões acerca dos impasses e perspectivas que se abrem para o setor na próxima década. Evidentemente, seria ingênuo esperar que da diversidade intencional dos enfoques selecionados, bem como das posições não raro contraditórias dos expositores, pudessem resultar conclusões monolíticas sobre "A Estrutura Agrária e a Política de Desenvolvimento" — tema geral do seminário promovido pelo Departamento de Economia da Universidade Campinas, na semana passada.

Por vezes, o ecletismo das teses defendidas chegou mesmo a surpreender a platéia de 300 pessoas que compareceu ao auditório do Instituto Agrônomo de Campinas, onde foram realizadas as palestras. Na quinta-feira, por exemplo, diante de uma assistência silenciosamente constrangida — e de alguns pesquisadores que não tardaram a apresentar os seus protestos pelo "equivoco histórico" —, o economista Ignacio Rangel, em 30 minutos de palestra, concluiu que boa parte dos problemas agrários brasileiros tinha a sua origem "no passado feudal do país."

O PREÇO DA TERRA — Não faltaram, todavia, discussões mais pertinentes. No dia anterior, abrindo o seminário, o veterano pesquisador Alberto Passos Guimarães, autor do clássico "Quatro Séculos de Latifúndio", foi bem mais criterioso e contundente na sua exposição. Ele apontou o "irreversível processo de industrialização das atividades agropecuárias" como o principal responsável pela decadência da capacidade de auto-sustentação do setor. A agricultura, nos últimos anos, segundo Guimarães, teria se transformado num simples apêndice de setores industriais interessados em lhe vender insumos, bem como monopolizar comercialmente a sua produção. Tudo isso sem que ela tenha sido beneficiada com ganhos significativos de produtividade. "Ao contrário, o censo de 1975 indicou a existência de 30% de equipamentos ociosos no campo — adquiridos graças aos estímulos do crédito oficial", afirmou ele. "Mas a produtividade por hectare, na maioria dos casos, continua tão baixa quanto a dos camponeses europeus, que só dispunham da charrua para cultivar a terra."

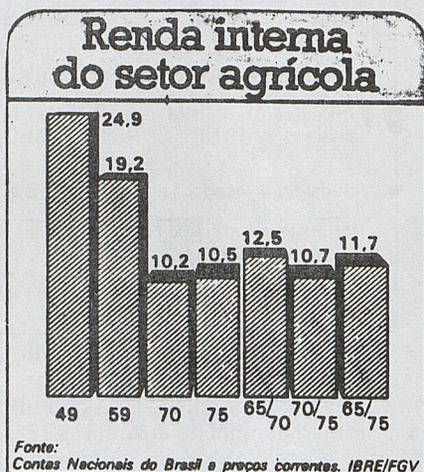
O encarecimento dos custos e consequente declínio da rentabilidade agrícola, porém, não constituem obstáculos

SEMINÁRIO

Vinte especialistas debatem

o futuro agrícola

VEJA, 18 DE OUTUBRO, 1978



Fonte: Contas Nacionais do Brasil e preços correntes. IBRE/FGV

ISTOÉ 08/11/1978

de fácil superação. Pois, se de um lado eles têm a sua origem em boa parte na política de crédito do governo, contraditoriamente, as culturas destinadas à exportação dependem cada vez mais da presença do subsídio estatal para alcançar algum poder de competitividade no mercado internacional. Nesse ponto, segundo José Francisco Graziano da Silva, economista da Unicamp e um dos organizadores do seminário, fecha-se o ciclo de ferro dos impasses. A elevação do preço da terra — "que cresce proporcionalmente ao volume do crédito concedido ao setor agrícola"; e o desestímulo aos investimentos produtivos e o acesso cada dia mais difícil à propriedade rural seriam, no seu entender, apenas algumas das conseqüências "do monopólio da política agrícola pelos grandes proprietários e especuladores fundiários".

Sobre os pequenos agricultores — a maioria dos quais dedicada à produção e alimentos para o mercado interno — recairiam os efeitos mais negativos dessa situação. Expulsos das zonas agrícolas tradicionais — ou transformados em simples fornecedores de matérias-primas industriais —, eles formariam uma curiosa classe de capitalistas sem capital. "São milhares de pequenos produtores contratados pela Souza Cruz, Sadia, Cica, Sanbra, Peixe, Nestlé, etc.", explicou o sociólogo Juarez Brandão Lopes, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento — um dos debatedores desse tema no seminário. "Alguns chegam até a obter equipamentos", concluiu, "mas nunca acumulam capital porque as empresas impõem preços que não lhes permitem conseguir lucros."

EPICENTRO DA CRISE — De qualquer forma, a principal característica da estrutura agrária brasileira — a concentração da terra — não teria sido alterada nos últimos anos. De acordo com José Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (Contag) e um dos conferencistas mais aplaudidos do seminário, a desigualdade dessa estrutura apenas se acentuou na última década. A tal ponto que hoje 50% dos imóveis com menos de 100 hectares ocupam apenas 4% da área agrícola total, enquanto, no extremo oposto, 5% dos imóveis maiores ocupam quase 70% da área cadastrada pelo INCRA. "Os latifúndios improdutivos detêm 70 milhões de hectares", afirmou Silva. E explicou: "Trata-se de uma área sem qualquer tipo de utilização econômica que se equipara, em território, à soma dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul juntos".

Proporcionalmente à concentração da propriedade da terra, as estatísticas do Banco do Brasil, ainda segundo o presidente da Contag, mostram que o mesmo movimento se verificou em relação ao fornecimento de crédito. Os pequenos agricultores que em 1966 participavam com 34% do valor dos créditos concedidos tiveram essa participação reduzida para 11% do valor dos financiamentos em 1976. E os três principais produtos de subsistência (feijão, mandioca e milho) por eles cultivados, embora tenham contribuído com cerca de 30% para o valor bruto da produção, receberam apenas 13% do crédito distribuído.

Dentro desse quadro, a ocupação da fronteira agrícola amazônica, para a maioria dos participantes do seminário, assumiu contornos de uma espécie de epicentro da questão agrária brasileira. E onde se fundiria — de forma explosiva, às vezes — o conjunto dos impasses que caracterizam o perfil agrícola do país. E onde se assistirá, provavelmente, ao desfecho de muitos deles. "Com uma agravante", lembrou o sociólogo José de Souza Martins, que realiza uma ampla pesquisa na região. "A ocupação da Amazônia hoje — ao contrário da expansão cafeeira no início do século — exige pouca mão-de-obra. Assim, aos posseiros que estão sendo empurrados para lá, só resta uma saída ante o avanço das agropecuárias: resistir."

Uma resistência que, na sua opinião, pode ser comprovada não apenas pelos conflitos na área. Mas também pelo retrato estatístico dos censos de 70/75 que apontam duas tendências sintomáticas. De um lado, uma diminuição do número de parceiros e pequenos proprietários e, de outro, um aumento de 20% do contingente de posseiros no país. "É um claro indicador", sentencia Martins, extraindo uma conclusão geral das teses expostas no seminário, "de que o terreno agora será disputado palmo a palmo, no último reduto de terras livres do Brasil." CLÁUDIO CERRI

'Política de crédito limita a agricultura'

O ESTADO DE S. PAULO 20-9-78

O economista Paulo Rabello de Castro, diretor do Grupo de Informação Agrícola, da Fundação Getúlio Vargas, condenou ontem a política creditícia do governo, apontando-a como responsável pelo lento crescimento do nível de produção agrícola e pela falta de resposta deste setor aos estímulos aparentemente proporcionados pelo crédito.

Em conferência feita no seminário técnico "Novos rumos para o crédito rural", promovido pela Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento, ele qualificou de "leviana" a acusação de que a agricultura é foco permanente de pressões inflacionárias, e afirmou que "o

problema está em se pretender orientar a política agrícola apenas pela manipulação do crédito rural".

"Evidentemente — acrescentou — estamos caminhando para um impasse, que deve ser evitado a qualquer custo. Não resta dúvida de que o próprio governo desconhece as soluções para o problema do crédito rural, o que deixa o setor agropecuário na aflitiva situação de ter que sugerir novas opções de política creditícia, evitando, assim, novas outorgas tecnocráticas."

Produtores propõem um Conselho Agropecuário

BRÁSILIA (Sucursal) foi aprovada ontem, pelos participantes do 2.º Encontro Nacional de Agropecuária, que se encerra hoje, proposta de criação do CDA (Conselho de Desenvolvimento Agropecuário), que funcionará nos moldes dos atuais Conselhos de Desenvolvimento Industrial (CDI) e de Desenvolvimento Econômico, (CDE), mas integrado por representantes dos produtores rurais, e não só de autoridades governamentais.

A criação do CDA foi exaltada por Flávio Brito, presidente da CNA — Confederação Nacional da Agricultura, com o seguinte comentário: "Eu acho justa a criação deste Conselho, porque, na hora da exportação nós não somos ouvidos em nada. Vem a Cacex,

a Interbrás e outros órgãos, e decidem sozinhos na hora de importar produtos agrícolas. Também não somos consultados. Mas, na hora de produzir, aí sim, nós somos os únicos a serem convocados. Com a criação do CDA, nós teremos voz nas decisões governamentais que envolvem a atividade agropecuária".

CRÉDITO RURAL

Outro orador da sessão de ontem do encontro de agropecuária foi o diretor de Crédito Rural do Banco Central, José Ribamar de Melo, para quem um dos grandes entraves para a expansão do crédito rural, a fim de atingir uma faixa maior de produtores, pre-

de-se "as condições de extrema miséria em que vivem os pequenos produtores.

Explicou que estes produtores ocupam 3,6 milhões de imóveis rurais, representando 72 por cento da totalidade das propriedades rurais existentes no país, e estão envolvidos por todo tipo de problemas. "São homens, na maioria, analfabetos, humildes, desinformados, com problemas de saúde e incapazes de aceitar e absorver novas técnicas de cultivo, sem nenhuma noção, por outro lado, de associativismo comunitário. "frisou o diretor do BC.

Estrutura fundiária do Brasil

Classes (hectares)	Número de estabelecimentos (mil unidades)		Área Total (mil hectares)	
	1960	1970	1960	1970
menos de 10	1.495,0	2.519,6	5.952,4	9.083,5
10 a 100	1.491,4	1.934,4	47.566,3	60.069,7
100 a 1.000	314,8	414,7	86.029,4	108.742,7
1.000 a 10.000	30,8	35,4	71.420,9	80.059,1
10.000 e mais	1,6	1,4	38.893,1	36.190,4
Total*	3.337,7	4.924,0	249.862,1	294.145,4

* Inclui estabelecimentos sem declaração

ISTOÉ 08/11/1978

Fonte: FIBGE

Crédito externo para a agricultura

O presidente Geisel assinou decreto ontem autorizando o ministro da Fazenda a dar garantia federal para o empréstimo de US\$ 50 milhões a ser pedido pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo a um consórcio de bancos liderados pela Cooperativa Centrale Raiffeisen Boerenleenbank, da Holanda, para aplicação em projetos prioritários do Ministério da Agricultura.

17-10-78

CREDITO INSUFICIENTE PARA CERRADOS

A meta de cultivo de um milhão de hectares na área do cerrado de Minas Gerais, até 1979, em projetos enquadrados no Polocentro, não será alcançada, segundo técnicos ligados ao programa, porque para uma demanda de crédito rural de Cr\$ 1,2 bilhão, o Banco Central liberou apenas Cr\$ 179 milhões para repasse. Até agora, foram cultivados 300 mil hectares e, com os recursos agora liberados, não serão cultivados nem 50% do previsto.

As obras de infra-estrutura, contudo, estão sendo executadas de acordo com a programação estabelecida e, em 1979, mais de Cr\$ 400 milhões serão aplicados em estradas, eletrifi-

cação e armazenagem, segundo esquema definido preliminarmente em reunião da Comissão Estadual do Polocentro com o Grupo Especial de Coordenação em Belo Horizonte.

Lançado em 1975, pelo presidente Geisel, o Polocentro previa o cultivo de um milhão de hectares de cerrados, em Minas, até 1979, além de áreas semelhantes em Mato Grosso e Goiás. A produtividade, obtida nos primeiros projetos, com o cultivo de soja, milho, trigo e arroz, gerou expectativas otimistas entre as autoridades. Mas as restrições ao crédito determinaram a desaceleração do programa.

O ESTADO DE S. PAULO 5-10-78

FOLHA DE S. PAULO 20-10-78

conjuntura brasileira

BULLETIN D'ABONNEMENT

ABONNEMENT

M. -----

six mois (4 nos) 45 F

Adresse -----

un an (8 nos) 90 F

----- s'abonne à Conjuntura Brasileira par ___ an(s)

SOUTIEN

REGLEMENT PAR Chèque bancaire ou postal

six mois (4 nos) 100 F

CCP 10 822 83A PARIS

un an (8 nos) 200 F

à retourner à CONJUNTURA BRASILEIRA
BP 322

75122 PARIS CEDEX 03

PAR AVION PLUS 12 F